

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Raysha Thereza Nery

**“Esse trabalho é bonito porque vai fazendo um trabalho na gente também”:
grupalidade, ética feminista e interseccionalidade.**

Porto Alegre
Fevereiro de 2023

Raysha Thereza Nery

**“Esse trabalho é bonito porque vai fazendo um trabalho na gente também”:
grupalidade, ética feminista e interseccionalidade.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Mainieri Paulon

Porto Alegre

Fevereiro de 2023

Raysha Thereza Nery

**“Esse trabalho é bonito porque vai fazendo um trabalho na gente também”:
grupalidade, ética feminista e interseccionalidade.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Mainieri Paulon

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (PPGPSI-UFS)

Prof. Dr. Moises Romanini (PPGPSI-UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto (CliFI-UFRGS)

Agradecimentos

Meus agradecimentos seguem os fios afetivos que me tecem e costuram as possibilidades de viver e pesquisar, em especial aquelas pessoas que inspiram o amor como ação, já que bell hooks nos ensinou que “o amor é o que o amor faz”:

A Patrícia, minha mãe, que me emprestou sua vida, seus sonhos e o entusiasmo pelo conhecimento, que me ensinou força e sensibilidade. Espero que em alguma medida consiga retribuir e te emprestar meus olhos para que veja a pessoa incrível que és. Agradeço especialmente pelo apoio para que eu continuasse estudando.

Ao Lucas, pela parceria de vida, por todo afeto, cuidado e incentivo. Pela caminhada diária, tanto nos dias mais difíceis, como aqueles diante de uma pandemia assustadora, quanto nos dias festivos, quando brindamos e imaginamos outros mundos possíveis.

Ao meu irmão Nicolas, pela honra de acompanhar seu crescimento e de me surpreender a cada dia com sua engenhosidade.

A minha avó Luimar e ao meu avô Osvaldo, que fizeram de sua casa um lar para que eu passasse as férias de verão durante a infância e guardasse momentos preciosos na memória. Não seria diferente quando me acolheram para cursar a graduação e o lar se tornou permanente por longos anos. Espero que saibam o quanto tenho orgulho da trajetória de vocês.

A Livia, Liesel, Ana e Ângelo, minhas queridas afilhadas e meu querido afilhado que me encantam com suas peripécias e me fortalecem para construir um mundo mais justo para todas as crianças.

A Fabíola, Paula, Camila e Luany, mulheres que me inspiram, cada uma por suas particularidades e pela nossa capacidade infinita de trocas. Por demonstrar principalmente que família é laço afetivo, é construção diária, é presença.

Ao meu tio Ângelo, pelos incentivos ao me mostrar caminhos que nem eu vislumbrava ainda e por sempre estar disposto a ajudar em todas as mudanças. E não foram poucas.

As amigas queridas Maria Laura, Vanessa Gusmão, Vanessa Félix e Bianca, que são apoio, risadas, histórias e sonhos, que mostram que a amizade é a maior potência de exercício do amor, exemplo vivo dos ensinamentos de bell hooks.

Ao meu pai Joaldo, que desde a infância me emprestou seu pensamento crítico e sua indignação frente às injustiças do mundo.

A Cristiane, que me contagiou com suas perspectivas de olhar a vida, com alegria, entusiasmo e apreço pelos momentos compartilhados.

A Vanise, que com toda sua generosidade esteve comigo para que eu encontrasse os caminhos do amor, principalmente o amor próprio. Muitos fios que me constituem enquanto escutadora foram tecidos contigo.

A orientadora, professora Simone, pela companhia e cuidado ao longo dessa caminhada, pelos ensinamentos principalmente construídos fora da sala de aula. Agradeço pela acolhida e estímulo quando nem eu me entendia pesquisadora.

As professoras Gislei, Michele, Miriam e ao professor Moises, que contribuíram e ainda contribuem com suas expertises na qualificação desta pesquisa.

A todas as integrantes da Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade, gostaria de poder citá-las uma a uma. Vocês possibilitaram acolhimento e sustentação durante uma pandemia cruel e um governo necropolítico, demonstraram a potência do cuidado coletivo.

Ao Grupo de Pesquisa InterVires pelas trocas conceituais-afetivas; a Isadora pela parceria na execução dos grupos de discussão da pesquisa.

*Triste, louca ou má
Será qualificada ela
Quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem, não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

*Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só*

*Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima*

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

(Juliana Strassacapa)

RESUMO

Os casos de violência contra as mulheres tiveram aumento significativo no contexto da Pandemia de Covid-19. No Brasil, esta realidade foi especialmente agravada devido à crise política e econômica dos anos de governos ultraconservadores no país com desinvestimento em políticas sociais e decorrente enfraquecimento das redes de apoio. Frente a isto, torna-se essencial analisar e propor respostas ao grave problema social e de saúde pública que as violências de gênero representam. Essa pesquisa toma como campo o Programa de Extensão Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (CliFI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que tem o intuito de promover o cuidado em saúde mental para mulheres em situação de violência, a partir de um olhar que inclua marcadores de gênero, raça e classe. Debruça-se, para tanto, sobre um dos dispositivos clínicos utilizados pela equipe - os grupos de escuta de mulheres. A investigação se propõe a analisar as possibilidades de uma intervenção grupal, pautada na ética feminista, interferir nos processos de individualização do sofrimento de mulheres em situação de violência, assim como de contribuir com a produção de novos modos de subjetivação que resistam aos imperativos racistas e patriarcais da sociedade brasileira. Para tal, foram convidadas a participar da pesquisa, num primeiro momento, 13 integrantes da CliFI com experiência como escutadora de grupos e, por fim, toda equipe para ampliação e restituição das análises produzidas nos coletivos de mulheres. A orientação metodológica consistiu em uma pesquisa cartográfica, que se utilizou das ferramentas de diário de campo, Técnica do Incidente Crítico e encontros de discussão para produção de dados que foram lidos a partir do referencial da Análise Institucional. Ainda, em virtude do trabalho da CliFI ocorrer majoritariamente remoto, a pesquisa utilizou as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como *Whatsapp* para contato com as participantes, *Google Forms* para questionários e plataformas de videoconferência para encontros ampliados. A discussão apresentou associação intrínseca entre a concepção de clínica e de ética feminista, mostrando que ambas se atualizam à medida que novos movimentos e tensionamentos da CliFI vão ocorrendo. Ao final, a pesquisa indicou a potência da interseccionalidade como ferramenta analítica quando esta se configura na prática clínica da equipe, uma vez que as escutadoras afirmam conseguir operar melhor aquilo que experimentaram coletivamente.

Palavras-chave: grupos de escuta; ética feminista; interseccionalidade; violência contra a mulher.

ABSTRACT

Cases of violence against women have increased significantly in the context of the Covid-19 pandemic. In Brazil, this reality was especially aggravated due to the political and economic crisis of the years of ultraconservative governments in the country with disinvestment in social policies and the resulting weakening of support networks. Faced with this, it becomes essential to analyze and propose responses to the serious social and public health problem that gender violence represents. This research takes as a field the Feminist Clinical Extension Program from the perspective of Intersectionality (CliFI) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), which aims to promote mental health care for women in situations of violence, based on a gaze that includes markers of gender, race, and class. Therefore, it focuses on one of the clinical devices used by the team - the women's listening groups. The investigation proposes to analyze the possibilities of a group intervention, based on feminist ethics, to interfere in the processes of individualization of the suffering of women in situations of violence. It also intends to contribute to the production of new modes of subjectivation that resist to racist and patriarchal imperatives of Brazilian society. To this end, at a first moment, 13 members of CliFI with experience as a group listeners were invited to participate in the research. In a second moment, the entire team was invited to participate to expand and reconstitute the analyzes produced in the women's collectives. The methodological orientation consisted on cartographic research, which used the field diary tools, the Critical Incident Technique and discussion meetings to produce data that were read from the Institutional Analysis framework. Also, due to the fact that CliFI's work is mostly remote, the research used Information and Communication Technologies (ICTs), such as Whatsapp to contact the participants, Google Forms for questionnaires and videoconferencing platforms for extended meetings. The discussion presented an intrinsic association between the conception of the clinic and feminist ethics, showing that both are updated while new CliFI movements take place. In the end, the research indicated the power of intersectionality as an analytical tool when it is configured in the clinical practice of the team, since the listeners claim to be able to better operate what they experienced collectively.

Key-words: listening groups; feminist ethics; intersectional; violence against women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos de discriminação	64
Figura 2 - Praia do Laranjal, Pelotas - RS	75
Figura 3 - Violentômetro	82
Figura 4 - Autocuidadômetro	82
Figura 5 - Foto da videoinstalação Por favor leiam para que eu descanse em paz	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de Personagens	37
---------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS II	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD III	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (24h)
Clifi	Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade
PPGPSI-UFRGS	Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UBSF	Unidade Básica de Saúde da Família
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. Sobre questões que surgem no encontro clínico: notas introdutórias	12
2. Triste, louca ou má: processos de subjetivação, violência e sofrimento	17
3. Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada: caminhos metodológicos	34
Orientações metodológicas	34
Trajetórias de pesquisa	37
4. “Tem algo que as palavras não alcançam”: a Clínica experimentada pela CliFI	43
5. “Contar e dar a conta”: ética feminista, interseccionalidade e clínica	49
Aquilo que se repete na escuta: cultura e subjetivação	50
Nunca foi falta de voz, foi falta de escuta: violências, silenciamentos e escuta	51
Com quem temos escutado? Reconhecendo nossas alianças	56
As contas, o que contas? A perspectiva interseccional na escuta de mulheres	61
6. “A potência se deu no processo”: grupalidade como ferramenta privilegiada para uma Clínica Feminista	75
O grupo garante uma ética feminista?	79
Grupo como espaço de escuta, cuidado e coletivização	80
Não sairemos ilesas: a equipe CliFI como grupo.	86
7. “Não caberão nossas ingenuidades”: considerações provisórias	90
Referências	93
Apêndice A - Questionário (Google Forms)	97
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103

1. Sobre questões que surgem no encontro clínico: notas introdutórias.

Ele é abusivo, não estamos juntos, mas ele é bandido, então sou mulher dele. Tenho carinho por ele ainda, o que é ainda pior. Não consigo entender ou explicar. Me explica como posso não ter amor próprio? Ter sentimento por alguém que já me fez e faz tanto mal?

Essa foi uma das primeiras mensagens enviadas por ela pelo Whatsapp da Clínica, mesmo sem saber o nome ou conhecer o rosto de quem as receberia, contou sobre sua vida e seus sentimentos, compartilhou questões que a acompanhavam. Tudo ocorrendo nesse estranho espaço de acolhimento sem paredes ou olho no olho, esse curioso *setting* atravessado por uma pandemia. Suas questões me tomam, porque de algum modo também me acompanham há algum tempo. Tornam-se, naquele momento, intenção de pesquisa.

Sem o intuito de encontrar respostas apriorísticas e definitivas, mas de pensar as condições de possibilidade para tais questões serem colocadas, pretendemos analisar as relações entre o processo de subjetivação contemporâneo das mulheres brasileiras e o complexo fenômeno da violência contra as mulheres, bem como, as possibilidades de cuidado em saúde mental experimentadas nos grupos de escuta de mulheres da CliFI. Qual o lugar da violência no processo de subjetivação das mulheres? Quais dispositivos clínicos podemos utilizar para fazer frente à individualização e culpabilização de um sintoma social? Como esses dispositivos resistem à violência de gênero, produzindo outros modos de subjetivação e outras pedagogias afetivas (ZANELLO, Valeska, 2018)¹?

É no encontro clínico que nossas questões emergem, numa Clínica com nome e sobrenome: a Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade² (CliFI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Minha inserção em agosto de 2020 na CliFI foi possibilitada pelo ingresso no curso de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da mesma universidade e pela participação no Grupo de Pesquisa InterVires - Grupo de Pesquisa-Intervenção em Saúde Mental, Políticas Públicas e Cuidado em Rede³.

A CliFI consiste em um Programa de Extensão derivado do Projeto de Pesquisa-Intervenção intitulado “Experiências Urbanas e Produção do Comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância”, realizado pelo InterVires em parceria

¹Optamos por referenciar as/os autoras/es por nome e sobrenome, a fim de visibilizar as produções acadêmicas de mulheres. Utilizamos o modo (SOBRENOME, Nome) para facilitar a identificação da obra na lista de referências.

²Página da CliFI no Instagram: <<https://www.instagram.com/clinicafeministaufrgs/>> .

³Site do Grupo de Pesquisa InterVires: <<https://www.ufrgs.br/intervires/>>.

com o Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Este Projeto trabalhou com diferentes grupos urbanos, entre eles mulheres em situação de violência, a partir de organizações como a Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal⁴, uma casa de acolhimento e abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica, e a Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos⁵, uma Organização da Sociedade Civil que busca enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça há quase trinta anos.

Durante o trabalho realizado coletivamente com as mulheres, produziu-se uma demanda de pensar o cuidado em saúde mental para mulheres em situação de violência com olhar sobre as questões de gênero, raça e classe como marcadores na produção de subjetividade contemporânea, entendendo que a categoria mulher, sozinha, em sua generalização e universalização, não é capaz de compreender a diversidade de experiências. É, nesse sentido, que o sobrenome da clínica é proposto: interseccionalidade como ferramenta analítica para pensar os cruzamentos de sistemas múltiplos de dominação e suas consequências na vida de mulheres negras, principalmente (CRENSHAW, Kimberlé, 2002).

Desse modo, não basta acolher o sofrimento de mulheres de forma individualizada, é preciso estar atenta à composição social a partir dos sistemas estruturais de opressão na configuração deste sofrimento:

Refletir acerca do gênero é desnaturalizar certas diferenças tidas como intrínsecas, cuja biologização levaria à sua reificação e à assunção de sua inevitabilidade. Isto se torna ainda mais evidente no campo da saúde mental, no qual há o fortalecimento do discurso cerebrocentrista e biológico, e questões sociais podem ser invisibilizadas e medicalizadas. Rer a saúde mental sob o viés de gênero leva, portanto, a outras reflexões e à compreensão do quanto a loucura pode ser engendrada (ZANELLO, Valeska; SILVA, René M. C., 2012, p. 268).

E acrescentamos: racializada, pois o mesmo ocorre ao analisarmos as políticas de saúde mental sob o viés da raça. Tal panorama do suposto cuidado em saúde mental na história do Brasil é apontado como produto das relações intrínsecas entre a manicomialização e o racismo científico, tendo como consequência o encarceramento da população negra (DAVID, Emiliano C.; VICENTIN, Maria Cristina G., 2020). Do mesmo modo, essa história colonial se atualiza nas práticas de "cuidado" atuais das políticas públicas, principalmente nos corpos de mulheres negras, através de esterilização coercitiva, medicalização e retirada compulsória de bebês, entre outras (PASSOS, Rachel Gouveia, 2020).

⁴Página do Instagram da Casa Mulheres Mirabal: <<https://www.instagram.com/mulheres.mirabal/?hl=pt-br>>.

⁵Site da Themis: <<http://themis.org.br/>>.

Entendemos que, ao nos propormos escutar e trabalhar no sentido do cuidado em saúde mental com mulheres em situação de violência, devemos romper com propostas hegemônicas e apostar na visibilidade interseccional.

Assim, é que, ao fim de 2019, se constrói por muitas mãos a Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade. O Programa é coordenado pelo PPGPSI e pela Clínica de Atendimento Psicológico, ambos da UFRGS, com apoio das organizações parceiras já citadas: Themis e Casa Mirabal. O coletivo de mulheres da CliFI é composto também por estudantes e pesquisadoras de graduação e pós-graduação, bem como por trabalhadoras da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e profissionais voluntárias.

Inicialmente a proposta consistia na estruturação de um programa para educação permanente desta rede e na promoção de grupos de escuta de mulheres. Entretanto, em 2020, quando fomos atravessadas por uma pandemia que assolou todo o globo, aprofundou as desigualdades sociais e fragilizou as redes de cuidado, o atendimento às mulheres se tornou um eixo prioritário. A violência contra a mulher em sua forma mais letal, o feminicídio, somou 1350 casos em 2020 no Brasil (FBSP, 2021). "É importante que as mulheres em situação de vulnerabilidade por violência doméstica não confundam o isolamento físico com isolamento afetivo e busquem contatos sociais que rompam seus sentimentos de solidão e sofrimento individual", afirmam as coordenadoras (PAULON, Simone M.; JACOBY, Marília, 2020, n.p).

Para produzir tal proposta de cuidado, não basta compreender a outra ou o outro a partir de sua posição, é preciso combater a suposta neutralidade dos saberes científicos, inclusive da Psicologia, conhecendo também nossa posição como profissionais, a fim de descolonizar a escuta.

É preciso que exercitemos cotidianamente o reconhecimento de nossa 'localização' no social e o modo como se conformam os marcadores de raça, gênero e classe em nossas realidades pessoais e nas realidades das mulheres que escutamos. [...] O racismo é uma marca histórica pungente no Brasil e temos nas mulheres negras sua face mais atroz, estando elas na condição de maior vulnerabilidade social e psíquica. Construir frentes de trabalho que atuem de modo incisivo no enfrentamento ao racismo deve ser condição primária de uma atuação clínica feminista (PAULON, Simone M.; JACOBY, Marília, 2020, n.p).

Nesse sentido, é essencial problematizar a atuação dos profissionais no cuidado às mulheres em situação de violência, no intuito de não reproduzir estereótipos sociais de vitimização e culpabilização, produtores de mais sofrimento. Entretanto, igualmente importante é pensar um cuidado que possibilite autonomia e construção de novas

possibilidades de vida, capaz de produzir deslocamentos nas relações de poder e criar outros modos de se relacionar.

Pensar o sofrimento de mulheres em situação de violência requer analisar as relações de poder e os modos de subjetivação a que estão submetidas, pois

quando o sofrimento reside na alma, na subjetividade, aquele que se inclina não o faz simplesmente para despojar alguém de suas dores, mas, principalmente, das estratégias de existência associadas a essas dores, engajando todo o ser daquele que sofre. Deste modo, uma cura é algo muito diverso de uma decupagem: para além da eliminação do sintoma ou do sofrimento, está em questão um novo modo de subjetivar-se (GONDAR, Jô, 2009, p. 127).

Retomando a questão trazida inicialmente por uma das mulheres acolhidas pela CliFI, pensar o amor, a própria construção e as possibilidades de exercício desse afeto é desnaturalizar o caminho traçado até então, em que transitam na mesma via amor e violência. "A vida humana em sua dimensão mais íntima - saúde, sexualidade, reprodução, mas também afetos, percepções, sensibilidade - tornou-se um foco privilegiado das estratégias e dos cálculos do poder" (GONDAR, Jô, 2009, p. 128). É também retomar a dimensão política do sintoma, ir na contramão da crescente medicalização de mulheres e pensá-lo como sinalização da desigualdade de gênero, raça e classe e as decorrentes violências a que seus corpos são submetidos. Bem como, pensar na violência dirigida às mulheres quando elas, de algum modo, desobedecem aos imperativos sociais:

um sintoma ou um sofrimento subjetivo não deixam de ser uma denúncia de que a produção de uma subjetividade padronizada falhou em algum lugar. A máquina emperra, vaza, ou se desgoverna. Sem dúvida, a nova ordem se alimenta dos desequilíbrios, modulando-os e controlando-os para se reequilibrar, como um funâmbulo numa corda bamba - e a sofisticação crescente da indústria de medicamentos e das classificações psiquiátricas que a legitimam são um exemplo de sua capacidade de inclusão do desgoverno (GONDAR, Jô, 2009, p. 129).

A aposta da CliFI, nesse sentido, consiste na escuta dessas mulheres, na acolhida de suas questões, no acompanhamento de suas trajetórias, de retomadas, de contradições, de criação de novos caminhos. Para tal tarefa, utiliza-se como principal ferramenta clínica os grupos de escuta de mulheres, a partir de sua potência de desindividualização do sofrimento e da violência e de produção coletiva no encontro entre mulheres.

A aposta desta pesquisa, por sua vez, decorre da possibilidade de perscrutar esses caminhos junto às mulheres escutadoras de grupos, para que possamos analisar coletivamente as possibilidades de uma intervenção grupal, pautada na ética feminista, interferir nos processos de individualização do sofrimento de mulheres em situação de violência, assim como de contribuir com a produção de novos modos de subjetivação que resistam aos imperativos racistas e patriarcais da sociedade brasileira. Ainda, como as concepções de

feminismo e de interseccionalidade compõem o trabalho com os grupos de escuta. Nesse sentido, temos especial interesse na problematização crítica que a equipe veio fazendo dos grupos de escuta, pois, conforme a música apresentada na epígrafe, "Ela desatinou / Desatou nós", questionamos a individualização dos nós atados entre processo de subjetivação e violência, apostando na coletividade da experimentação, sustentada por uma clínica com referencial ético feminista e antirracista.

Esperamos, com a escrita, proporcionar um vislumbre da amplitude do trabalho da CliFI e das reflexões surgidas durante a pesquisa, já que a mesma se trata de um fragmento, um recorte intencional. Desse modo, nos capítulos a seguir exploraremos: 1) as concepções de processos de subjetivação, sofrimento e gênero que embasam o trabalho da Extensão; 2) os caminhos metodológicos percorridos pela pesquisa; 3) a Clínica experimentada pela CliFI; 4) a ética feminista, interseccionalidade e clínica; 5) a grupalidade como ferramenta privilegiada para uma Clínica Feminista.

2. Triste, louca ou má: processos de subjetivação, violência e sofrimento.

"Prefiro queimar o mapa / Traçar de novo a estrada / Ver cores nas cinzas / E a vida reinventar". A letra da música escrita por Juliana Strassacapa, anunciada na epígrafe desta escrita, marca uma posição, um gesto, uma intenção frente ao processo de subjetivação das mulheres e às relações de gênero no contemporâneo. Não por acaso, também aponta a implicação desta pesquisadora que vos escreve no encontro com a Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (CliFI).

Implicação no sentido cunhado pelo Institucionalismo Francês, a partir de René Lourau (2007), opõe-se à ideia de neutralidade nas relações, quer sejam no âmbito da clínica ou da pesquisa, tornando fundamental a tarefa de análise coletiva das relações que estabelecemos com os objetos de pesquisa. Tal implicação não surge espontaneamente, de uma hora para outra, mas se constrói no corpo, por meio das vivências de determinado tempo e espaço. Quando penso sobre as primeiras experiências com o tema que a pesquisa se propõe a enfrentar, lembro os sentimentos de incômodo, raiva e recusa de algumas situações sociais ou mesmo familiares que não considerava justas. Por que a vida tinha de ser diferente pelo fato de ser menina ou mulher? Procurava uma justificativa racional. A indignação aumentava quando não encontrava. E, a cada dia, outros por quês se produziam. O incômodo reverberou, cresceu e se instalou quando descobri que outras mulheres também carregavam as mesmas perguntas.

As primeiras respostas convincentes que encontrei foram, aos meus 16 anos, em 2011, quando mergulhei no território de um novo mundo: as redes sociais. Foi principalmente no Facebook, nas páginas e nos grupos coordenados por mulheres e com conteúdos produzidos por e para elas, que conheci o discurso intitulado feminista. A partir dessa rede, comecei a acessar informações sobre saúde sexual e reprodutiva, relatos de violências de gênero, trocas de experiências entre mulheres, publicação de eventos e notícias equivalentes de outros lugares do mundo. Pude aprender com outras mulheres quando estas compartilhavam seus saberes, ancestrais, científicos, populares, e conhecer muitas realidades, algumas próximas, outras mais distantes geográfica, cultural e socialmente.

Não é acidental que meu encontro com o tema tenha se dado desse modo. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) modificam a forma como nos relacionamos enquanto seres humanos, produzindo transformações no tecido social, incluindo os movimentos sociais (LANGER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda,

2015). Assim, o uso dessas tecnologias oportunizou a divulgação e o fortalecimento das pautas feministas, principalmente pela possibilidade das mulheres produzirem o próprio conteúdo, com o acesso à informação, compartilhamento de experiências e depoimentos, bem como a mobilização para esfera pública, como aprovação de projetos de lei, alterações de publicidades sexistas, repúdios a conteúdos e expressões de violência contra mulher e organização de eventos (LANGER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda, 2015).

Desse modo, tem-se percebido uma mudança do público, indicando a participação de mulheres cada vez mais jovens no debate feminista nos últimos doze anos, possibilitada também pelo acesso e familiaridade com as TICs (MARTINEZ, Fabiana, 2019).

Ainda, é preciso pensar não somente de modo binário e linear, isto é, na utilização dessas ferramentas pelo movimento feminista, mas em rede, no modo como o ambiente da internet como local de ação e reflexão influenciou na produção de uma epistemologia feminista reticulada e multivariada.

Se durante todas as três ondas do feminismo, o movimento dependeu de que as mulheres se organizassem em espaços diversos presencialmente, a partir dos anos 90 a cultura digital possibilitou que as coisas se dessem de forma mais generalizada e pulverizada se tornando, ela mesma, objeto de uma nova epistemologia feminista, que foi chamada de ciberfeminismo. Tratou-se de um movimento estético e político orientado pela popularização das tecnologias digitais que renovou o debate feminista, questionando as desigualdades de gênero através das relações das mulheres com a ciência, a tecnologia e a cultura eletrônica (MARTINEZ, Fabiana, 2019, p. 7).

É nesse campo do ciberfeminismo, das relações entre o feminismo e as TICs, o qual retomaremos adiante, que ocorreram minhas primeiras aproximações com o discurso feminista. Entretanto, apesar do saber produzido no encontro com esse campo, algumas questões mais específicas e complexas se produziram, principalmente com o ingresso na academia e a consequente atuação profissional.

Minha experiência durante a graduação sinaliza o lugar ocupado pelos estudos feministas e de gênero na Psicologia acadêmica. Durante a graduação, cursei somente uma disciplina sobre gênero e sexualidade, que era optativa e tinha enfoque biológico e psicopatológico sobre as disfunções sexuais, além de encontrar raros recortes sobre gênero em disciplinas de Psicologia Social. Ainda lembro que foi no Instituto de Filosofia onde pude cursar uma disciplina sobre a teoria feminista durante a graduação.

No que se refere aos currículos, a temática de gênero aparece com maior ênfase nos cursos de pós-graduação, tendo inserção na graduação geralmente a partir de disciplinas optativas, corroborando assim a ideia de que essa perspectiva interessa apenas a especialistas,

sendo desnecessária sua colocação na formação elementar de profissionais (NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena, 2008). Essa invisibilidade e marginalização dos estudos feministas e de gênero, no âmbito do conhecimento psicológico, produzem discursos que "legitimam desigualdades de gênero e normatizam papéis e lugares de gênero nas relações afetivas, sexuais e familiares" (Ibidem, p. 216). Ao associarem as diferenças de gênero a pressupostos essencialistas, ora biologicistas, ora individualistas como "entidades psicológicas internas" (Ibidem, p. 220), marcam uma posição que naturaliza e, muitas vezes, impossibilita a transformação dessa realidade social.

Desde as primeiras experiências, minha inserção no campo profissional é marcada por incômodos e interrogações quanto ao conhecimento e prática da Psicologia no cuidado com mulheres. Ainda durante os estágios de graduação, em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD III), participei de grupos de mulheres em que era constante o relato sobre os impactos do uso de substâncias psicoativas no desempenho dos cuidados familiares e domésticos, produzindo sofrimento, culpa e vergonha por não corresponderem aos ideais de mulher, dona de casa, esposa e mãe. Demonstra-se, assim, o lugar imposto pela sociedade às mulheres, como afirma a letra da música escolhida para o prefácio deste trabalho: "A receita cultural / do marido, da família / Cuida, cuida da rotina".

Nos grupos de mulheres também era frequente o relato de julgamentos recebidos de familiares, vizinhos e amigos quando não correspondiam a esses ideais. Nos grupos de homens, por sua vez, escutava relatos geralmente sobre o prazer, lazer e socialização associados ao uso de substância e ao sofrimento que se instalava quando esse uso afetava as relações de trabalho e a autonomia financeira.

Tenho a memória de que havia um olhar colocado sobre a diferença entre as experiências de mulheres e homens na relação com as substâncias psicoativas, que inclusive influenciava a configuração do sofrimento e os efeitos na vida de cada um. No entanto, naquele momento, não ficava explícito se a equipe entendia essa diferença como natural ou se a entendiam a partir do gênero como configurador do sofrimento.

Durante a experiência de Residência Multiprofissional, quando atuei também com grupos em uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), pude perceber alguns elementos comuns nos relatos das mulheres atendidas, assim como das profissionais. Um desses espaços era o grupo de gestantes, onde, em diversos momentos, pairava no ar a romantização da maternidade, algumas vezes inclusive com roupagem científica. Ouvia que era necessário preparar essas mulheres para a empreitada que as aguardava, auxiliar na aceitação dos novos papéis e na nova dinâmica que se instauraria sobre as famílias, sem

esquecer em hipótese alguma o vínculo mamãe e bebê, já que era fundamental para a saúde do bebê. Me questionava à época: onde ficam as necessidades e desejos da mulher? É disso que se trata a Educação em Saúde: prescrições e normativas?

Impossível esquecer o encontro em que uma usuária, mulher branca, compareceu pela primeira vez, ficou quieta boa parte do encontro até ser questionada sobre suas expectativas em relação à gestação. Ela contou sobre as dificuldades que estava enfrentando, principalmente com o abandono e negligência do ex-companheiro, que se mudou para o outro extremo do país. Disse que estava sozinha e sentia o peso da sua solidão. Não queria um filho ou uma filha. Não queria ser mãe novamente. Estava considerando a adoção. Silêncio. Desconforto. Não recorro com exatidão a sequência do diálogo, mas em seguida o tema passou a ser como prevenir estrias decorrentes da gestação. Foi a primeira e única vez que ela participou do grupo.

Quais as nossas condições, como profissionais do cuidado, de sustentar a escuta das mulheres cujos desejos não passam pelos ideais hegemônicos cunhados para a mulher caricata da sociedade patriarcal? Conseguimos intervir de modo a não reforçar o desempenho dos papéis de gênero atribuídos às mulheres? Mesmo em situações de vulnerabilidade social, consideramos seu pedido legítimo ou o atrelamos à falta de condições materiais e emocionais, acreditando que ao oferecer suporte da rede essa mulher consegue desempenhar seu papel de mãe finalmente? Em que medida o cuidado em saúde está condicionado ao cumprimento dos preceitos da maternidade compulsória?

Essas questões me acompanharam durante esses anos e percebo isto ao escutar uma das mulheres atendidas pela CliFI. Trata-se de uma mulher negra que mora com sua filha adolescente, em certo momento do atendimento, diz: - “não nasci para ser mãe, não sei até quando vou aguentar”. Conta, não sem dores, que pensa se não seria melhor transferir a guarda da filha para uma organização. A proposta, quase instantânea, vem através da aposta no espaço de cuidado da clínica e na construção das redes de apoio, institucionais e comunitárias. Estaria essa proposta de acordo com a vontade dessa mulher? Como considerar o contexto familiar, as responsabilidades dos genitores, sem deslegitimar a narrativa e o desejo das mulheres?

Ainda durante a Residência Multiprofissional, os relatos escutados durante o grupo destinado a pessoas diagnosticadas com Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, conhecido como Hiperdia, também apontavam dinâmicas familiares atravessadas pelo gênero. Era corriqueiro, na fala de mulheres e homens, escutar o peso com que as primeiras se sentiam responsáveis pelo cuidado dos familiares, tanto do monitoramento de aferições e uso de

medicação, quanto no preparo das refeições e "controle da dieta". Quando as próprias mulheres eram diagnosticadas com a mesma doença, relatavam dificuldade, ou até impossibilidade, para implementar mudanças no cardápio alimentar da família, pois os demais membros não aceitavam as restrições que suas saúdes exigiam. Algumas tinham o dobro de trabalho para preparar refeições distintas.

Em outro ponto da rede do SUS, quando trabalhei em um CAPS II, também experimentei a escuta de mulheres individualmente e em grupo. Não coincidentemente, manifestaram-se preocupações com o desempenho dos papéis de mãe e esposa, principalmente sobre sexualidade em relações heterossexuais, no que se refere à redução do desejo sexual. É dolorido escutar mulheres em intenso sofrimento, preocupadas em frustrar o marido ao negar relacionar-se sexualmente ou normalizar o estupro marital, a partir da noção de débito conjugal.

O processo de patologização parece ter um papel importante nessa cena, pois legitima cientificamente, através do saber psiquiátrico e do uso de psicotrópicos, esse sofrimento. A partir desse momento é permitido à mulher o sofrimento, apontando que sua palavra, seu discurso em muitos contextos não tem validade. "Eu fui invalidada durante toda a minha vida. Minha mãe morreu sem ser validada enquanto mulher", relata uma mulher branca participante de grupo de escuta da CliFI ao lembrar sobre as manifestações da cultura machista em suas relações familiares, afirma estar vivendo um "despertar", conseguindo falar sobre "as dores de toda uma vida".

É na voz de Bia Ferreira, quando diz "não precisa ser Amélia pra ser de verdade", que as imagens de validade são questionadas e os incômodos nascidos a partir da escuta de mulheres encontram sonoridade e força:

Canto pela tia que é silenciada
Dizem que só a pia é seu lugar
Pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar
Dona de casa limpa, lava e passa⁶

Refletir sobre a frequência e a relevância de certos conteúdos nos discursos das mulheres aponta a necessidade de considerar o processo de subjetivação contemporâneo que opera em seus corpos e sua relação com a expressão ou gramática do sofrimento.

⁶ Música da artista Bia Ferreira "Não precisa ser Amélia", disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=caf3B5KVII>.

Valeska Zanello e René M. C. Silva (2012) apontam a necessidade de analisar o sofrimento psíquico associado à violência estrutural a partir das opressões de gênero, raça e classe no contexto brasileiro. Os autores realizaram uma pesquisa em dois grandes hospitais psiquiátricos de referência no Distrito Federal, analisando os prontuários das três últimas décadas, com o objetivo de levantar sintomas, diagnósticos e condições sociais dos pacientes, tanto mulheres quanto homens.

No que se refere aos sintomas e critérios diagnósticos, Zanello e Silva (2012) apontam para a invisibilidade do gênero tanto na escuta dos profissionais quanto nos manuais diagnósticos, afirmando que a leitura clínica e epidemiológica é realizada a partir dos papéis socialmente hegemônicos de mulheres e homens, produzindo uma "tendência de hiperdiagnóstico de certas síndromes em mulheres e ao subdiagnóstico em homens" e vice-versa (p. 269).

Por exemplo, é mais comum nos depararmos com uma mulher chorosa do que com um homem - e com um homem agressivo do que com uma mulher. Parece-nos, assim, que o nível de tolerância que temos para denominar um comportamento como "choro desproporcional" e "agressividade" seria diferente para um paciente homem e uma paciente mulher. (ZANELLO, Valeska; SILVA, René M. C., 2012, p. 269).

Assim, é preciso considerar o gênero, tanto como fator estrutural na configuração do sofrimento, quanto na sua expressão, na forma como se experimenta e se atribui sentido, pois ambos estão associados aos lugares reservados a mulheres e homens na sociedade patriarcal. A exemplo dessa diferença está o que os autores chamam de "profunda perversão ideológica do sistema", quando se percebe o alcoolismo enquanto doença, ao mesmo tempo que "desenvolve dependência química lícita entre as mulheres como solução para suas vidas" (p. 274). Como diz o famoso ditado popular: dois pesos e duas medidas.

No caso dos homens, a dependência do álcool os impede de levar adiante seus papéis sociais, principalmente os de ser trabalhador e provedor, que, como visto, são fundamentais para sua definição social. Por isso, deve ser combatido quando usado em excesso. Em paralelo, o diazepam permitiria que as mulheres prosseguissem no cumprimento de seus papéis sociais, dando-lhes calma e docilidade para cuidar da casa, dos filhos, do marido, aceitar maus tratos e duplas jornadas de trabalho, submetendo-se ainda a situações de violência (ZANELLO, Valeska; SILVA, René M. C., 2012, p. 274).

Ainda, os resultados identificam o perfil biométrico da pesquisa, uma mulher não branca, com baixo índice de escolaridade, doméstica ou do lar, ao mostrar que 70% dos prontuários eram de mulheres, quase 50% delas destinam seu cotidiano ao ambiente doméstico, 80% eram de pessoas nascidas ou vindas na região Nordeste do país, 62% tinham ensino fundamental incompleto, mais de 90% dos prontuários não continham dados sobre as

condições materiais ou renda dos pacientes e quase 70% não definiam a cor da pele, dos 30% que definem 62,5% são pessoas não brancas.

Desse modo, demonstra-se a necessidade de considerar as condições sociais na produção do sofrimento, sob o risco de compreensão do sujeito como "doente mental" na perspectiva biomédica e de intervir de forma curativista para a supressão dos sintomas. Nesse sentido, quando nos propomos a pensar a clínica considerando os marcadores de gênero, raça e classe, como é o caso da CliFI, é importante questionar onde repousamos o olhar e a atenção para compreender o que estamos escutando e o que estamos calando. "É fundamental, portanto, resgatar o cotidiano e a vida destas pessoas sob a pena de estarmos silenciando males sociais (de gênero, raça e pobreza) sob a rubrica de uma ciência dita neutra e imparcial", produzindo violência (ZANELLO, Valeska; SILVA, René M C., 2012, p. 274).

Sinto-me convocada pela discussão ao recordar os casos cada vez mais frequentes de mulheres que chegam à CliFI relatando terem sido diagnosticadas com transtornos mentais, quando relatam viverem situações de violência. Seria coincidência? Ao passo que também escutamos relatos de negligência em serviços de saúde, quando mulheres narram violências sofridas, naturalizando ou negligenciando-as, como se a temática não coubesse ou não dissesse respeito àquele espaço de cuidado.

Recordo situações narradas por mulheres participantes de um grupo que acompanho. Uma delas, mulher negra, relata a dificuldade de ser escutada em sua integralidade e a peregrinação que precisou fazer entre serviços de saúde para conseguir um espaço com essa disposição. Escuta compartimentada: o que é saúde mental aqui... O que é violência lá...?! E olhe lá! Ou ainda, apesar de ser acompanhada por profissionais da rede de atenção psicossocial há anos em decorrência de seu sofrimento, sente-se reduzida à violência que sofreu recentemente: "eu tenho uma vida psiquiátrica antes dele!", reclama. Sem deixar de reconhecer o sofrimento inegavelmente associado à violência sofrida pelo ex-companheiro, também não quer ser olhada somente a partir da violação, há questões outras de que gostaria de se ocupar e para as quais parece não encontrar escuta entre os profissionais da saúde a que vinha tendo acesso na rede pública.

Em relação às muitas tentativas de medicalização de sua dor, ela recusa e diz: "eu só quero poder falar, quero ser escutada". Mas como resposta vinha recebendo reincidentes recusas que lhe diziam que ali não seria o lugar adequado ao que seu sofrimento demandava. Nem sempre a resposta é direta, outras vezes vem disfarçada. No entanto, para ela que entende bem o que lhes estão a propor, o recado está dado: ela é a "fora de lugar", a inadequada, que melhor seria estar medicalizada. Conta situações em que não pôde discordar

da proposta terapêutica ou diagnóstica, não pôde ser assertiva, teve seu discurso desqualificado por ser agressiva, estar agitada ou em surto. Nesse caso, operam imbricadas opressões de raça e gênero na produção de violências.

Outra mulher branca, também integrante dos grupos de escuta da CliFI, narra sua insatisfação e descrédito com os serviços públicos, nos âmbitos da saúde, segurança e justiça, após reiteradas situações de violência institucional. "- Eu mesma já passei por isso, casamento é assim mesmo", lhe disse uma profissional de saúde, quando nossa escutada reclamava das violências infligidas por seu companheiro. Em outro serviço, lhe foi afirmado que o sofrimento produzido na relação de violência era "coisa da sua cabeça". Conta, ainda, sobre os sentimentos de injustiça e impotência frente a violência física, psicológica e patrimonial que sofreu, já que o homem autor das agressões segue com porte de arma, enquanto ela nunca foi ressarcida pelos danos causados por ele a seus bens materiais. "Essa justiça, tão falha, tão humana", conclui no grupo que a escutava.

A escuta percorre caminhos entre a patologização e a invisibilidade das experiências de violência. Ainda que o autor primeiro da violência seja um ex-companheiro, é o Estado que permite e produz a manutenção da violência contra as mulheres. Os relatos das mulheres que ouvi parecem encontrar no espaço da CliFI as possibilidades de narrar e reconhecer a ocorrência dessas violências, tanto domésticas, quanto institucionais, os silenciamentos, negligências, dificuldades de acesso e garantia de direitos.

Nesse sentido, enquanto defensora das Políticas Públicas e atuante por seu fortalecimento e ampliação, me reviro com essa questão, pois na miudeza do caso, na implicação ética com uma escuta que se pretende interseccional, como articular o cuidado às mulheres acolhidas com uma rede de atenção não raras vezes reprodutora das violências de que essas mulheres reclamam? Em nome de quê ou de quem estaremos articulando? Com que custo? De quais corpos? Precisamos reconhecer a violência nas práticas das políticas públicas, a partir dos déficits em investimentos e da precarização dos trabalhadores, em virtude das necropolíticas em curso (MBEMBE, Achille, 2016). Precisamos estar sempre vigilantes, avaliando a cada passo, caso a caso, dia a dia, o custo afetivo, o dano psicológico a que mulheres estão submetidas ao acessá-las.

Na trilha das questões entre saúde mental e violência de gênero no contexto brasileiro, Mariana P. de Medeiros e Valeska Zanello (2018) analisam as interfaces entre as Políticas Públicas para mulheres e as políticas de Saúde Mental, a partir dos seguintes documentos: os três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2008 e 2013), a Lei Maria da Penha (2006), a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), as

quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental (1987, 1992, 2001 e 2004) e a Lei da Reforma Psiquiátrica (2001).

Nos Planos Nacionais a saúde mental aparece, de modo geral, vinculada à saúde sexual e reprodutiva, uma leitura em que os aspectos biológicos prevalecem sobre os sociais, citando como exemplo a depressão pós-parto. A Lei Maria da Penha, por sua vez, trata saúde mental de modo abrangente, orientando a preservação da integridade psicológica sem indicar como essa ação deve ser realizada⁷. Já a Política Nacional de Enfrentamento não menciona saúde mental, apenas cita os tipos de violência.

Quanto aos documentos sobre a Política de Saúde Mental, as Conferências Nacionais se desenvolvem no sentido de sinalizar um cuidado às especificidades das mulheres. No entanto, quando apontam para a relação entre saúde mental e violência, utilizam o termo "vítima de violência", sem pormenorizar o que isto significa, portanto, universalizando os sujeitos. A Lei da Reforma Psiquiátrica, por sua vez, preocupada em garantir a proteção e o direito das pessoas portadoras de transtorno mental, indica a necessidade de cuidado quanto à violência sofrida por essas pessoas genericamente, compreendendo o que as autoras chamaram de "reificação do adoecimento mental, no sentido de não se questionar a própria natureza do adoecimento e suas interfaces com questões sociais" (MEDEIROS, Mariana P.; ZANELLO, Valeska, 2018, p. 397). Assim, o texto da lei estabelece uma relação de anterioridade temporal do sofrimento à violência, como se a violência só ocorresse depois ou em virtude do transtorno mental, sem considerar a própria violência na produção desse adoecimento.

Nesse sentido, as autoras apontam que o diálogo entre ambas políticas ainda é incipiente, o que pode se materializar na atenção fragmentada produzida não só pelos serviços de saúde, como por toda rede de enfrentamento à violência, ao não abordar o impacto da violência contra as mulheres para a saúde mental e propostas de cuidado:

Pode-se depreender da leitura destes documentos que a violência de gênero contra as mulheres não é tratada claramente como um fator de risco para a saúde mental. Faz-se mister visibilizar esta relação e propor aos serviços de saúde, principalmente aos serviços de saúde mental, intervenções mais eficazes para lidar com mulheres que foram ou estão sendo vítimas de violência, para que elas não sejam apenas medicalizadas e silenciadas, configurando uma nova situação de violência, institucional (MEDEIROS, Mariana P.; ZANELLO, Valeska, 2018, p. 398-399).

⁷ Nessa temática, cabe ressaltar que foi sancionada em 2021 a Lei 14.118, que cria o Programa Sinal Vermelho, bem como inclui o crime de violência psicológica contra a mulher no Código Penal e insere na Lei Maria da Penha o risco à integridade psicológica como motivo para estabelecimento de medida protetiva. Notícia disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/29/lei-cria-programa-sinal-vermelho-e-institui-crime-de-violencia-psicologica-contra-mulher> .

Considerar o sofrimento de mulheres em relação às violências de gênero é analisar o contexto em que tais violências ocorrem, as condições de possibilidade para seu surgimento, o que está intimamente associado aos processos de subjetivação de homens e mulheres. Valeska Zanello (2018), a partir dos conceitos de performatividade de Judith Butler e tecnologias de gênero de Teresa de Lauretis, propõe “caminhos privilegiados de subjetivação” que, em sociedades sexistas como a brasileira, são bem distintos para mulheres e homens. Para a autora, nessas sociedades, tornar-se pessoa é tornar-se homem ou mulher, desde uma lógica binária e heteronormativa. Tais caminhos privilegiados são culturalmente construídos, a partir de dispositivos de subjetivação constituídos na articulação dos saberes e poderes valorizados por cada sociedade e cada tempo histórico.

As mulheres, segundo Zanello (2018), são subjetivadas, prioritariamente, a partir dos dispositivos amoroso e materno; enquanto os homens, por sua vez, desde o dispositivo da eficácia (sexual e laborativa). Isto significa que os corpos são interpelados de modo distinto pelas pedagogias afetivas. Pedagogias afetivas, ou colonização afetiva, compreendem os "processos por meio dos quais a cultura participa e configura certos traços, *performances* e afetos, socialmente valorizados, inibindo outros que, quando expressos, causam conflitos sociais aos sujeitos", o que ocorre em função de que os contextos culturais proporcionam a mulheres e homens "*scripts* sobre como devem sentir e expressar suas emoções" (ibidem, p.32).

Assim, a autora afirma a importância da cultura na produção destas pedagogias afetivas, partindo de uma perspectiva construtivista das emoções, que consideram sua configuração desde as interações sociais, a linguagem e a fabricação simbólica:

Se as qualidades das emoções derivam das interações em que elas ocorrem, as quais são elas mesmas significadas em um quadro/contexto cultural, e se as interações são gendradas, faz-se necessário pensar se há e quais seriam as emoções interpeladas diferentemente em homens e mulheres. Em suma, que emoções são permitidas e legitimadas como sendo de mulheres e de homens? [...] A cultura é tácita e, portanto, altamente poderosa no processo de configuração da experiência emocional, dos processos psicológicos e mecanismos subjacentes a eles. (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 36-37)

A autora ainda questiona: "Como esses *scripts* moldam *performances* que, repetidas exaustivamente, criam a sensação de identidade? Quais os afetos e sentimentos configurados nesse processo?" (ibidem, p.56). Tais questões são pontuadas a partir da performatividade, conceito de Judith Butler, que rompe com a ideia de identidade de gênero, compreendida como substância ou estabilidade:

Gênero deve ser entendido como uma performance, a qual, via repetição estilizada dos atos, vai aos poucos se cristalizando, dando uma ideia (equivocada) de substancialização. Essa repetição não se dá livremente: há *scripts* culturais (como

agir, pensar, sentir, se locomover etc. para ser considerado como "verdadeiramente" uma mulher ou um homem) que já existem antes de nascermos e são mantidos por práticas sociais. Como nos aponta a pensadora, há uma "estratégia de sobrevivência", a qual sugere existir uma situação de coação social, claramente punitiva, na qual esta performance se dá. (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 45-46)

No sentido da coação social, Zanello afirma que, apesar de ser possível contestar os valores dominantes e agenciar outras performances, "o preço a pagar pode ser caro" (ibid., p. 32). Mas será que o custo é o mesmo para todos os corpos?

A produção e manutenção de determinadas performatividades exige, por sua vez, as tecnologias de gênero, conceito de Teresa de Lauretis, que compreende as diferentes tecnologias sociais vinculadas ao processo de produção de sujeitos generificados, ou seja, mulheres ou homens. São exemplos dessas tecnologias as instituições sociais (prisões, manicômios, medicamentos, mídia...), discursos científicos, práticas da vida cotidiana, como as brincadeiras e os xingamentos, etc (ZANELLO, Valeska, 2018).

Vale destacar o papel central que ocupam, nesse processo de subjetivação a partir do marcador de gênero, as Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente devido ao espaço ocupado atualmente pelas redes sociais e outras plataformas digitais no cotidiano. Podemos lembrar o papel dos *digital influencers* na formação de opinião e lançamento de tendências de consumo, bem como a relação crescente entre cirurgias plásticas e o uso das redes sociais⁸ e de filtros⁹, ou ainda pelo chamado Efeito Zoom¹⁰, provocado pela exposição constante à autoimagem através das vídeo chamadas durante a pandemia do Covid-19.

Essencial que tais pesquisas possam analisar esse fenômeno desde o recorte de gênero, raça e classe. Estudos já apontam o preconceito ou racismo algorítmico presente em diversas tecnologias, que vão desde as ferramentas de reconhecimento facial não identificar rostos de pessoas negras¹¹ e a busca no Google pelo termo "garotas negras" resultar em conteúdos pornográficos, refletindo a hipersexualização e desumanização a que mulheres negras são submetidas¹², até as primeiras experiências de utilização de reconhecimento facial em segurança pública no Brasil. Tais experiências evidenciaram que 90,5% das prisões realizadas

⁸"Cresce em mais de 140% o número de procedimentos estéticos em jovens", disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=381431>

⁹"Jovens fazem cirurgias plásticas para ficar parecidos com suas selfies com filtro", disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43910129>

¹⁰"Will the plastic surgery boom last after the pandemic?", disponível em: <https://www.plasticsurgery.org/news/blog/will-the-plastic-surgery-boom-last-after-the-pandemic>; "O boom da cirurgia plástica ainda durará após a pandemia?", disponível em: <http://drrodrigonascimento.com/o-boom-da-cirurgia-plastica-ainda-durara-apos-a-pandemia/>

¹¹Joy Buolamwini. "Como eu luto contra o preconceito em algoritmos", 2016, disponível em: https://www.ted.com/talks/joy_buolamwini_how_i_m_fighting_bias_in_algorithms?language=pt

¹²Tarcízio Silva. "Linha do Tempo do Racismo Algorítmico", disponível em: <http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>

foram de pessoas negras, o que demonstra uma "atualização high-tech para o velho e conhecido racismo que está na base do sistema de justiça criminal" que, por sua vez, pode intensificar o encarceramento em massa¹³. Como afirma a pesquisadora Joy Buolamwini: "Preconceito algorítmico, como o preconceito humano, resulta da injustiça. [...] O preconceito em algoritmos também pode levar a experiências de exclusão e a práticas discriminatórias"¹⁴.

Considerando os exemplos citados, é possível visualizar os impactos das tecnologias de gênero no processo de subjetivação, pois, "além de interpelar performances, constitui-se em uma pedagogia dos afetos, uma colonização afetiva" (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 47). O caso de Kacie, uma mulher de 29 anos que realizou procedimentos estéticos para tornar-se mais parecida com suas selfies, que se utilizavam de filtros, apresenta bem essa relação, como narrado na reportagem:

O que mais a preocupava era o que seu namorado pensaria quando a visse pessoalmente, depois de ela ter enviado dezenas de selfies por dia para o celular dele e de atualizar suas fotos no Instagram entre 10 e 15 vezes diariamente.

"Eu punha a coroa de flores e aquele focinho de cachorro e me via tão linda nas fotos...e depois me olhava no espelho e pensava: 'ah, essa não é a pessoa que ele vê todos os dias na tela'", diz ela.

"Eu ficava frustrada quando me olhava no espelho. Sentia que não era como a pessoa que eu apresentava ao mundo". E continua: "Eu me sentia atraente com os filtros do Snapchat. Só precisava de um empurrão para chegar a esse ponto (na vida real)".

Ela procurou um cirurgião plástico em sua cidade natal, Nova York, e acabou fazendo preenchimentos nos lábios, no queixo e nas bochechas, por aproximadamente US\$ 1.700 (o equivalente a R\$ 5.760).

Kacie planeja fazer isso mais ou menos uma vez por ano, já que os preenchimentos duram de 6 a 18 meses.

"Eu penso: é a minha cara, é o meu dinheiro, e, se o resultado geral é que eu tenho mais confiança em mim mesma e estou mais feliz com o que sou, qual é o problema?" (DAVIES, Anna, 2018)

Quando Kacie aponta o sentimento de confiança e felicidade que o procedimento estético proporcionou, bem como a preocupação com a avaliação de seu namorado, podemos perceber como as pedagogias afetivas operam a subjetivação feminina, atualizando o dispositivo amoroso. Valeska Zanello (2018) aponta o amor também como um sentimento configurado culturalmente e situado histórica e geograficamente. Por esse motivo possui diferentes representações conforme a sociedade ou momento histórico. A autora afirma que "parte da qualidade afetiva do que denominamos "amor" nos dias de hoje, em nossa cultura" provém do movimento literário europeu do século XII, o trovadorismo, quando se

¹³Pablo Nunes. Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil. In: Retratos da Violência: Cinco meses de monitoramento, análises e descobertas. Rede de Observatórios de Segurança, 2019. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Rede-de-Observatorios_primeiro-relatorio_20_11_19.pdf

¹⁴Joy Buolamwini. "Como eu luto contra o preconceito em algoritmos", 2016, disponível em: https://www.ted.com/talks/joy_buolamwini_how_i_m_fighting_bias_in_algorithms?language=pt

estabeleceram novos modos de se relacionar entre mulheres e homens a partir da produção de uma certa idealização da mulher no imaginário literário, bem como, do papel da Igreja e do Estado na institucionalização e controle do casamento (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 62).

O casamento era indissolúvel e não deveria ter nada de amor-paixão ou sentimento parecido. Propagando a mentalidade patriarcal e machista, a igreja defendia uma hierarquia no matrimônio, na configuração dos papéis de homens e mulheres. Se, de um lado, ao homem era dada certa liberdade sexual, marcada pela poligamia consentida (pecado perdoável e até esperado: a vivência do amor-paixão com mulheres fora do casamento), houve forte controle da sexualidade feminina. A mulher ideal, para casar, era aquela tida como pura, generosa, fiel e assexuada. Nela, valorizava-se como "capital" matrimonial o recato e a virgindade. Além disso, deveria ser obediente (submissa) ao marido e provedora de um amor que inspirasse apenas a ordem familiar (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 64).

Todavia, ao situar o Brasil colônia, percebe-se que a realidade conjugal era diversificada em virtude da presença das culturas dos povos originários e africanos e, por esse motivo, a Igreja proporcionava "benefícios políticos" àqueles que casassem no religioso, por exemplo, evitar que fossem vendidos separadamente casais de pessoas negras escravizadas. Importante destacar que o casamento não produziu hierarquias somente entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, pois à mulher branca era reservado o lugar de esposa e mãe, ao passo que as mulheres indígenas e negras eram alvo da escravização e da violência sexual, sendo consideradas mulheres fáceis ou impuras (ZANELLO, Valeska, 2018). Assim, operam conjuntamente o patriarcado e o racismo.

A partir das transformações históricas do século XIX, com o avanço do capitalismo, ocorreram mudanças nas relações sociais que interferem nos sentidos atribuídos ao amor e ao casamento. O amor-paixão passa a ter papel principal nas relações conjugais e se constitui, com base no individualismo, a ideia de escolha pessoal da parceira. Assim, a autora aponta que o amor como hoje conhecemos é herdeiro do amor burguês e romântico, apoiando-se na heterossexualidade compulsória e no casamento como espaço de concretização desse amor. Desse modo, o capital matrimonial das mulheres também se transforma, a beleza e a sexualidade passam a determinar seu valor. Cabe ressaltar, uma certa beleza e uma certa sexualidade.

Entretanto, a ideia de escolha, mencionada acima, é unilateral, pois ainda cabe ao homem escolher e à mulher se empenhar para ser escolhida. É nesse contexto que a aparência das mulheres se torna um investimento, associada à indústria da beleza e sua (suposta) democratização na sociedade capitalista. Ser bela passa a ser um mérito pessoal, como demonstra a história de Kacie, na reportagem anteriormente citada. O ideal de beleza e sua indústria, por sua vez, são produzidos por padrões racistas, etários e gordofóbicos, a busca estética é pelo corpo branco, jovem e magro (ZANELLO, Valeska, 2018).

É o que vem sendo discutido sobre alguns filtros de aplicativos ou redes sociais que, ao prometer embelezamento, modificam o rosto de pessoas negras, afinando seus traços, como nariz e boca, e clareando sua pele, "ou seja, uma versão mais bonita do seu rosto seria uma mais próxima de traços europeus e até asiáticos e mais distante dos seus traços originais africanos"¹⁵.

Assim como a beleza, a sexualidade se torna imperativo, antes valorizada pelo recato, agora a mulher deve ser capaz de seduzir e demonstrar sua sexualidade, ao passo que a ausência de desejo sexual se torna problemática e, legitimada por discursos científicos, patológica, justificando, inclusive, a traição masculina ou a separação.

Conforme a autora, mulheres estariam em desvantagem na relação com os homens, pois a eles compete o papel de avaliador e juiz no processo de escolha da parceira:

Dizer que o dispositivo amoroso apresenta-se como caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as "escolha". Isto é, o amor, ser escolhida por um homem, é um fator identitário para elas. Diz acerca de certa forma de amar que a elas é interpelada. Em nossa cultura, homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 84).

Para esse aspecto da subjetivação feminina mediada pelo olhar de um homem que a avalia, legitima e valora sua existência, bem como imputa à mulher responsabilidade individual pelo sucesso ou fracasso ao ser escolhida ou não, que podemos relacionar à preocupação de Kacie que seu namorado a visse pessoalmente, sem filtros. Nesse sentido, são elas responsáveis pela manutenção das relações amorosas e familiares, por meio da dedicação de tempo, considerável energia e atenção, provocando uma assimetria de investimentos quando comparadas aos homens.

Para isso, as tecnologias de gênero são eficientes em produzir a "crença de que é possível transformar mesmo uma besta em um príncipe encantado, dependendo apenas do amor, da dedicação e da paciência da mulher" e "caso isso não aconteça, é bem possível que tenha havido uma suposta "falha" na própria mulher." (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 95). Ainda, elas indicam os comportamentos necessários para tal, como "o papel do silêncio como performance ideal na manutenção do "bem-estar" das relações e, também, do sexo sem vontade como forma de barganha relacional" (Ibid., p. 118).

A autora aponta o silêncio na sua função de evitar conflitos e proteger emocionalmente seus companheiros, produzindo o que a autora chama de almofada psíquica para os homens.

¹⁵ Sua melhor versão? Apps que mudam o rosto revelam o racismo clareando pessoas negras. Disponível em <https://mundonegro.inf.br/sua-melhor-versao-apps-que-mudam-o-rosto-revelam-o-racismo-clareando-pessoas-negras/>

Trata-se de uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento (mesmo em situações de violência), na qual a mulher se responsabiliza pela manutenção e pela "paz" da relação amorosa e familiar, ainda que para isso precise suprimir a expressão de seus pensamentos e afetos (ZANELLO, Valeska, 2018, p. 118).

O silêncio funciona ainda na manutenção da disponibilidade afetiva e sexual das mulheres, já que esse assunto é um tabu nos relacionamentos. A autora aponta, a partir da sua experiência clínica, que o sexo sem desejo "é algo bastante comum na vida das mulheres, seja porque se trata de que agora estão casadas - e devem cumprir o débito conjugal -, seja como moeda de troca para obter benefícios na relação", porém "o fato de as mulheres não perceberem isso como violência, não impede que elas sejam violadas psicologicamente e que tal ato de "ceder" não tenha impacto sobre sua vida psíquica e sobre sua saúde mental" (Ibid., p. 120).

O amor seria para as mulheres uma experiência vital, um desejo e destino natural, "não se trata então apenas de um investimento dentre outros tão ou mais importantes, mas de uma (quase) dedicação exclusiva" (Ibid., p. 84). "O amor, em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e a mais invisível) de apropriação e desempoderamento das mulheres" (Ibid., p. 83). A autora afirma que ao dizer que mulheres se subjetivam a partir do dispositivo amoroso, não significa que homens não amam, mas que sua identidade enquanto homem não é colocada em questão, "eles podem sofrer ao amar, mas dificilmente sofrem por não amar, ou por não serem amados por uma mulher qualquer (diferentemente do caso de amar alguém que não os ame), como parece ser o caso da experiência das mulheres" (Ibid., p. 90).

Analisar a produção de subjetividade gendrada nos permite compreender, parcialmente, as narrativas de sofrimento das mulheres quando, apesar do empenho, suas existências não condizem com os ideais patriarcais. "Como vou arranjar alguém?", questiona uma mulher negra participante de grupo de escuta da CliFI, ao contar que acaba sendo excluída dos programas de lazer com as/os amigas/os, pois todos estão namorando ou casados, enquanto ela está solteira. Essa narrativa aponta um dos principais objetivos da socialização das mulheres: encontrar um parceiro, ou como afirma Valeska Zanello (2018) ser escolhida por um homem. A participante também cita o fato de morar em um bairro afastado do centro, onde motoristas de aplicativos não acessam após certo horário, e não possuir carro próprio ou habilitação para dirigir, o que aprofunda sua dificuldade de ter momentos de lazer.

Nessa linha, outra mulher, branca, escutada pela CliFI relata o desejo de "achar alguém legal e ter uma família estruturada", apesar de saber que não existe "isso de família estruturada", mas deseja encontrar um homem que queira ser pai, ter um bebê, que vá "curtir" a gestação. Ao contar sobre o desejo de ter uma família, também diz que a pastora da religião

que frequenta perguntou-lhe se ela não tinha percebido que, junto às suas duas filhas, já constituía uma família. Sendo sempre única responsável pela criação das filhas, tendo sofrido abandono e outras formas de violência, mesmo durante as gestações, a mulher acolhida não conseguia considerar que esta poderia ser a “sua” estrutura de família.

"Se o relacionamento vai mal, todo o resto vai mal", relata outra mulher negra atendida pela CliFI, afirmando que os conflitos com o namorado afetam seu trabalho, o relacionamento com a filha e outros familiares, que se sente deprimida e não consegue levantar da cama. Esses relatos apontam a centralidade do amor conjugal na vida das mulheres e demonstra toda uma gama de sofrimentos decorrentes dos inúmeros esforços, dedicação e desejos dessas mulheres corresponderem aos ideais patriarcais. A análise de gênero, entretanto, não parece ser suficiente para abarcar a complexidade das forças subjetivantes que concorrem para o sofrimento trazido pelas mulheres que escutamos, se não for articulada aos marcadores sociais de raça e classe.

Ainda seguindo as pistas sobre o amor, bell hooks faz coro à pergunta que abre esse trabalho: o que é isso que estamos chamando de amor? Em seu livro Tudo sobre o amor (2020), bell hooks nos convida a questionar o que conhecemos como amor, a "pensar mais profundamente no significado do amor em nossa cultura" (hooks, bell, 2020, p.34).

Não há muitos debates públicos a respeito do amor em nossa cultura hoje. No máximo, a cultura popular é o domínio em que nosso desejo por amor é mencionado. Filmes, músicas, revistas e livros são os locais para os quais nos voltamos para ver expressos nossos anseios amorosos. (hooks, bell, 2020, p. 31-32)

A autora afirma que, como crítica cultural, pôde avaliar minuciosamente o discurso sobre o amor produzido pela grande mídia e buscar, principalmente nos livros, o significado do amor. Ao percorrer os livros "como uma fonte primária de sentido e orientação" (p. 54), bell hooks aponta que a maioria deles, tanto do gênero literário, quanto de não-ficção, inclusive os caracterizados como auto-ajuda, que são tidos como referência, são escritos por homens. Aqueles escritos por mulheres são considerados menos relevantes, ainda que sejam elas as principais consumidoras sobre os livros nessa temática. "Aparentemente as mulheres estão dispostas e ansiosas a ouvir o que os homens têm a dizer sobre o amor" (p. 38).

Durante toda a minha vida, pensei no amor como um tópico que as mulheres contemplam com maior intensidade e vigor que qualquer outra pessoa no planeta. Ainda acredito nisso, embora as elaborações visionárias das mulheres sobre o assunto ainda precisem ser levadas tão a sério quanto os pensamentos e os escritos dos homens. Ainda que eles teorizem sobre o amor, são as mulheres que o praticam com mais frequência. A maioria dos homens sente que recebe amor e, portanto, sabe o que é ser amado; as mulheres geralmente se sentem num estado constante de anseio, querendo amor, mas sem recebê-lo (hooks, bell, 2020, p. 34-35).

Assim, a autora questiona a diferença de perspectiva das narrativas sobre o amor a partir do gênero de quem escreve, indicando que homens e mulheres escrevem a partir de lugares diferentes em relação ao amor. bell hooks conta sobre um companheiro que quando a conheceu, ofereceu um poema de amor, mas "sempre foi emocionalmente indisponível e não se interessava nem um pouco pelo amor como assunto de conversas nem como uma prática do dia a dia, mas acreditava plenamente que tinha algo significativo a dizer a respeito do tema" (p. 35). Ainda afirma que as mulheres que falam sobre o amor são consideradas suspeitas: "talvez isso ocorra porque tudo que uma mulher esclarecida teria a dizer sobre o amor representaria uma ameaça direta e um desafio às visões que nos foram oferecidas pelos homens" (p. 39).

Desse modo, bell hooks nos provoca afirmando que, em nossa cultura ocidental, não temos certeza a que nos referimos quando falamos em amor e que a confusão quanto ao seu significado é a gênese da dificuldade de amar. Pois, "quando o próprio significado da palavra é coberto de mistério, não surpreende o fato de que a maioria das pessoas considere difícil definir a que elas se referem quando usam a palavra "amor" (p. 46). Como também é nessa incompreensão que reside a possibilidade de associar violência e amor.

Nesse momento, gostaria de retomar a questão inicial produzida no encontro clínico e que possibilita o surgimento deste trabalho: *Ele é abusivo, não estamos juntos, mas ele é bandido, então sou mulher dele. Tenho carinho por ele ainda, o que é ainda pior. Não consigo entender ou explicar. Me explica como posso não ter amor próprio? Ter sentimento por alguém que já me fez e faz tanto mal?*

Nas trilhas das autoras acima mencionadas, pudemos relacionar o processo de subjetivação gendrado, com seus dispositivos amoroso e materno para as mulheres, e a confusão sobre o significado do amor produzindo caminhos para a manutenção da violência. Nos interessa perguntar quais as possibilidades de atuação, na micropolítica da clínica, de inventar outros modos de amar, de se relacionar e de existir. Modos que não reproduzam os imperativos racistas e patriarcais da sociedade brasileira. No entanto, com o intuito de fugir das armadilhas de universalização, é necessário pensar sobre as diferentes condições a que estão submetidos os corpos aos sistemas de opressão de raça, gênero, sexualidade e classe e suas possibilidades de ação.

3. Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada: caminhos metodológicos.

Essa pesquisa toma como campo a Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade a fim de desenhar os traçados que indicam caminhos possíveis de cuidado que se experimentam coletivamente na escuta nela realizada. Após significativa imersão no processo de trabalho da equipe, a pesquisa toma como questão um desses caminhos de cuidado: os grupos de escuta de mulheres. Tal definição se dá no encontro entre campo e pesquisa, na escuta e análise coletiva dos processos e problemas em andamento na CliFI, como apontam as autoras:

Achar a boa pergunta, tornar a pesquisa interessante, não é uma tarefa a ser desempenhada de maneira arbitrária pelo pesquisador. Não é ele quem decide o que é interessante, do mesmo modo que não é o participante quem o determina. A pergunta acerca do interesse nos conduz a um domínio de sentido em que pesquisador e participante são mais as criaturas do que os criadores (BARROS, Letícia M. R.; BARROS, Maria Elizabeth B., 2014, p. 194)

Desse caminho, algumas questões emergem: como temos operado o grupo de escuta de mulheres na CliFI? Como a ética feminista e a perspectiva da interseccionalidade compõem com o grupo no cuidado às mulheres? Poderia a interseccionalidade, sobrenome desta clínica, ser utilizada como operador clínico para pensar cuidado e intervenção em saúde mental? Poderia o grupo produzir rachaduras aos modos de subjetivação que se hegemonizaram às mulheres em uma sociedade racista e patriarcal?

São essas questões que orientam as análises de pesquisa, cuja implicação se anuncia a cada título: queimar o mapa e traçar novas estradas. Queimar os mapas que indicam os caminhos de subjetivação e modos de cuidado que (re)produzem opressão, desigualdade, violência e sofrimento.

Orientações metodológicas

Este trabalho investigativo teve como referencial metodológico a pesquisa cartográfica, compreendida como uma reversão do caminho metodológico tradicional, entendido, por sua vez, como conjunto de regras estabelecidas que orientam o caminho a ser percorrido para alcançar determinadas metas. A cartografia pretende um lançar-se a caminhar, um mergulho no plano da experiência que, por sua vez, traçaria durante o processo suas metas (PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de, 2015).

Os métodos se associam a certas compreensões de sujeito e objeto, de teoria e prática, conseqüentemente de pesquisa. Liliana da Escóssia e Silvia Tedesco (2015) afirmam que a realidade é produzida através da relação entre dois planos, o de formas e o de forças. Referem

que a metodologia tradicional representativa trabalha com o plano das formas, pensando objetos como natureza fixa, enquanto a cartografia busca ocupar-se de ambos, considerando-os em sua variância e constante transformação.

Ao lado dos contornos estáveis do que denominamos formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem. Longe de limitar seu olhar a realidade fixa, tal como propõe a abordagem da representação, a cartografia visa à ampliação de nossa concepção de mundo para incluir o plano movente da realidade das coisas (Ibid., p. 92). O plano de forças compreende o plano de imanência e do instituinte, onde as forças se relacionam e o jogo acontece, portador de intensidades e potências, como um sistema de dinâmica metaestável, não há regras fixas ou princípios universais (ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Sílvia, 2015).

O plano de formas, por sua vez, consiste no plano do instituído e corresponde às figuras já estabilizadas - individuais ou coletivas. As formas compreendem os contornos e limites definidos a partir de coagulações e lentificações dos jogos de forças, o que pode resultar em uma estabilização e constância desses limites, reforçando a ideia de universalidade da realidade (Ibidem).

Assim, a cartografia se propõe a traçar o movimento dos objetos, a acompanhar seu constante processo de produção a partir da habitação do plano de forças. Nesse sentido, conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção. (PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de, 2015, p. 31)

Desse modo, esta pesquisa buscou cartografar ao acompanhar o processo de produção das práticas de cuidado em experimentação na CliFI, analisando a possibilidade da emergência no plano de forças de estratégias de resistência à produção de subjetividade hegemônica patriarcal e racista.

Entre as ferramentas de pesquisa está os diários de campo, que tenho utilizado desde o ingresso na CliFI, assumem especial relevância na medida em que dão consistência ao exercício de análise das implicações, articuladas aos efeitos que os encontros com as escutadas, com as autoras estudadas, com as memórias acessadas produzem de conhecimento acerca do tema em questão.

Na perspectiva da análise institucional, o diário

é uma ferramenta de intervenção que tem o potencial de produzir um movimento de reflexão da própria prática, na medida em que o ato da escrita do vivido, no âmbito individual ou no coletivo, é o momento de reflexão sobre e com o vivido, revelando o não dito e pressupondo a não neutralidade do pesquisador no processo de pesquisar (PEZZATO, Luciane Maria; L'ABBATE, Solange, 2011, p. 1303).

Assim, as escritas do diário também compõem o conteúdo analisado, recuperado em alguns momentos deste trabalho. Ainda, cabe ressaltar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-PSICO) para avaliação e aprovação, assim como cadastrada na Plataforma Brasil. Assumimos o compromisso de cumprir com o rigor científico de uma pesquisa com seres humanos, respeitando os preceitos éticos em todo estudo, garantindo o sigilo e anonimato das participantes, para que assim este possa ser publicado com credibilidade em seus resultados. Ademais, seguimos as Resoluções 466/2012 e 510/2016 que versa sobre as diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, bem como, nos orientamos a partir da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709/2018, para tratamento de dados pessoais obtidos por meio da pesquisa.

Reiteramos que o processo de pesquisa ocorreu através das TICs e, portanto, seguiu orientações da Carta Circular nº 1/2021 (CONEP/SECNS/MS), principalmente em relação à forma de obtenção de consentimento e armazenamento dos dados em HD externo, diminuindo riscos de violação de dados ao manter arquivos em plataformas digitais ou contato com as redes de internet.

No momento do convite inicial e antes de cada momento da pesquisa foi orientado a cada participante a leitura e arquivamento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em seus documentos, bem como, afirmado a possibilidade de contato com as pesquisadoras em caso de dúvida. As participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa como parte do curso de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, bem como que o TCLE garante o sigilo das informações obtidas individualmente e a liberdade para se recusarem ou se retirarem da pesquisa, em qualquer momento, sem que isso possa causar-lhe algum prejuízo.

Ainda, para garantir o sigilo e o anonimato das participantes, optamos por utilizar personagens de livros que me acompanharam simultaneamente à trajetória da CliFI e, conseqüentemente, da pesquisa. Foram livros que li em 2021 e 2022 ao participar de um

Clube de Leitura¹⁶ com a proposta de ler somente autoras mulheres de diferentes lugares do globo. A seguir, tabela com a lista dos livros, personagens e autoras:

Tabela 1: Lista de Personagens

Personagem	Livro	Autora
Adah	Cidadã de Segunda Classe	Buchi Emecheta
Amma	Garota, mulher, outras	Bernardine Evaristo
Annie	O Lugar	Annie Ernaux
Fernanda	Suíte Tóquio	Giovana Madalosso
Júlia	Vista Chinesa	Tatiana Salem Levy
June	O Conto da Aia	Margaret Atwood
Machi	O parque da irmãs magníficas	Camila Sosa Villada
Maju	Suíte Tóquio	Giovana Madalosso
Tituba	Eu, Tituba: bruxa negra de Salem	Maryse Condé
Yazz	Garota, mulher, outras	Bernardine Evaristo
Yeonghye	A Vegetariana	Han Kang

Fonte: Produção da autora.

A ideia de utilizar as personagens para nomear as escutoras da pesquisa parte do encanto pela complexidade apresentada por ambas e por suas visões singulares. É a partir do referencial ético e metodológico acima descrito que embarcamos e encaramos uma pesquisa com a Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade.

Trajetórias de pesquisa

A pesquisa teve como campo o Programa de Extensão Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (UFRGS), coletivo que passei a compor em meados de 2020, me inserindo em diversas atividades. Ao longo da imersão e desenvolvimento das questões de pesquisa, definimos como foco o trabalho realizado com os grupos de escuta, em virtude de ser um tema que também reverberava nas discussões da equipe, a partir do olhar das escutoras de grupo.

¹⁶ Clube de Leitura da Manu, idealizado por Manuela D'Ávila, tendo participado das edições 2021 e 2022/1. Mais informações podem ser encontradas em: <https://manueladavila.com/clubedeleitura2021> e https://manueladavila.com/clubedeleitura2022_1

Desse modo, convidamos a participar da pesquisa as integrantes da CliFI que tivessem experiência como escutoras de grupos com as mulheres acolhidas. No momento do convite, o coletivo CliFI possuía 39 profissionais e estudantes de diversas áreas, dentre estas, 13 tinham sido ou ainda eram escutoras de grupos. Assim, foram convidadas a participar do primeiro e segundo momento as 13 escutoras de grupo e do terceiro, todas integrantes do coletivo, isto é, as 39 mulheres que compunham o programa. Os momentos da pesquisa consistiram em: 1) aplicação de questionário de Incidente Crítico (RIBEIRO, Luana et al., 2012); 2) realização de encontros de discussão e 3) encontro para restituição.

Cabe ressaltar que, apesar de ser integrante da CliFI e escutora de grupo, não respondi o questionário, tampouco analisei coletivamente nos espaços da pesquisa situações que presenciei nos grupos. As expressões das minhas leituras e dos efeitos que a pesquisa produziu em mim aparecem na escrita dessa dissertação e na utilização do diário de campo como recurso de diálogo.

Em virtude do trabalho da CliFI ocorrer majoritariamente remoto, essa pesquisa também se desenvolveu a partir das TICs, como Whatsapp para o contato com as participantes, Google Forms para produção de questionários e Plataformas de videoconferência para encontros de discussão. O convite inicial ocorreu de modo individualizado a cada participante através do aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp, meio pelo qual o coletivo CliFI já estabelece sua comunicação com o seguinte texto:

Oi, _____(nome da escutora convidada)! Como está?
 Gostaria de te convidar a participar de uma pesquisa a partir da tua experiência como integrante da Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (CliFI), coletivo do qual faço parte e de onde retirei teu contato. Se trata da pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo alicerçada na experiência com a CliFI, cujo objetivo é compreender como temos operado uma clínica feminista, analisando as referências e ferramentas a partir do nosso cotidiano de trabalho.
 A pesquisa é composta por três momentos. 1) Responder questionário (Google Forms) com alguns dados pessoais e duas perguntas sobre o trabalho na CliFI. 2) Participar de encontro para discussão coletiva dos resultados. 3) Devolução da pesquisa para a equipe CliFI.
 É importantíssima tua participação para contribuir na produção de conhecimento acerca do cuidado em saúde com mulheres em situação de violência, podendo subsidiar propostas de enfrentamento às desigualdades de gênero.
 Se concordar em participar, é essencial a leitura e compreensão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no link <https://cutt.ly/TCLEclifi> . É importante que você faça download e salve o arquivo do TCLE em seus documentos.
 Hoje te convido a iniciar respondendo o Questionário (Google Forms), que ficará disponível até _____(dia e horário). Ao aceitar participar do Questionário, você estará concordando com o TCLE.
<https://forms.gle/oscfxLqwtcAWs5sb6>
 Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, o TCLE ou o Questionário pode me contatar através do celular/whatsapp _____ ou do e-mail _____.

A qualquer momento você poderá retirar seu consentimento para utilização de seus dados produzidos pela pesquisa me contatando através dos canais acima.
Obrigada pela atenção!

Das treze participantes convidadas, onze aceitaram participar da pesquisa, uma não conseguimos contato e outra informou que não participaria. As onze escutadoras que aceitaram o convite participaram dos três momentos da pesquisa.

A. Questionário

Desse modo, iniciamos o primeiro momento junto ao convite, já que no mesmo constava o link para acessar o Questionário pelo Google Forms (Apêndice A). A proposta de intervenção do Questionário foi inspirada na Técnica do Incidente Crítico, proposta por John C. Flanagan na década de 1940 nos Estados Unidos da América e amplamente empregada no Brasil na Administração Pública, principalmente no setor da Saúde, em que se tomam situações do cotidiano de trabalho como incidentes críticos que possam proporcionar a análise do contexto e das ações dos trabalhadores a fim de qualificá-las (RIBEIRO, Luana et al., 2012).

Utilizamos como referência a experiência de uma pesquisa que aplicou a Técnica com a metodologia da Pesquisa-Intervenção, operando um instrumento de Incidente Crítico como “um dispositivo para a emergência das concepções” da equipe, proporcionando debate, análise coletiva, autoanálise e produção de conhecimento entre os participantes e para o campo (PAULON, Simone et al., 2011, p. 111). Acreditamos que essa experiência pôde contribuir para o objetivo dessa pesquisa no sentido de explicitar o modo de trabalho da CliFI a partir dos grupos de escuta de mulheres, possibilitando maior conhecimento e produzindo um mapa dessa atuação a partir de situações críticas.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as equipes se reinventam, repensando suas práticas, percebe-se a falta de apropriação daquilo que fazem. Ao serem convocados a falarem de suas práticas, não se autorizam a reconhecer o que produzem como uma nova clínica. Seguidamente colocando-se numa posição de “não-saber”, os mesmos profissionais que narram inúmeras estratégias criativas construídas para dar conta das demandas cotidianas com que se deparam falam da expectativa de uma “nova teoria” ainda por surgir, de concepções inéditas ainda não publicadas, que venham a responder todos os impasses que a transição de modelos de cuidado lhes apresenta. Estranhamente, os mesmos profissionais ‘psi’ que se apresentam imbuídos da tarefa de reformulação dos modelos e invenção de novos modos de cuidado em saúde mental esperam por uma espécie de teoria da clínica que ainda não foi socializada e que venha a sustentar o que já fazem para, só então, legitimar suas práticas (PAULON, Simone et al., 2011, p. 117).

Percebemos certa semelhança do paradoxo acima apresentado ao fazer clínico assentado na ética feminista e na operação da interseccionalidade, visto que surgem em

reuniões de equipe questionamentos sobre a própria prática em virtude da lacuna de referenciais teórico-metodológicos já difundidos com essa perspectiva. Nesse sentido, a pesquisa se propôs a debruçar-se sobre as práticas dos grupos na relação com a ética feminista e a interseccionalidade e mapear os sentidos que surgiram.

Para tal, o Questionário apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e dois blocos de perguntas, o primeiro sobre dados pessoais de cada uma para também analisar a presença dos marcadores de raça, sexualidade e classe na composição da equipe de escutoras e o segundo, baseado na Técnica do Incidente Crítico, propôs que as escutoras relembressem situações ocorridas nos grupos com as mulheres que as marcaram e respondessem duas questões:

a) Escolha uma dessas experiências e descreva aqui a situação vivenciada na CliFI em que você sentiu que MENOS conseguiu operar uma clínica feminista, quando NÃO foi cumprido ou atendido o que se propõe uma clínica feminista.

b) Escolha uma dessas experiências e descreva aqui a situação vivenciada na CliFI em que você sentiu que MAIS conseguiu operar uma clínica feminista, quando foi cumprido ou atendido o que se propõe uma clínica feminista.

O intuito com tais questões foi ampliar a análise para as condições e ações de cada situação com o objetivo de perguntar: quais condições/ações possibilitam e quais dificultam a ética feminista? Como se produziu a possibilidade ou impossibilidade de intervenção a partir da ética feminista? Assim, mapear o que as participantes consideram como ética feminista, feminismo, ou mesmo se estariam tais concepções associadas a certas correntes do feminismo. Ainda, analisar o quanto a interseccionalidade está compondo a concepção da ética feminista e está presente no modo de avaliar e intervir nas situações críticas, apontando para um dos intuitos desta pesquisa que foi interrogar sobre a possibilidade de utilizar a interseccionalidade como operador clínico.

No que se refere aos resultados do Questionário sobre os dados de cada participante: as escutoras de grupo tem entre 30 e 59 anos, aproximadamente um terço das participantes em cada década; semelhante é a informação quanto à escolaridade, cerca de um terço em cada - Ensino Superior completo, Especialização e Mestrado. Aqui cabe ressaltar, que mesmo as escutoras que compõem a CliFI com vínculo de estágio já possuem Graduação completa em outra área ou fazem revalidação do diploma, por isso nenhuma resposta aparece como cursando Ensino Superior. As áreas de graduação que aparecem são Serviço Social, Saúde Coletiva, Pedagogia, Direito e Psicologia, com 54%.

Em relação à identidade de gênero e orientação sexual, as proporções são semelhantes, com 90,9% responderam as alternativas mulher cis e heterossexual, bem como 9,1%, não binário/gênero fluido e pansexual. Quanto à raça/cor, perguntamos conforme as categorias utilizadas pelo IBGE e 81,8% respondeu branca, 9,1% preta e 9,1% parda. No que se refere à renda per capita familiar, 63,6% respondeu mais que 3 salários mínimos, 27,3% de 1,5 a 2,5 salários e 9,1% de 0,5 a 1 salário mínimo.

No que tange a situação de trabalho das escutoras, 7 são funcionárias públicas de diferentes níveis federativos, dentre elas 2 acumulam funções - uma com carteira assinada e outra como trabalhadora autônoma - , 3 trabalhadoras autônomas e 1 desempregada. Quanto ao modo de vínculo com a CliFI, 3 são trabalhadoras da UFRGS, 4 voluntárias, 2 estão realizando estágio curricular, 1 é bolsista de extensão, 1 aluna de pós-graduação. Os dados aqui apresentados serão abordados analiticamente através das questões apresentadas ao longo da pesquisa, apontando os nós que envolvem tais marcadores.

B. Grupos de discussão

Assentado nas questões anteriormente descritas, desenvolvemos o segundo momento da pesquisa que consistiu em encontros de discussão entre as participantes para analisar coletivamente as situações críticas apresentadas. Dividimos as participantes em grupos menores para melhor aproveitamento do espaço, principalmente em virtude da modalidade on-line e da utilização de plataforma de videoconferência. A critério da disponibilidade de horário das participantes, formaram-se 3 pequenos grupos, dois grupos com 3 escutoras e um grupo com 5. Inicialmente planejamos dois encontros com cada pequeno grupo de aproximadamente 1h30 de duração com o intuito de trabalhar uma pergunta sobre os Incidentes Críticos do Questionário em cada encontro.

Ao total realizamos 5 encontros, 2 pequenos grupos realizaram 2 encontros e um grupo somente um encontro ao invés de dois, fato que será abordado na seção sobre grupalidades e que tem relação direta com o caminho que a discussão percorreu. Vale ressaltar que a execução dos encontros com os pequenos grupos contou com o apoio da bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Intervires (UFRGS), a graduanda em Psicologia, Isadora Manfredi. A soma dos encontros resultou em mais de 8 horas e 74 páginas de transcrição.

Para os momentos de discussão, assim como em toda dimensão da pesquisa, utilizamos como referência a compreensão de coanálise na perspectiva cartográfica. As participantes se tornam analistas da e na pesquisa, entendendo a indistinção entre sujeito e

objeto, bem como no papel da análise ao longo de todo processo e de não exclusividade do pesquisador acadêmico.

Nesse sentido, “analisar é, de fato, sustentar um *ethos* analítico específico, permitindo que a pesquisa volte para si mesma e se interrogue acerca da implicação e da participação, levando à problematização e ao reposicionamento do lugar dos participantes” (BARROS, Leticia M. R.; BARROS, Maria Elizabeth B., 2014, p. 200). É na intenção de se colocar ao lado da experiência, de pesquisar com, de considerar as participantes como “analistas imersos no cotidiano laboral, investidos de saberes da experiência” (Ibid., p. 191), que se apostou nessa pesquisa como mais um espaço produtor de sentidos múltiplos, como o coletivo da CliFI já vem se experimentando. O conteúdo emergente da coanálise realizada nos encontros de discussão será abordado no decorrer da escrita.

C. Restituição

Como terceiro momento, após a discussão coletiva e análise crítica das situações, realizamos a restituição no sentido utilizado pela Análise Institucional, com o intuito de devolver às participantes e ao coletivo CliFI o processo da pesquisa, compartilhando e problematizando os sentidos produzidos até o momento (L’ABBATE, Solange, 2012). Tal encontro consistiu em um momento importante ao poder compartilhar não só um recorte do trabalho realizado pelas escutadoras com grupos, como também o trabalho analítico do ponto de vista da ética feminista e da interseccionalidade que a pesquisa percorreu.

O encontro ocorreu durante a reunião de equipe da CliFI, sendo destinado todo seu horário para tal finalidade, articulada à proposta de promover um espaço de formação. Contou com a presença de 18 integrantes da CliFI e teve duração de 1h50. Assim como o conteúdo dos grupos menores, as questões emergentes que surgiram durante o momento de restituição também serão abordadas ao longo da escrita.

4. “Tem algo que as palavras não alcançam”: a Clínica experimentada pela CliFI

A Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (CliFI) é um programa de extensão da UFRGS, vinculado ao PPG Psicologia Social e Institucional e a Clínica de Atendimento Psicológico (CAP), que iniciou em dezembro de 2019 a partir de parcerias interinstitucionais com a ONG Themis e a Casa de Mulheres Mirabal. A CliFI se propõe atuar a partir da perspectiva da pesquisa-intervenção e do método cartográfico, compreendendo as imbricações do saber-fazer se lança a experimentação de uma clínica com referencial ético feminista interseccional.

Desde março de 2020, com a pandemia do Covid-19 e a implementação das medidas de distanciamento social, o programa passou a operar remotamente, através de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Utilizamos o Whatsapp para comunicação entre a equipe, com a rede de políticas públicas e com as mulheres atendidas, bem como, é através dele, basicamente, que ocorrem os acolhimentos e os grupos de escuta. Ainda, contamos com o Google Meet para as reuniões e formações externas e o Google Drive para armazenamento das informações produzidas pela equipe. O Facebook e o Instagram são utilizados para divulgação do trabalho e de conteúdos elaborados pela CliFI, como também via de acesso das mulheres ao acolhimento e da rede para contato.

No momento da qualificação desta proposta de pesquisa, em setembro de 2021, a partir de levantamento realizado, a CliFI contava em sua equipe com 39 integrantes, todas mulheres. Entre elas estavam professoras e técnicas da UFRGS, estudantes de graduação e pós-graduação, extensionistas, voluntárias que atuam na rede de proteção à mulher, SUS, SUAS, entre outras. Em levantamento parcial, no quesito raça/cor foi identificado que de 39 integrantes, 2 mulheres se declararam pretas, 1 parda e 22 brancas. Ainda, no que se refere às formações profissionais, concluídas ou em curso, 17 procedem da Psicologia, 2 do Serviço Social, 1 da Enfermagem, 1 da Saúde Coletiva e 1 do Direito. Atualmente, dezembro de 2022, a equipe conta com número de integrantes aproximado, devido a rotatividade de participação por estagiárias e extensionistas que o mantém.

A Clínica se organiza em Grupos de Trabalho: GT Acolhimento e Apoio, GT Formação, GT Comunicação e GT Redes. Cada GT possui uma equipe de trabalho que se encontra semanalmente, além do espaço das reuniões de terça, onde todo o coletivo da CliFI

se encontra para tratar de assuntos relativos ao programa e para os momentos de covisão clínica-institucional¹⁷.

O coletivo também se encontra uma vez por mês aos sábados para os momentos organizados pelo GT Formação, que são pautados temas entendidos como relevantes para o processo de trabalho. No Ciclo de 2021 foram realizados 9 encontros com os temas: Efeitos da nomeação Feminista e Interseccional; Dispositivo Grupal, que despendeu três encontros; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Branquitude e Questões Raciais; Lei Maria da Penha e Violência de Gênero e Doméstica; Microagressões Raciais e Competência Multicultural do Terapeuta; Percurso Formação-Intervenção da CliFI. Já no Ciclo de 2022 foram realizados 9 encontros com os temas: Lei de Alienação Parental; Clínica do Testemunho; Testemunho e Abuso Sexual Infantil; Sala de Aula Feminista; Violência Patriarcal e Psicologia do Ressentimento; Feminismo e Teatro Decolonial, com 2 encontros; Clínica das Masculinidades; assim como a produção de uma Oficina de Escrita para a equipe CliFI.

Ainda, em 2020 o GT Formação produziu duas lives transmitidas pelo Facebook¹⁸ com as temáticas: “Mulheres que (se) cuidam: destino, desejo ou vocação?” com as convidadas Márcia Tiburi, Fabiane Lara dos Santos e Simone Paulon; “Mulheres que (se) cuidam: negritude e dororidade” com as convidadas Vilma Piedade, Rosângela Brochado Jesus e Miriam Alves. Em 2021 e 2022 também ocorreram dois eventos do Encontro Intergrupos, onde participaram mulheres acompanhadas pelos grupos e escutadoras da CliFI. Sobre tal experiência grupal, uma escutadora comenta:

Pra mim foi um momento muito, muito, muito, muito emocionante. Até hoje assim tem algo que é difícil de, quando a gente vai contar né, pra alguém[...]. E aí contando da história do encontro intergrupos e percebo que tem algo que as palavras não alcançam. Então assim, não é qualquer experiência que entra nesse rol assim, pra mim foi realmente algo muito, muito transformador. [...] mas que em alguma medida é também difícil dizer, assim, por onde se transformou. É só uma sensação de que sei lá não sou mais a mesma tendo vivido aquele momento. Sabe, assim, que a gente sente isso em alguns momentos né, quando algo te toca assim de uma maneira muito incisiva (Tituba, escutadora).¹⁹

Não só Tituba, como as demais participantes desses encontros, puderam experimentar a saída dos pequenos grupos de escuta para encontrar com o grande número de mulheres diversas que compõem toda a CliFI. Ainda, como lugar de experimentação aberto aos processos emergentes, algumas integrantes da CliFI se reuniu para estudar sobre o Projeto

¹⁷ Covisão é um neologismo criado na equipe para referir espaços de compartilhamento de saberes e leituras sobre casos clínicos, tomados, a partir do referencial socioanalítico, como analisadores da problemática das violências de gênero trabalhadas, retirando o caráter hierárquico que o conceito de “super”-visão carrega.

¹⁸ As lives podem ser assistidas na conta da CliFI: @clinfifeministaufg.

¹⁹ Os excertos das escritas ou falas das participantes serão mantidos *ipsis litteris*, a fim de preservar as expressões e características linguísticas.

Clínicas do Testemunho²⁰, incentivado a partir da experiência de uma mulher acolhida que sofreu uma violência do Estado.

Dos espaços acima mencionados, minha inserção na CliFI, que iniciou em agosto de 2020, ocorreu a partir das reuniões de terça, no GT Acolhimento, na facilitação de dois grupos de escuta e no estudo sobre Clínicas do Testemunho. Sobre esse último, sou tomada pela ideia do testemunho ser fabricada no encontro, pois depende, dentre outras, das condições de escuta (INDURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine, 2014). Penso no trabalho da CliFI, tanto no sentido de reconhecer a ocorrência das violências domésticas quanto as violências institucionais, os silenciamentos, negligências, dificuldades de acesso à saúde, assistência social, segurança, justiça. Os relatos das mulheres que ouvi parecem encontrar no espaço da CliFI as possibilidades de narrar essas violências, como um espaço seguro e com disponibilidade para sustentar essa escuta. O coletivo tem pensado nas relações entre o trabalho do Projeto Clínicas do Testemunho e da CliFI, bem como na utilização de ferramentas do Testemunho para a escuta da violência de gênero.

É importante ressaltar que minha escuta às mulheres perpassa os espaços de acolhimento e de grupo e são as condições destes que possibilitam as questões desta pesquisa. Para compreender tanto o meu trânsito como o das mulheres, é essencial conhecer brevemente o fluxo da CliFI. As mulheres acolhidas podem acessar a CliFI por e-mail, pelas redes sociais (Facebook, Instagram, e-mail), pelas redes parceiras (profissionais, coletivos, serviços) ou por contato pessoal de alguma integrante. O primeiro movimento da CliFI foi a organização de grupos, onde o acolhimento das mulheres acontecia coletivamente. Em maio de 2020 a equipe reavaliou o fluxo e definiu o acolhimento individual como via de entrada de todos os casos. Em setembro de 2020, em virtude do aumento da procura pela CliFI, percebeu-se a necessidade de ter um espaço que se dedicasse à organização dos fluxos de entrada e se inaugurou o Grupo de Trabalho Acolhimento e Apoio.

Entre 2020 e 2022, o GT Acolhimento funcionou a partir de um grupo de Whatsapp e reuniões semanais, como espaços prioritários de comunicação, discussão sobre os acolhimentos realizados e permanente avaliação de seus fluxos. Além do acolhimento, o GT também trabalhou na perspectiva do apoio institucional a outros profissionais, coletivos ou serviços que desejam pensar um cuidado a partir da ética feminista, tanto no acolhimento a mulheres que estes referenciam, quanto na abertura para a construção de redes.

²⁰ O Projeto Clínicas do Testemunho, iniciativa do Comissão da Anistia do Estado Brasileiro, visa "reparar e reintegrar à nossa história - tanto às histórias individuais, das vítimas, quanto à memória coletiva da sociedade - as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes repressivos da ditadura civil-militar (1964-1985)" (ABRAÃO, Paulo, 2014, p. 15).

No que se refere ao fluxo de entrada na CliFI, uma integrante, bolsista do programa e responsável pelo Whatsapp, se encarregava da primeira escuta às mulheres que ocorria via esta plataforma de mensagens instantâneas, em função da facilidade de acesso, sem custos adicionais a quem já as possui em seu celular e de utilização corriqueira mesmo entre as mulheres de condições socioeconômicas limitadas. A bolsista realizava um acolhimento inicial, geralmente com troca de mensagens escritas ou áudios, com o intuito de compreender as questões mais emergentes, prestar orientações necessárias e agendar o acolhimento síncrono com uma dupla de escutadoras.

O acolhimento síncrono ocorria, via de regra, por chamada de vídeo no Whatsapp. Caso exista alguma dificuldade de acesso, o atendimento também poderia ocorrer por chamada telefônica, ou por mensagem de texto no aplicativo, quando a mulher vive alguma restrição por parte de companheiros ou familiares para se comunicar. Também tivemos uma experiência de acolhimento a dois homens que espontaneamente procuraram o espaço, que posteriormente foram referenciados para serviços da rede.

O processo de acolhimento de mulheres busca se sustentar como um espaço de cuidado e de escuta qualificada para produzir demandas conjuntamente, atentas às especificidades e ao tempo de cada uma. Percebemos e temos nos questionado sobre as diferentes experiências do tempo para as mulheres que vivem situações de violência: o tempo de entender estar vivendo uma violência, o tempo de buscar auxílio, o tempo de se organizar tanto para a busca de direitos e proteção, quanto para ocupar um espaço de cuidado, o tempo dos procedimentos institucionais, principalmente os jurídicos.

A derivação para o grupo de escuta é um caminho preferencial, mas não era condição inicial para o acolhimento. Como critério de inclusão ou exclusão para inserção nos grupos de escuta, se utilizava como guia a pergunta: “Por que essa mulher *não* se beneficiaria do grupo?”. Se for identificado algum impedimento ou se a mulher entender que não deseja grupo naquele momento, ofertava-se outra modalidade de atendimento.

Em meados de 2022, no entanto, outra experiência se formaria que colocaria em questão o funcionamento do GT Acolhimento: a Roda de Acolhimento. A partir da retomada de atividades presenciais, a CliFI iniciou, nas dependências da Clínica de Atendimento Psicológica da UFRGS, uma roda de conversa entre mulheres que buscavam acolhimento. Já era algo que pululava nas reuniões da CliFI - experimentar o grupo de escuta como dispositivo de acolhimento. A Roda acontece uma vez por semana e é aberta. Assim, ao final de 2022 e início de 2023, vivemos uma transição entre um modo de funcionamento e outro do GT Acolhimento, um híbrido entre os dois.

O processo de construção dos grupos de escuta, por sua vez, passou por diversas experimentações. Inicialmente ocorria por disponibilidade de horário entre as profissionais e as mulheres. Em outro momento o GT pensou a grupalidade das mulheres por demandas, por exemplo, mulheres em sofrimento em virtude de processos de separação, solicitando espaço para lidar com questões que envolviam tal situação. Atualmente temos percebido certa organicidade na formação de grupos a partir da Roda de Acolhimento. Algumas mulheres participam da Roda durante alguns encontros e sugerem formar um grupo de escuta com aquelas que integraram o espaço.

Procuramos trabalhar com as acolhidas as questões relativas ao imaginário sobre grupos, afirmando como espaço coletivo potente para trocas com outras mulheres, para ampliação da rede de apoio, para coletivização das experiências, sofrimentos e estratégias de vida. Buscamos também abordar desconfortos em relação ao sigilo no contexto grupal.

Me recordo do acolhimento de uma mulher negra que relatou o receio em participar de grupos de escuta, pois não se sentia à vontade em compartilhar sua história. Ela foi diagnosticada com HIV enquanto vivia um relacionamento violento. O companheiro, que não realizava o tratamento e omitiu sua condição de saúde, não permitia relações sexuais com uso de preservativo. Após seu diagnóstico, ele passou a chantageá-la para não romper o relacionamento, ameaçando que contaria para todos seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, chegando a fazer cartazes e postagens em redes sociais. Inclusive ela chegou a ser demitida por conta dos transtornos que ele causava em seu ambiente de trabalho.

Por meses, devido ao medo do estigma e preconceito, ela viveu essa situação sozinha. Depois, com o apoio das filhas e de profissionais de saúde, registrou BO e solicitou Medida Protetiva de Urgência. Procuramos trabalhar o estigma do HIV durante o acolhimento, inclusive tecendo rede com outros espaços, e a proposta de que no grupo era ela que definia o que e quando compartilhar. O processo de acolhimento durou sete encontros e há 2 anos ela compõe um dos grupos de escuta da CliFI. Ela ocupa sistematicamente o espaço, compartilha questões e conflitos de sua vida, dialoga com as outras participantes e se refere ao grupo como importante rede de apoio. Após sete meses participando do grupo, com outras duas mulheres negras acolhidas, ela contou seu diagnóstico, afirmando que ninguém além de suas filhas e equipe de saúde sabiam. Tinha receio e vergonha de compartilhar. As colegas de grupo de escuta a receberam e acolheram, afirmando que ali não tinha lugar para o preconceito, uma disse que iria abraçá-la e dividir um chimarrão quando se vissem pessoalmente. Atualmente, em Janeiro de 2023, está escrevendo um livro, incentivada pela dupla de escutadoras,

testemunhando sua história. Contou que uma vez lhe deram o livro de Maria da Penha e isso a fez pensar que também poderia ser escritora.

Entendemos essas experiências como importante indício da ética do acolhimento: estar com, escutar e acompanhar o movimento das mulheres, respeitar os seus limites. Podemos pensar o acolhimento, tomando emprestada sua dimensão proposta pela Política Nacional de Humanização do SUS: "acolhimento como ato ou efeito de acolher expressa, em suas várias definições, uma ação de aproximação, um "estar com" e um "estar perto de", ou seja, uma atitude de inclusão. Essa atitude implica, por sua vez, estar em relação com algo ou alguém" (BRASIL, 2010, p. 6). Bem como, a partir de seu referencial ético, estético e político:

ética no que se refere ao compromisso com o reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas diferenças, suas dores, suas alegrias, seus modos de viver, sentir e estar na vida; estética porque traz para as relações e os encontros do dia-a-dia a invenção de estratégias que contribuem para a dignificação da vida e do viver e, assim, para a construção de nossa própria humanidade; política porque implica o compromisso coletivo de envolver-se neste "estar com", potencializando protagonismos e vida nos diferentes encontros (BRASIL, 2010, p. 6).

A partir da minha experiência, penso que este referencial acompanha o fazer da CliFI, para além do momento do acolhimento, à medida que se busca a construção coletiva dos espaços a partir da horizontalidade das relações, a orientação não profissional-centrado ou mulher-centrada, mas encontro-centrada e a corresponsabilização do cuidado.

A importância do encontro é igualmente considerada entre as integrantes da CliFI, que relatam a escuta em dupla nos acolhimentos e grupos como uma forma de cuidado entre si e de maior possibilidade de troca. Ainda é um tema discutido para avaliar seus efeitos para integrantes da CliFI e mulheres acolhidas, pois, apesar de utilizarmos o termo escutadoras para as profissionais da CliFI, compreendemos que ambas são escutadoras e escutadas.

No que se refere aos grupos de escuta, tiveram início em abril de 2020 e consistem no principal modo de acompanhamento das mulheres. Desde então, as experiências com grupos de escuta têm sido diversas, com autonomia das facilitadoras no seu desenvolvimento. No entanto, eles mantêm algumas características comuns: a dupla de escutadoras e o número de 4 a 5 mulheres acolhidas por grupo. A CliFI promove espaços de formação e covisão para compartilhamento e análise coletiva das experiências produzidas nos grupos de escuta.

5. “Contar e dar a conta”: ética feminista, interseccionalidade e clínica

Uma das linhas de análise produzidas a partir da pesquisa, que tem intrínseca relação com o problema colocado, se trata da ética feminista e da interseccionalidade. Nos perguntamos inicialmente acerca do nome: Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade. O que queremos dizer com tal escolha? Que horizontes ético-políticos apontamos quando o escolhemos? Tais perguntas rondam a equipe desde a sua formação, indício disso é um texto escrito pelo coletivo com o título *Efeitos de uma nomeação*, no qual alguns fios de investigação são tecidos (PAULON, Simone M.; CUNDA, Marília S. J.; BARBOSA, Maíra F.; OLIVEIRA, Itauane; NOGUEZ, Camila M. R.; OLIVEIRA, Thais G., 2023).

As autoras colocam em questão o nome e sobrenome da CliFI apontando a quais concepções de clínica e feminismos estariam vinculados, bem como o motivo pelo qual a interseccionalidade é essencial. Apontam a ruptura com um conceito hegemônico de *mulher*, característico do feminismo colonial, indicando a necessidade de incluir as compreensões sobre as diversas estruturas de opressão, como a raça e a classe, para além do gênero (Ibidem).

Ao perguntar: “enquanto coletivo de feministas a escutar outras mulheres, com quais violências eventualmente consentimos ou quais opressões, por ventura, nos escapam à percepção?” (ibid., p. 7), o coletivo propõe, através da perspectiva interseccional, lançar atenção à manutenção de violências que podem ocorrer nos encontros entre mulheres. Ainda, afirmam a intenção ético-política da Clínica quando embasam sua atuação na intervenção aos processos de subjetivação que reproduzem tais violências.

A partir dessas problematizações iniciais, nos deparamos com um trabalho robusto e em pleno desenvolvimento, com o acompanhamento das mulheres através de acolhimentos e grupos de escuta. Deste cenário produzimos uma questão a partir da pesquisa de mestrado que fervilhava no coletivo CliFI: como operamos a ética feminista e a interseccionalidade nos grupos de escuta? Interessava aqui investigar com as escutadoras de grupos as concepções de ética, de feminismo e como estas se articulavam na prática clínica ao trabalhar com as mulheres. Por isso, as duas questões do Questionário (Apêndice A) consistiam em recordar situações vividas nos grupos em que as escutadoras avaliam que mais operou e menos operou uma ética feminista. Buscamos, assim, iniciar um espaço para tais reflexões e acompanhar o quanto o conceito de interseccionalidade se fazia presente.

Estimulado pelo Questionário e pelas discussões nos pequenos grupos da pesquisa, esse capítulo aborda compreensões de ética feminista, interseccionalidade e clínica, ainda observa no que elas se constituem reciprocamente na experiência da CliFI. Nessa linha percorreremos pontos como cultura e processos de subjetivação, relações entre violência, silenciamento e escuta, as aliadas que compõem a escuta da CliFI e interseccionalidade.

Aquilo que se repete na escuta: cultura e subjetivação

Ao narrar o acolhimento de uma mulher em período pós-parto e vivendo a solidão após sair de uma situação de violência durante a pandemia, uma escutadora aponta uma especificidade ao escutar as mulheres acolhidas pela CliFI: há algo que se repete nas histórias.

O que me chamava muito a atenção é o que a gente escuta muitas vezes, né? [...] de uma certa forma aí tu via assim o quanto ali naquela situação tava representando essa sociedade que a gente vive, da moral [...] Mas aí tu vê vários elementos assim que adocece, que nos adocece né? Da cultura assim, e não era, não só ela né, mas todos nós assim (June, escutadora).

Esse “algo que se repete” nos relatos de violência compreende os elementos presentes nas narrativas: as características das violências contra a mulher, os xingamentos, as perseguições, o julgamento moral, a culpabilização e responsabilização das mulheres pela violência sofrida, isolamento da rede de apoio, solidão, invalidação da violência em si e dos seus sentimentos em decorrência dela, a revitimização e violência institucional ao buscar ajuda profissional, entre tantos outros.

A repetição destes elementos aponta a violência contra a mulher como uma questão social, e não individual, pois tem suas raízes na cultura patriarcal, que se relaciona, por sua vez, com a subjetivação de homens e mulheres. Uma cultura que ratifica a todo momento a inferioridade de mulheres, seus corpos como objetos manipuláveis e matáveis, retroalimenta tal cenário de violência. Ainda, uma sociedade marcada pela escravidão e pelo racismo, também estrutura a violência contra mulheres negras.

A relação entre cultura e subjetivação resgata a discussão realizada por Valeska Zanello, apresentada anteriormente, a respeito dos dispositivos privilegiados de subjetivação através de tecnologias de gênero. Portanto, em sociedades sexistas como a brasileira, há caminhos diferentes de subjetivação para homens e mulheres, seus corpos são interpelados por pedagogias afetivas, produzindo performances distintas. A autora aponta que mulheres são subjetivadas pelo dispositivo amoroso e materno, enquanto homens pelo dispositivo da eficácia laboral e sexual (ZANELLO, Valeska, 2018).

No diálogo a seguir, entre duas escutadoras, percebemos a apresentação de elementos que atualizam tal produção subjetiva e extrapolam uma leitura individualizante acerca do sofrimento em decorrência da violência contra a mulher:

Maju: Tem o em comum né, tem alguma coisa em comum ali, né? Não é eu que tô ouvindo, não é eu, fulana de tal, né. Tem alguma coisa que vai além né, do coletivo! [...] E dentro de uma política neoliberal! Ah é muita coisa, guria! A gente começa assim de um microzinho, da família e vai indo para os grupos! E aí tem toda uma outra cultura, né, que também influencia!
June: Sim! A mídia, a novela, o governo!

É na relação violência-cultura-subjetivação que incide uma prática clínica com viés feminista. Quando uma escutadora narra sobre mulheres que “se dão conta que ‘não, pára aí, não sou eu’” ao estar em grupo, aponta um indício de resistência à culpabilização da mulher frente à situação de violência. As escutadoras apontam efeitos de reconhecimento e acolhimento mútuo nos grupos e o consequente questionamento da própria cultura produtora dessas cenas trágicas, conforme a fala que segue:

Só o fato de tu oferecer uma escuta pra pessoa falar e tu validar isso como algo importante e não dizer que é uma bobagem. Eu acho que, e assim através do relato das outras mulheres também, reconhecer "ah, mas isso que ela tá falando também passei, então eu não tô louca como ele falava né". Então, isso várias vezes a gente escuta nos grupos, bem essa expressão, bem característica assim. Então é algo que se repete e que elas acabam além de poder falar, acabam escutando também das outras, e isso acaba legitimando assim, essa experiência né. E à medida que elas se dão conta disso, modifica de alguma forma o lugar delas em relação a isso (Maju, escutadora).

Desse modo, as escutadoras afirmam entender que conseguem operar uma ética feminista quando ocorre uma escuta atenta às formações culturais e às produções subjetivas a elas associadas, proporcionando um campo de experimentação para outros modos de subjetivação que resistam à naturalização da violência, principalmente no caso das mulheres. Mas não só. Em diversas ocasiões, no decorrer da história da CliFI, nos questionamos sobre as configurações das masculinidades e suas relações com a violência. Frente a essa necessidade de produção de conhecimento e cuidado, atualmente há o Programa de Extensão Clínica das Masculinidades²¹, com atividades paralelas à CliFI.

“Nunca foi falta de voz, foi falta de escuta”: violências, silenciamentos e escuta

Na esteira da discussão sobre violências, uma escutadora tece uma crítica à ideia de que é preciso "dar voz" aos sujeitos subalternizados:

²¹ Para saber mais sobre o Programa acesse: <https://www.instagram.com/climaufrgs/>

fôssemos menos violentos [...] como sociedade, a gente escutaria melhor. A gente tem uma prática sistemática de silenciamento que opera, [...] a gente tem um largo histórico de silenciamento, de apagamento, de recusa da escuta. Nunca foi por omissão desses grupos, porque sempre tiveram vocalizando, protestando. [...] Esse discurso de que é preciso dar voz, nunca foi falta de voz, nunca foi. Foi falta de escuta e nós somos muito bons, muito melhores, inclusive, em não escutar do que escutar, efetivamente (Fernanda, escutadora).

Aqui Fernanda aponta a correlação entre a história de violência de determinada sociedade e sua capacidade de escuta, compreendendo que não se trata de dar voz e sim de se permitir escutar o que o outro fala. Do mesmo modo, Grada Kilomba (2019) demonstra, com a imagem da máscara de Anastácia, o projeto colonial de silenciamento dos corpos negros em virtude do “medo apreensivo” do colonizador branco em confrontar verdades desconfortáveis (ibid., p. 41). Ainda, afirma que “o ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta”, onde a escuta se apresenta como um “ato de autorização em direção à/ao falante”, pois “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” (p. 42).

A autora inclusive dialoga com Gayatri Spivak especialmente com seu texto *Pode o subalterno falar?*, afirmando que Spivak não se refere ao ato de falar em si, mas às “estruturas de opressão que não permitem que essas vozes sejam escutadas”, em virtude da repressão do racismo e colonialismo (ibid., p. 47). Assim, ao percorrer a história colonial questionamos a naturalização da violência contra determinados corpos, bem como a relação de silenciamento e escuta na dinâmica dessas violências. Nos interessa aqui investigar a influência de tais violências na produção de conhecimento e de cuidado.

Ramón Grosfoguel (2016) propõe uma crítica à produção de conhecimento nas universidades ocidentalizadas retomando a história do longo século XVI, período de formação do novo sistema-mundo entre os anos 1450 e 1650, ao apontar que os saberes legitimados, considerados verdadeiros, são aqueles relacionados aos cânones europeus. O autor associa esse monopólio de conhecimento a quatro grandes genocídios/epistemicídios: dos povos muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, dos povos nativos na conquista das Américas, dos povos africanos na conquista da África e escravização nas Américas e das mulheres indo-européias acusadas de bruxaria.

Esse período inicia com a expansão colonial e se dissemina a partir do genocídio físico e do epistemicídio cultural desses povos, exterminando formas de existência distintas ao desejado pelo “sistema-mundo capitalista, patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista” (GROSFOGUEL, Ramón, 2016, p. 46).

A conquista da monarquia espanhola sobre o califado em Al-Andalus iniciou a partir de uma discriminação religiosa contra judeus e muçulmanos, o que o autor considera um

discurso protorracista, pois a humanidade dos povos ainda não era questionada e sim suas identidades, seus hábitos, deuses e cultura. Os muçulmanos e judeus foram assassinados, expulsos ou obrigados à conversão ao cristianismo, mas ao converter-se eram integrados socialmente. A monarquia espanhola desejava unidade, uma única identidade de nação, enquanto que em Al-Andalus existia direito à múltiplas identidades e exercícios de espiritualidades.

A mentalidade e os métodos de dominação e extermínio empregados na conquista de Al-Andalus foram exportados e utilizados na África e Américas. Com a conquista das Américas a discriminação religiosa transformou-se em racismo religioso e com a escravização dos povos africanos, em racismo de cor.

Ao deparar-se com os povos ameríndios, o colonizador europeu inventa a identidade “índio” e questiona se tais povos possuem religião. Porém, à época, questionar sobre a religião era questionar a existência de alma, questionar a humanidade. A pergunta pairava sobre a possibilidade de escravização dos povos ameríndios. “Ainda que naquele tempo a palavra “raça” não fosse utilizada, o debate sobre ser ou não dotado de alma era essencialmente racista, à semelhança do discurso científico do século XIX” (ibid., p. 38). A partir do tráfico transatlântico e da escravização dos povos africanos nas Américas, o racismo de cor substituiu paulatinamente o racismo religioso e tornou-se o princípio regulador do trabalho e da acumulação capitalista.

Contra uma narrativa eurocêntrica, como a de pensadores como Foucault (1996), que situam a transmutação do antissemitismo religioso para o antissemitismo racial no século XIX, com a ascensão do racismo científico, afirmamos que o racismo antissemita surgiu na Espanha do século XVI, no momento em que a velha discriminação antissemita medieval emaranhou-se com o novo imaginário racial moderno, produzido na conquista das Américas (GROSFOGUEL, Ramón, 2016, p. 41).

Tal processo não poderia ter ocorrido sem o extermínio da memória e saberes dos povos e, como resultado do epistemicídio, bibliotecas foram queimadas, códices indígenas destruídos, “nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo”, todos submetidos a um “regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento” (GROSFOGUEL, Ramón, 2016, p. 40). Assim, as mulheres indo-européias também não escaparam, mas com uma especificidade que conjuga genocídio e epistemicídio:

Ao contrário do que ocorreu com o epistemicídio contra as populações indígenas e muçulmanas, quando milhares de livros foram queimados, no caso do genocídio contra as mulheres indo-europeias não houve livros queimados, pois, a transmissão

de conhecimento acontecia, de geração para geração, por meio da tradição oral. Os “livros” eram os corpos das mulheres e, de modo análogo ao que aconteceu com os códices indígenas e com os livros dos muçulmanos, elas foram queimadas vivas (GROSFUGUEL, 2016, p. 34).

Retomando a crítica às universidades ocidentalizadas, é esse longo processo de genocídio e epistemicídio que possibilita o monopólio na produção de conhecimento. Grosfoguel (2016) aponta que para existência do *ego cogito*, referência da filosofia moderna cartesiana, foi necessário o *ego conquisto* e o *ego extermino*, isto é, a conquista e o extermínio de outros modos de pensar. Ainda, a dualidade entre mente e corpo possibilitou acreditar que o pensamento pudesse existir dissociado da geopolítica do corpo, assim, o pensamento produzido na Europa seria universal, podendo ser aplicado a qualquer outra realidade do globo.

Como aponta Grosfoguel (2016), é a violência epistêmica e genocida que inaugura o monopólio de conhecimento que, por sua vez, conformam as práticas de cuidado. Percorrer os caminhos históricos que nos trouxeram até o presente é essencial para compreendermos as práticas sociais atuais. Assim, para além do panorama mundial que Grosfoguel desenha, incluindo a América Latina, o Brasil carrega em sua história recente as marcas de uma Ditadura Civil-Militar que durou longos 21 anos, entre 1964 e 1985, como aponta Fernanda, escutadora: “somos crias desse processo histórico de silenciamento das violências das ditaduras cívico-militar. Acho que o Brasil é um país que se destaca na região de como a gente institucionalizou esse silenciamento, inclusive, a gente se acostumou a ele”.

Assim, os resquícios desses períodos violentos na atualização de violências do Estado e institucionais aparecem nos relatos das mulheres acompanhadas pela CliFI:

Há um ano, [...] fui atacada a golpes de facão pelo homem com quem vivi por 18 anos. Aguardava o ônibus na parada após uma jornada longa de trabalho como técnica de enfermagem, quando ele me abordou simulando um assalto. Seu objetivo era me matar para ficar com o seguro de vida que fiz em nome dos nossos três filhos, os quais sustento sozinha e cujos nomes repeti inúmeras vezes, como um mantra, para manter-me consciente e ter forças enquanto aguardava o resgate, ensanguentada, no chão da calçada.

Meu corpo me lembra todos os dias, através das cicatrizes e das intensas dores das sequelas. Tenho flashes do ataque, sinto medos profundos e irracionais a cada data que marca os meses passados do atentado. Ainda assisto as filmagens do crime, sinto essa necessidade, pois parece que uma parte de mim custa a acreditar. Não quero esquecer, quero que a dor suavize, quero meu direito de sentir e dar dignidade a essa história, por isso hoje eu falo: quando uma mulher se cala, muitas morrem. Não quero mais ser silenciada.

Preciso dizer das violências cotidianas e sistemáticas que uma sobrevivente como eu sofre: da negligência do Estado à falta de empatia das pessoas. Chego a desconhecer a humanidade quando escuto perguntas como “por que ele fez isso?” ou “qual foi o motivo?”, olhares de julgamento que tentam justificar o injustificável. Parece que as pessoas não pensam para falar. Falam sem qualquer propriedade.

Estou perdendo os movimentos das mãos porque não há fisioterapeutas suficientes no SUS, não há linha de cuidado para vítimas como eu e sequer o seguro, que quase

me custou a vida, foi pago integralmente. O tratamento a cada perícia do INSS é humilhante, e meus filhos não têm direito ao auxílio-reclusão, pois a renda do meu ex-marido, que se negava a pagar pensão, excedia o teto para a concessão do benefício. Esse dinheiro faz muita falta, temos sobrevivido com doações e ajuda de alimentos. Para que meus filhos não passassem fome, algumas vezes precisei fazer faxinas, mas, com as dores cada vez mais crônicas, trabalhar é uma possibilidade que se distancia. Estou me tornando uma pessoa com deficiência física após sobreviver a um ataque feminicida. Tive que reunir todos os meus recursos para mudar de estado, recomeçar a vida longe do lugar que me causa tantos gatilhos e que chegam a me impedir de andar pela rua sem ter uma crise de pânico (THAÍS HIPÓLITO; LARA WERNER, 2022).

O relato acima é fruto de um encontro da CliFI, entre uma mulher acolhida e uma escutadora, produzindo uma série de quatro textos testemunhais²² apontando o que também foi afirmado durante esta pesquisa por outra escutadora, Júlia: “o quanto as mulheres sofrem essa reedição da violência nas instituições também né, que aí também a gente pode pensar na não escuta”. Percebemos, assim, o silenciamento operando em diversas esferas institucionais, nas relações sociais e na falta de planejamento e gestão pública para tratar de determinados assuntos, como a violência contra a mulher. Como assinala o título do relato acima, o feminicídio é a ponta do iceberg em um grande bloco constituído de múltiplas violências: “falar de feminicídio é falar de violência e falar de violência é falar de violências” (Fernanda, escutadora).

Nesse ponto, há também a preocupação e constante atenção em não operarmos pela lógica do silenciamento e da perpetuação da violência, pois, “a gente também pode tá fazendo papel de agente do Estado, dependendo da forma como a gente vai fazendo essas dinâmicas, ah, revitimizar, falar da violência”, como afirma Annie, escutadora.

No que se refere à violência institucional no âmbito jurídico, no Brasil o caso emblemático de Mariana Ferrer enfatizou a realidade inescrupulosa a que mulheres são submetidas ao denunciar crimes sexuais. Mariana teve sua narrativa deslegitimada, sua imagem utilizada pejorativamente, ferindo sua dignidade, tudo isso aos olhos e consentimentos dos agentes da justiça. Em 2021 foi sancionada a Lei 14.245, que leva seu nome, com o intuito de aumentar a pena em um terço para o crime de coação no curso do processo em casos de crimes sexuais²³.

²²Série de quatro textos escritos entre uma escutadora e uma sobrevivente de feminicídio, a partir do acompanhamento da CliFI:

- 1) <https://www.brasildefatores.com.br/2022/05/10/ate-quando-irao-derramar-nosso-sangue>
- 2) <https://www.brasildefatores.com.br/2022/06/07/a-ponta-do-iceberg>
- 3) <https://www.brasildefatores.com.br/2022/07/06/a-primavera-sera-feminista>
- 4) <https://www.brasildefatores.com.br/2022/08/11/nos-sobreviventes-e-refugiadas-da-violencia>

²³ Sancionada Lei Mariana Ferrer, que protege vítimas de crimes sexuais em julgamentos, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/23/sancionada-lei-mariana-ferrer-que-protege-vitimas-de-crimes-sexuais-em-julgamentos>

Outro crime que ganhou notoriedade no Brasil é o caso de Miguel Otávio Santana da Silva, menino negro de 5 anos que faleceu após cair do 9º andar enquanto estava aos cuidados de Sarí Corte Real, mulher branca e patroa de sua mãe, Mirtes Souza. No momento do ocorrido, Mirtes, empregada doméstica, passeava com o cachorro da patroa. Miguel acompanhava a mãe no trabalho, pois o fato ocorreu em 2020, em plena pandemia do Coronavírus, quando as escolas estavam fechadas. A avó materna de Miguel, mãe de Mirtes, também havia trabalhado durante anos como empregada doméstica para a mesma família. O patrão e marido de Sarí, Sérgio Corte Real, ex-prefeito de um município de Pernambuco, foi acusado de usar recurso público no pagamento das empregadas domésticas que trabalhavam em sua residência²⁴. Mirtes aguarda até hoje o desfecho dos processos penal e cível.

O caso do menino Miguel é simbólico ao trazer elementos marcantes da cultura brasileira, como as hierarquias nas relações raciais e de classe; a falta de recursos públicos a certas populações e a disponibilidade, mesmo indevida, a outras; os direitos à maternidade e à infância que são sistematicamente negados à população negra. Assim, o cenário aponta a importância da análise interseccional principalmente em sociedades com significativa história de escravização, com consequência até os dias atuais, com seus herdeiros beneficiários e herdeiros expropriados, como apontado por Cida Bento (2014), que abordaremos posteriormente.

Com quem temos escutado? Reconhecendo nossas alianças.

A partir da discussão sobre violência e silenciamento, interessa pensar a intervenção de escuta: com quem temos escutado? Quais referenciais temos utilizado? Quais nossas/os aliadas/os? Durante essa cartografia, algumas companhias conceituais apareceram: acolhimento, clínica ampliada, linha de cuidado, princípios do SUS, clínica do testemunho, feminismo decolonial, feminismo negro, estudos críticos da branquitude, psicanálise, etc. Serão trazidas a esta seção, as alianças que assumiram maior protagonismo nas análises produzidas entre as escutadoras.

Uma das principais tecnologias de que a CliFI lançou mão na escuta às mulheres em situação de violência foi o acolhimento. Fortemente inspirado em experiências do SUS, a CliFI formou seu GT de Acolhimento em alguns meses de funcionamento para ordenar o

²⁴ Caso Miguel: Justiça nega terceiro habeas corpus a prefeito de Tamandaré (PE), disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/caso-miguel-justica-nega-terceiro-habeas-corpus-a-prefeito-de-tamandare-pe/>

fluxo de chegada das mulheres. No entanto, até o momento o GT passou por diferentes configurações, mas a perspectiva ética em si permanece.

Eu acho que a coisa que menos faria sentido, e isso não quer dizer que isso não aconteceu no projeto, seria a gente questionar esse acompanhamento longo e por demanda individualizado porque era a situação que se apresentava dessa maneira. Então, por exemplo, quando o feminismo latinoamericano coloca a consigna de ‘nenhuma a menos’, isso reverbera. Por que isso estourou mundialmente? Fala disso que enunciamos aqui neste território. Qual é a radicalidade da gente sustentar ‘nenhuma a menos’ de fato? Este acolhimento por este tempo, ter que olhar pra essas questões todas, muito complexas e não se furtar de escutar, de dar suporte, de percorrer esses itinerários com elas da maneira como nos é possível.

Na fala, a escutadora Fernanda aponta um questionamento que surgiu em alguns momentos na CliFI: a preocupação de estarmos reificando a individualização da violência e do sofrimento e dificultando o ingresso no grupo de escuta ao ofertar um acolhimento longo e individualizado. O que poderia reforçar uma concepção hegemônica colada à instituição “clínica” em saúde mental, atrelando a ideia de tratamento psicológico a uma cena privada, individual e elitista. No entanto, o que aparece na fala das mulheres e na percepção das escutadoras é uma produção de cuidado muito singular a cada mulher acolhida, uma invenção de uma rede de assistência a cada necessidade e uma radicalidade na autonomia do processo terapêutico de cada uma. “Elas nos dão todas as pistas do que que elas precisam”, complementa Fernanda, escutadora.

A impressão que fica é que o GT Acolhimento imprimiu uma configuração de dispositivo de acolhimento que consolidou uma ética para a escuta das mulheres e se alastrou para os demais espaços e dispositivos clínicos. Como se tivesse constituído uma ética do acolhimento. Delicadeza, finura, miudeza são palavras que aparecem associadas ao acolhimento, tentando dar palavra para essa experimentação coletiva.

A micropolítica do processo de acolhimento é o objeto de análise de Claudia Abbês Baêta Neves e Ana Lúcia Coelho Heckert (2010). Elas afirmam que o acolhimento sofre uma redução da sua potência quando vinculados a uma perspectiva de triagem, de bondade ou de gestão do outro com viés prescritivo e moral. Para as autoras:

o acolhimento em saúde se faz como movimentos de afecções que se constroem na experimentação, nos encontros que ‘dão certo’ como encontros intensivos. Naqueles nos quais os corpos ganham a potência de produzir novos enunciados, sempre coletivos, inventam outros corpos, maquinam alegria e dor, engendrando outras subjetividades e seus próprios objetos (NEVES; HECKERT, 2010. p. 163).

Assim, o acolhimento como encontro implica a “abertura do exercício clínico ao plano coletivo e relacional”, para além de um espaço determinado e uma ação intersubjetiva. A experimentação se dá numa zona de indiscernibilidade, “‘por entre’ as formas (sujeito e objeto) e territorialidades (espaciais, locais, existenciais)”, atualizando práticas de cuidado

com o mundo, com o outro e consigo (ibid., p. 153). Apontam assim o exercício da liberdade e da autonomia como horizonte ético, bem como que tal gestão de si “de forma alguma é um apelo ou ode ao individualismo e isolamento, mas uma afirmação dos processos de autonomização (sempre coletivos)” (ibid., p. 165).

No que se refere aos elementos que se sobressaem na análise do acolhimento realizado na CliFI, um deles chama a atenção:

Acho que essa dimensão do tempo. Essa dimensão do tempo subjetivo, que é também a delicadeza do acolhimento, de poder também escutar isso, [...] que tempo é esse dessa mulher, que tempo essa mulher está, das suas questões também, como é que ela tá? Porque me parece que quando chega com a questão da urgência e que precisa um certo afastamento do acontecimento, e isso só vai se dar a medida que ela também puder ir falando, ir organizando um pouco algumas coisas da vida (Júlia, escutadora).

Não só a importância de acompanhar o tempo de cada mulher acolhida, compreender seu ritmo e permitir sua autonomia no processo terapêutico, como também perceber em quais momentos esse tempo subjetivo entra em conflito com o tempo institucional. Nesse conflito está uma das preocupações: “como a gente lida com os tempos numa situação de violência?” (June, escutadora). A distinção de temporalidade aparece não só numa situação de urgência, em que é preciso mobilizar rapidamente uma rede de proteção e cuidado para preservar a saúde e a vida da mulher, como também quando a oferta institucional não faz sentido naquele momento: “a gente tá vivendo uma coisa muito interessante no acolhimento que é mulheres que a gente acolheu há um ano, voltando e falando assim: agora a ficha tá caindo, quero ir pra grupo” (Fernanda, escutadora).

No sentido das redes de cuidado e de Políticas Públicas, outra tecnologia com a qual se opera é a linha de cuidado, se apropriando dos percursos assistenciais que as mulheres possam acessar, propondo em algumas ocasiões percorrer junto a elas esse caminho e fomentando a rede quando há dificuldades de acesso. A função da linha de cuidado é organizar os fluxos da rede para garantir segurança no plano terapêutico²⁵, porém, como temos percebido na CliFI, não há estabelecida linha de cuidado para mulheres em situação de violência, ainda mais nos casos em que a violência desenvolveu um quadro de deficiência, como exemplo anteriormente citado e no relato de outra escutadora: “e no nosso grupo a gente tem outra mulher que tá passando por isso há seis, sete anos e não consegue nunca acessar [fisioterapia]. O Estado não tá reconhecendo as mulheres como deficientes, elas tão sem comida! Sem atendimento! Sabe, é muita violência!” (Fernanda, escutadora). Assim, além da privação no acesso aos serviços de saúde, também há uma correlação, muitas vezes, da

²⁵ Para saber mais sobre linhas de cuidado do Serviço Único de Saúde: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/>

deficiência com a impossibilidade de se manter trabalhando, produzindo vulnerabilidade socioeconômica para a família.

Na linha das tecnologias utilizadas pelo SUS, também é um recurso para atuação das escutadoras, já que algumas são profissionais da rede de saúde, a Clínica Ampliada. Uma delas convoca a Clínica Ampliada para analisar uma questão que nos debruçamos: a insegurança alimentar.

Uma dimensão da clínica que a gente trabalha na saúde que é a clínica ampliada né, que é também poder fazer uma escuta de uma forma integral, digamos assim, das diversas questões que esse sujeito tá trazendo. E se esse sujeito tá trazendo a questão da fome faz parte tu articular isso né, de alguma forma, que seja com a rede, e eu acho que foi isso um pouco que se fez, né [...] Se isso é uma demanda, né, de cuidado, eu acho que a gente enquanto Clínica Feminista, tem a questão dos direitos, se articula em relação aos direitos também. Eu acho que o que não dá é pra ficar só nisso, mas a proposta não é ficar só nisso. Isso é uma dimensão do cuidado. E claro que se a gente pudesse articular isso, que pudesse o CRAS tá fornecendo isso, mas a gente sabe que as organizações estão capengas né [...] mas se articulou com outros. (Júlia, escutadora).

Nesse sentido, Júlia aponta como a insegurança alimentar olhada a partir da Clínica Ampliada se torna demanda, pois há uma ampliação da compreensão do processo saúde-doença e seus determinantes e condicionantes, abarcando o sujeito em sua integralidade. Para tal, “a proposta da Clínica Ampliada busca se constituir numa ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques e disciplinas” (BRASIL, 2009, p. 10), a fim de “possibilitar um manejo eficaz da complexidade do trabalho em saúde, que é necessariamente transdisciplinar e, portanto, multiprofissional” (ibid., p. 14). A escutadora ainda complementa:

Mas assim, eu acho que sim, eu acho que é, como a gente diz né, um analisador a gente ter demorado tanto tempo na discussão do que que a gente ia fazer com a fome, né, que tava aparecendo. A gente discutiu várias vezes e várias vezes, parece que né, tá, acho que é importante que a gente discuta, mas acho que a gente realmente ali foi uma questão né, se é nosso papel ou não é. E eu fiquei pensando assim, se tu vai trabalhar num CAPS, em outro lugar, que pensa essa clínica mais ampliada, isso não faz tanta questão sabe. Porque tu vai ver a situação geral do sujeito, se isso é uma questão **também** (Júlia, escutadora) [grifo da autora].

A fala acima aponta que ampliar a compreensão de saúde-doença também implica ampliar o repertório de cuidado. E isto, por sua vez, passa por compreender e analisar os processos de trabalho das equipes na produção desse cuidado. Ainda sobre essa temática que nos ocupamos frente a uma rede SUAS propositalmente desmontada, há um texto de integrantes da CliFI que aprofunda tal debate²⁶.

²⁶ O texto Entre mulheres: tempos da escuta de uma “clínica feminista na perspectiva da interseccionalidade” pode ser encontrado na Coletânea Com você ando melhor: Psicologia e mulheres no enfrentamento à violência do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul: https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/17945_Com_voce_ando_melhor_Web_compressed.pdf

Outra aliada da CliFI que chegou timidamente e foi tomando espaço é a Clínica do Testemunho, que também aparece durante as respostas ao Questionário e nos encontros de discussão. A escutadora Maju relata uma situação ocorrida em um grupo de escuta da CliFI, na qual reconhece ter operado uma ética feminista pela sua dimensão do testemunho:

De certa forma, acho que a Clínica Feminista é uma clínica do testemunho, na medida em que essas mulheres chegam traumatizadas. Experiências traumáticas de violência, tanto de seus companheiros, ex-companheiros ou de serviços que deveriam acolher, mas que acabam reproduzindo a violência sofrida por elas, me remetem à experiência de uma delas, em especial. Ela relata que se formou na universidade através da política de cotas, mas que nunca se sentiu realmente integrada. No dia da formatura, por não ter condições de pagar pela cerimônia, foi deixada à parte da turma. Não teve direito a sentar-se junto, ficou sem a iluminação, e só conseguiu a música, que ela não pode escolher, porque o responsável pelo som, disse que ficaria estranho, só ela sem a música. Falava tudo isso para nós no grupo e não conseguíamos falar nada. Tivemos que encerrar o grupo naquele momento. Foi então que ela, a mulher que relatava sua experiência, se deu conta do choque que tivemos ao ouvir aquele relato. Isso foi retomado outras vezes no grupo. Ela disse que tinha se sentido realmente formada depois de seu testemunho no grupo. Clínica Feminista e testemunho andam de mãos dadas (Maju, escutadora).

Esse aspecto do testemunho foi apontada pelas escutadoras como a possibilidade de sair do isolamento, da solidão e coletivizar, de poder escutar o sofrimento para além da dimensão individual ou patológica, como percebemos nos relatos das mulheres acolhidas: “tem essa dimensão do público [...] a gente se diz clínica, clínica do testemunho também se diz uma clínica, tem uma dimensão clínica mas é um clínico-político no sentido dessa ligação com o laço social, do social saber o que se passa pra não ficar algo do individual” (Annie, escutadora).

O discurso do sobrevivente, agora com a possibilidade do reconhecimento, é firmado enquanto resistência ao seu apagamento. Vivemos em um movimento de arquivar as histórias, ou seja, de apagar os rastros – os restos – engavetando narrativas em museus, deixando-as esquecidas e empoeiradas. [...] Como resistência a esse arquivamento nos colocamos frente a esses testemunhos, dando uma escuta e um lugar a eles para além do espaço privado, ampliando seu alcance para a cena social contemporânea, para a história e a memória de nossa sociedade (INDURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine, 2014, p. 58-59).

Desse modo, as escutadoras apontam a necessidade da dimensão social e política compor a escuta de mulheres em situação de violência, principalmente pela revitimização dessa mulher pelas organizações do Estado, mas não só. A seguir, um trecho de uma conversa durante o encontro de discussão:

Fernanda: Só falar e restituir a memória não dá conta do complexo processo que é efetivamente poder reparar algo. [...] se a gente começa a evoluir na discussão e ter a noção da dimensão do dano, quais são as múltiplas dimensões dessa reparação, que

não pode ficar só no simbólico. Eu acho que o movimento negro traz muito de que, bom, reparação histórica significa o Estado pôr a mão no bolso e...

Júlia: Sim, isso! A questão das cotas, por exemplo, concretamente é uma questão.

Fernanda: E dando materialidade pra isso, porque assim, falar sobre isso e não, e a gente não bancar a sustentação do efeito disso. Assim, não é espetáculo [...] porque se você não acuerpa isso e não dá presença, realmente não cria tecido social a partir disso. [...] ‘cara, mexi naquela ferida que tava ali, vou lá me rasgo, sei lá por quantos dias passo mal antes, passo mal depois, porque teve efeito né’. E a gente sabe que na sociedade capitalista, se você não tá produzindo, cê tá com dívida. O efeito que isso vai ter pra não se amarrarem é jogar a conta pra esses sujeitos...

Júlia: No individual, só pro sujeito né.

Fernanda: [...] é contar e dar a conta também.

Júlia: Sim, mas é que daí é um movimento né, a partir do dar-se conta, de restituir essa memória, [...] não sei se um outro passo, mas é possível daí enquanto sujeito, que se dá conta disso, poder então também ajudar a construir isso.

Reconhecer a história é reconhecer uma dívida e, assim, as escutadoras apontam as possibilidades de uma clínica-política frente às situações de violência estrutural, que passa por reconhecer a função do Estado e da sociedade na perpetuação dessas violências e o compromisso que precisam firmar para o seu rompimento, como também na tentativa de reparar os efeitos para os sujeitos e comunidades. Anteriormente também mostramos o relato de Taís e Lara testemunhando as diversas repercussões sociais, financeiras, trabalhistas e de saúde ao sobreviver a uma tentativa de feminicídio, marcando a necessidade de reiterar a relação entre reparação social e reparação econômica, pois estas influenciam diretamente as condições de vida de uma população.

“As contas, o que contas?” A perspectiva interseccional na escuta de mulheres.

Se para reconhecer uma dívida é necessário assumir a história brasileira, precisamos percorrer o passado de dominação e sua influência no presente. Como parte constituinte da vida de toda brasileira, esse tema não permanece alheio às narrativas escutadas nos grupos:

Uma das mulheres começa relatando que estava sem os remédios para a pressão alta e que estava com dor de cabeça. Conta que foi renovar a receita e precisou ficar por lá. Ela ria da situação, pois afirmava não estar sentindo nada e a equipe que a atendia insistia na ingestão de medicamento para baixar a pressão. A mulher estava apreensiva porque tinha um monte de coisas para fazer: arrumar a casa, cuidar dos netos, fazer a comida porque os filhos não iriam fazer. Queria voltar pra casa. Ao mesmo tempo, ela contava sobre os parceiros que tem tido e que eles não querem se envolver. Ao menor questionamento sobre as suas vidas, as suas pressas para gozar, sem conversa e envolvimento, eles apontam para uma cobrança da parceira e recuam. Ela reclamava o seu gozo sexual que não havia acontecido e nem pôde reclamá-lo. As contas, não as de luz, de aluguel, de água, mas também elas, ficam para a mulher. As contas, o que contas?, a conversa, a demora, o ficar, o tomar o café juntos, o conviver, o amor, ficam de fora da relação. Pudemos falar sobre o corpo pagar e reclamar em forma de dor pelo cansaço e fazer pressão por conta dos excessos. Esta mulher dizia em palavras proferidas sem muita pausa e com uma

forma que nos fazia rir pela entrega ao falar sobre não querer mais ficar com as contas todas. Sobre desejar ser amada e que isso é para ela também. Como quem exige a sua humanidade eliminada pela ideologia racista em que as pessoas negras são colocadas no grupo do "não há para todos/todas". Não há para todas amor, direito ao gozo sexual, mas só como oferta ao outro para que goze. Nas conversas enquanto escutadoras de possíveis pontos para acionar os coletivos, as multidões que há no processo de subjetivação das mulheres, escrevemos o seguinte ressoar depois deste dia de grupo: "Pagar. Pagamento. Dívidas. Cobranças. O que aparece e o que se esconde nas contas? Com o que se paga? Quem paga? Pagar com o corpo a falta de acesso e a violência institucional racista. Pagar com o aumento do fluxo sanguíneo contra as artérias. Pagar pela falta de investimento nas condições de vida da população negra". "No gráfico das contas, para que corpos a seta aponta o prejuízo; para quais aponta o lucro?" Finalizando com a fala da mesma mulher: "Eu não sou troféu. Não sou decoração de ninguém. Eu exijo respeito". Esta mulher negra estava dizendo sobre não querer ser mais objeto do Estado, objeto de gozo do outro (Annie, escutadora).

Esse relato, denominado pela escutadora como “Dívida”, apresenta as relações entre o passado e o presente brasileiro, principalmente pela sua história escravocrata, a partir de suas implicações na vida da população negra, em especial, das mulheres negras. A situação narrada pela escutadora é apontada como exemplo de ter operado uma ética feminista no sentido de a mulher acolhida reconhecer o lugar a que foi submetida, enquanto mulher negra, e rejeitá-lo, buscando sua condição de sujeito e reclamando suas dívidas, aquilo que lhe é devido.

Impossível não recordar o filme *Medida Provisória*, estreado em 2022 com direção de Lázaro Ramos. O filme foi inspirado na peça teatral *Namíbia, Não!* escrita por Aldri Enuniação. O enredo do filme envolve um Brasil do futuro distópico onde está em andamento uma proposta para o Estado indenizar a população negra pelo tempo de escravidão. Uma das cenas iniciais mostra dona Elenita, uma senhora negra de 84 anos, em frente ao Banco Central, há repórteres à sua volta para registrar a primeira pessoa a receber indenização. Após ser barrada inúmeras vezes pela porta giratória detectora de metais, Elenita, que nem chegou a entrar no banco, retorna e diz à imprensa: “recuaram! Não tem mais o dinheiro! Não tem mais indenização!”. É assim que descobrimos ter sido decretada pelo governo a Medida Provisória 1888, ironicamente, que determina, através do Ministério da Devolução, o retorno de toda a população negra para a África, com o discurso de retorno às suas origens. Como se brasileiros não fossem, como se não participassem da história do país.

Diva Guimarães é o nome da professora que interpreta a personagem Elenita. Lázaro Ramos, diretor do filme, conheceu Diva quando ele participou de uma mesa na Festa Literária Internacional de Paraty em 2017 e ela, da plateia, emocionou a todas com o seu relato²⁷. Diva contou sua história e sua luta através da educação, recordando narrativas racistas que escutava

²⁷ Vídeo do relato de Diva Guimarães durante a FLIP em 2017: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5aS8bukb2o>.

na infância, como a associação do negro à preguiça, ao que ela responde: “não é verdade porque esse país vive hoje porque meus antepassados deram condições para todos!”.

Esse emaranhamento entre a história da vida e os enredos da ficção mostra a correspondência entre arte e realidade. Ao reclamar uma dívida, tanto no relato do grupo de escuta quanto no filme, a resposta que se escuta é: não há para todas! Não há o pagamento, o reconhecimento, porém o jogo inverte quando o assunto é trabalho e sobrecarga: nesse caso há e muito. Em outro grupo de escuta da CliFI, frente a desencontros em relação a participação de todas as mulheres no espaço:

[...] uma das mulheres, uma mulher negra, disse: "Eu não vou ficar e sustentar tudo isso sozinha". Ela dizia e repetia essa frase em meio a um riso que parecia aumentar a certeza da sua decisão. E aqui eu pude pensar: desde quando ela vem sustentando tudo sozinha? Ou pensando no coletivo de mulheres e mães negras que vêm sustentando, nutrindo, ninando, cuidando as/os filhos deste país sozinhas quando analisamos as atividades desde as amas de leite, passando pelas empregadas domésticas, professoras de escolas, etc (Annie, escutadora).

Assim como o relato de Diva, que diz lutar para que seus alunos não passem o mesmo que viveu, recusando a perpetuação do racismo, a mulher acolhida exerce em ato, no grupo de escuta, uma recusa a seguir sustentando sozinha situações em que percebe desigualdade. Annie inicialmente descreveu no Questionário essa cena grupal como não tendo operado uma ética feminista, devido à infrequência das participantes do grupo de escuta, que acabou por encerrar semanas depois. No entanto, no encontro de discussão em que debatemos a cena, acabou afirmando que, do mesmo modo como o relato anterior, percebe sim uma ética feminista ao passo que a mulher acolhida deseja outros modos de se relacionar, modos mais igualitários.

Ademais, curiosamente, Antônio, a personagem que narra o filme *Medida Provisória*, interpretada por Alfred Enoch, é advogado, assim como Kimberlé Crenshaw, professora e defensora de direitos civis estadunidense, que cunha o termo Interseccionalidade em 1989. Kimberlé utiliza sua experiência no sistema jurídico para expor as iniquidades raciais e de gênero, particularmente através do cruzamento destas.

A autora narra um caso judicial em que mulheres negras afirmaram sofrer discriminação racial e de gênero pela General Motors, uma vez que a empresa não contratava mulheres negras. Porém, o tribunal solicitou que as mulheres provassem separadamente as discriminações, ao passo que a empresa respondeu informando que havia em seu quadro de funcionários homens negros e mulheres, todavia brancas. O tribunal ainda alegou que não poderia aceitar a denúncia conjunta das discriminações, pois assim conferiria privilégios às mulheres negras.

Desse modo, Kimberlé aponta, através do sistema jurídico, a dificuldade de compreensão sobre o cruzamento de opressões e critica uma visão universalizante no entendimento dos direitos humanos:

Um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres.[...] A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (CRENSHAW, Kimberlé, 2004, p. 10).

Para ilustrar tal cenário, a autora utiliza a imagem de um cruzamento de avenidas de trânsito, afirmando que cada uma delas representa um eixo de opressão, como o racismo, patriarcado e pós-colonialismo:

Figura 1 - Eixos de discriminação



Racism = Racismo
 Post Colonialism = Pós-Colonialismo
 Patriarchy = Patriarcado

Fonte: Kimberlé Crenshaw, 2004, p. 11.

Quem se encontra no cruzamento dessas vias tem mais chance de ser atingido, pois está sujeita ao tráfego de mais de uma avenida, à colisão de estruturas, como é o caso das mulheres negras em relação ao racismo e sexismo, podendo ainda contar com discriminação de classe. Kimberlé Crenshaw afirma que a interseccionalidade tem sua potência ao proporcionar ações mais adequadas no enfrentamento de problemas sociais, como a situação relatada a seguir:

Estudos têm mostrado que os processos movidos por mulheres afro-americanas são os que têm a menor probabilidade de serem levados a sério e resultarem na prisão dos culpados. Quando os culpados são presos, raramente são condenados e, quando condenados, a punição média do estupro de uma mulher negra é de dois anos, contra seis anos quando a vítima é uma mulher latina e dez anos quando a vítima é uma mulher branca. Isso reflete o fato de que, a despeito de todos os outros fatores que tradicionalmente determinam quando se acreditará em mulheres, é a raça das mulheres negras que determina se as pessoas acreditarão nelas ou não. Sua raça é mais importante do que o fato de ela ter sido ferida, de conhecer a vítima, do que estava vestindo quando foi estupro. Todos os fatos que, tradicionalmente, fazem

com que os júris acreditem nas vítimas não surtem efeito quando se tratam de mulheres afro-americanas. Isso é um produto de uma interseção (CRENSHAW, Kimberlé, 2004, p. 12-13).

Assim, a autora aponta a necessidade de “desagregar os dados de raça e gênero e ter certeza de que sabemos diferenciar o que está acontecendo em função de questões raciais e em função de questões de gênero” (CRENSHAW, Kimberlé, 2004, p.16). Porém, é necessário compreender que a interseccionalidade não se refere a um somatório de opressões:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (AKOTIRENE, Carla, 2020, p 43-44).

Em vista disso, como demonstrado na análise acima quanto à violência sexual, a interseccionalidade, herdeira do feminismo negro, convida a analisar como tais estruturas simultaneamente configuram clivagens identitárias e, por consequência, modos distintos de violências (AKOTIRENE, Carla, 2020). “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna” (Ibid., p 37-38).

É um convite não só ao feminismo, como também aos demais movimentos que utilizam “lentes monofocais”, privilegiando somente uma categoria de análise, para abordar problemas complexos (COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma, 2021). Ao analisar a Copa do Mundo da Fifa, as autoras afirmam que a importância da interseccionalidade está na sua utilização, assim apontam três usos da mesma como ferramenta analítica: elucidar a organização do poder institucional, identificar problemas sociais e potencializar o ativismo com respostas interseccionais às injustiças sociais (Ibid.).

A partir da investigação dos domínios de poder na organização, a saber estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal, as autoras ilustram brilhantemente a mensagem sobre competição e fair play (jogo justo) que a Copa do Mundo transmite, evento mundialmente famoso, através do domínio cultural. As autoras afirmam que mensagens culturais sobre gênero, raça, classe e outras categorias são disseminadas, principalmente através do aumento das mídias digitais e em massa (Ibid.).

É aqui que se torna crucial a ideia de um campo nivelado ou plano oferecido pelo futebol profissional e pelos esportes em geral. Imagine um campo de futebol inclinado, instalado num terreno levemente em declive, no qual o gol do time vermelho fica no topo da colina, e o gol do time azul, no vale. O time vermelho tem uma evidente vantagem: quando tenta marcar o gol, a estrutura do campo ajuda. Não importa quanto talento se tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo

não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar um gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constantemente morro acima para marcar um gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte de jogar em um campo inclinado. Para vencer, a equipe azul precisa de talento excepcional (COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma, 2021, p. 24).

Assim, com a imagem de um campo inclinado, as autoras contrapõem a ideia de jogo justo que o campo nivelado transmite e, por consequência, a naturalização das desigualdades. A concepção de que o jogo justo fabrica resultados justos é pano de fundo para explicar aqueles que vencem e aqueles que perdem. “Achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos” (Ibid., p. 24).

Além do domínio estrutural e cultural do poder, as autoras apontam o domínio disciplinar que definem como a aplicação de regras a partir dos marcadores sociais: “somos ‘disciplinados’ para nos enquadrar e/ou desafiar o status quo [...] por práticas disciplinares persistentes” (Ibid., p. 26).

Ainda, é essencial, principalmente no recorte desta pesquisa, abordar o domínio interpessoal, pois é nesse âmbito que as autoras aprofundam o debate sobre identidade. O domínio interpessoal consiste no “modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam interações sociais” (Ibid., 28-29).

Há críticas à interseccionalidade pela sua articulação com o conceito de identidade, no entanto, as autoras afirmam que:

A interseccionalidade também promoveu um entendimento complexo das identidades individuais. O vasto corpo de estudos no interior da interseccionalidade, envolvendo o tema das identidades individuais e performativas, mudou o significado de identidade de algo que *se tem* para algo que *se constrói*. Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos são moldados pelas relações de poder interseccionais (COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma, 2021, p. 187-188).

Assim, a interseccionalidade recusa os essencialismos identitários e consiste em uma ferramenta analítica, a partir da investigação e práxis críticas, reconhecendo a indissociabilidade entre teoria e prática. É essa sinergia, na palavra das autoras, que possibilitam a transformação das relações de poder. Para elas, a interseccionalidade não está, e não deve estar, relegada ao meio acadêmico, pois tem como fonte significativa a atuação de movimentos sociais e atores de linha de frente impulsionados pela justiça social.

Frente a algumas críticas sobre a função do conceito de identidade, as autoras, inspiradas em Gayatri Spivak, apontam a utilidade do essencialismo estratégico para analisar

quais categorias são úteis de serem empregadas a fim de sinalizar os problemas sociais e organizar-se coletivamente para lutar por soluções (COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma, 2021).

Gostaria de apresentar, especialmente, duas situações em que questões relativas ao conceito de identidade surgiram durante a pesquisa. Uma delas ocorreu durante um encontro de discussão enquanto conversávamos sobre a ética feminista. A escutadora Maju relatou ser frequente no grupo de escuta, ao serem desconstruídas características e comportamentos socialmente impostos, perguntas como o que é ser mulher.

Eu acho que a luta feminista ela tem muito de, dessa coisa de reconhecer que existem violências que são próprias do gênero, que ocorrem mais [...]. Então, assim, idealmente tu vai trabalhar pra que isso um dia não ocorra, esse tipo de violência. E aí o que que vai sobrar? Qual é o em comum? O que sobra né? Daí a gente fica pensando o que é ser mulher?

Percebemos, assim, que os grupos de escuta também têm funcionado como espaço de reflexão e questionamento acerca da identidade, não só para as mulheres acolhidas, como também para as escutoras. Outra situação ocorreu durante o grupo de restituição para toda a equipe da CliFI, como relatado anteriormente na seção sobre caminhos metodológicos. Ao mostrar os resultados do questionário no que se refere aos dados das escutoras, contendo informações como raça, sexualidade, renda familiar per capita, duas integrantes levantaram o questionamento sobre as perspectivas de análise possíveis.

Fernanda faz a leitura do primeiro parágrafo do capítulo *Identidades Fraturadas*, do ensaio *Manifesto Ciborgue* de Donna Haraway, no qual sublinho: “A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato de nomeação é aguda. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas” (HARAWAY, Donna, 2009, p. 47). Então a autora aponta a possibilidade da coalizão por afinidade, não por identidade, e a escutadora complementa:

Eu tiro pra mim, a partir desses três anos de convivência, [...] não do que nos identifica, mas do que nos afiniza. Acho que a gente construiu esse trabalho, pelo menos do ponto onde eu faço, do ponto onde eu falo. Eu tô vendo no teu trabalho, na tua pesquisa a oportunidade ímpar justamente desse ciborgue se olhar diante de um espelho possível e se ver. E não presumir que são todas mulheres, todas brancas, todas héteros. Onde é que escorre a diferença aí? Onde é que fissura? E a partir disso que a gente se abre pra essa escuta (Fernanda, escutadora).

Na mesma via, Yazz, integrante da CliFI, aponta:

Tenho refletido demais sobre a escuta das diferenças, porque a gente fala demais sobre isso, teoriza demais sobre isso, mas é difícil pra caramba né. [...] não deixar passar, pinçar essas coisas quando elas aparecem, porque às vezes elas demoram a aparecer de novo. Eu tenho um pouco disso com a questão da orientação sexual, assim, dessa busca de pluralizar um pouco sobre o que a gente entende como família né. Volta e meia isso tá no discurso ali quando a gente tá escutando mulheres e outras pessoas também, vem uma concepção pronta de família que a gente não

questiona. E acho que também é preciso ajudar a explodir um pouco esses lugares construídos. Explodir pelo questionamento, explodir pela estranheza (Yazz, integrante da CliFI).

Inicialmente parece haver semelhanças entre a concepção de Donna Haraway e a proposta pela interseccionalidade, porém caberia melhor investigação que não conseguiremos abordar neste trabalho. Apesar de não avançarmos nessa discussão nos espaços da pesquisa após as reflexões preliminares, algumas pistas podem ser colhidas a partir do referencial da interseccionalidade. Pensar a identidade não pela via da essência, algo que possuímos e que é imutável, que nos constitui ‘naturalmente’ enquanto mulheres, mas como essa experiência da CliFI demonstra as possibilidades de organização coletiva frente a um problema social que se propõe lidar - a violência contra as mulheres - mas não sem olhar as estruturas de poder e a intenção de transformá-las, principalmente no próprio coletivo da CliFI.

Apesar da difusão atual do conceito de interseccionalidade atualmente, no Brasil Lélia Gonzalez em 1983 já apontava o racismo, o sexismo e a classe como estruturante da sociedade brasileira, ocasionando maior efeito sobre a mulher negra. Ainda, afirma que tal configuração tem efeito no inconsciente dos brasileiros, produzindo o que chamou de neurose cultural brasileira, uma dupla negação do racismo e sexismo que, como efeito, os perpetuam (GONZALEZ, Lélia, 1983).

Lélia (2019) também discutia em 1992/93 a formação histórico-cultural da América Latina, retomando a história de Portugal e Espanha, inclusive a disputa por Al-Andalus e a herança cultural e civilizacional que os mouros deixaram para os países ibéricos. Também, o que tais países produziram a partir desse contato em termos de técnicas jurídico-administrativas e de classificação social, que mais tarde foram utilizadas nas colônias. “Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação” (ibid., p. 345), assim, a autora aponta como a colonização na América Latina produziu um tipo específico de racismo, o racismo disfarçado ou por denegação, pois, sob a égide da lei que diz sermos todos iguais, nega a influência negra na sua formação histórico-cultural e a violência contra negros e indígenas.

Com o objetivo de resgatar essa influência, produzida principalmente através de músicas, danças e línguas, como o pretuguês, e construir outra narrativa, Lélia propõe olhar para uma “América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa” (ibid., p. 344):

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, de ordem inconsciente, não vem a ser o que em geral se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja

latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d* para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: América Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladino-amefricanos (GONZALEZ, Lélia, 2019, p. 341).

Assim, a autora apresenta a categoria de Amefricanidade, como um “sistema etnogeográfico de referência” (ibid., p. 349), apontando não só a convergência das Américas, como a utilização de modelos africanos para a construção do continente. Ainda, Lélia aponta o caráter metodológico do conceito ao permitir dialogar com africanos, africanos em diáspora e seus descendentes, pois “assumindo nossa Amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar nosso olhar para a realidade em que vivem todos os americanos do continente” (ibid., p. 350).

Em 1988, centenário da abolição, Lélia escreve *Por um feminismo afro-latino-americano*, provocando a reflexão sobre a história percorrida e os muitos desafios que o Brasil precisava enfrentar, ou ainda precisa, como esse ano de 2022, quando a Política de Ações Afirmativas completa dez anos e é reavaliada pelo Congresso Nacional, sofrendo ameaças de extinção. Nesse texto, a autora questiona o esquecimento do recorte racial no feminismo, apontando uma assimilação da categoria mulher como mulher branca e demonstrando-o como uma teoria que se propõe libertadora mas acabou por reproduzir a alienação e o colonialismo. “Cabe então a pergunta: como se explica esse “esquecimento” por parte do feminismo?”, afirma Lélia e, em seguida, indica o que denomina de racismo por omissão (GONZALEZ, Lélia, 2020, p. 41).

Desse modo, a autora aponta como o movimento de mulheres ganhou complexidade na análise e nas intervenções a partir da participação de mulheres negras e indígenas, que por sua vez participavam de movimentos negros e indígena. Nesse sentido, o convite a um feminismo afro-latino-americano propõe também ouvir o “silêncio ruidoso sobre as contradições raciais” do continente (ibid., p. 44) e que a sociedade brasileira “possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades que a caracterizam” (ibid., p. 39).

Assim como Lélia, Maria Aparecida Bento (2014), também vai explorar o racismo a partir de teorias psicanalíticas, cunhando o termo “Pacto narcísico da branquitude”. Inicialmente Cida Bento resgata a história das relações raciais no Brasil, principalmente através da produção de conhecimento, como tal questão foi tratada pelos intelectuais e para isso ela distingue dois conceitos importantes: branquitude e branqueamento.

O primeiro consiste na representação do homem branco como padrão universal de humanidade a partir da colonização europeia. Utilizando-se como referência a toda espécie, os brancos produziram uma “apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais (...) legitimando sua supremacia econômica, política e social” (ibid., p. 25).

Já o segundo corresponde à ideologia racial brasileira, isto é, à política de Estado para lidar com o aumento da população negra pós abolição da escravidão, que consistia no incentivo à vinda de imigrantes brancos com o objetivo de “branquear” a população. Tal ideologia se entrelaça com o mito da democracia racial: a ideia de que não existia desigualdade entre negros e brancos no Brasil e que todos viviam e vivem em condições semelhantes.

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. (...) Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora seja apontado por essa mesma elite como problema do negro brasileiro (BENTO, Cida, 2014, p. 25).

Ao afirmar que o problema do racismo é do negro, se retira do cálculo o papel do branco na manutenção da desigualdade racial, por isso a autora aponta a importância de falar em relações raciais, compreendendo que os brancos também são afetados pela branquitude e branqueamento. Para ilustrar tal papel Cida diz: “É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse” (BENTO, Cida, 2022, p. 18).

Como se assim fosse, pois, apesar de não se reunirem às cinco da manhã, utilizam outros artifícios para a manutenção de seus privilégios. Os destacados pela autora são o silêncio e a omissão, ocupar esse lugar de que racismo não lhe diz respeito, de que não é ele que precisa prestar contas ou fazer algo para transformar as situações. Ainda, alguns podem reconhecer os efeitos negativos da escravidão para a população negra, mas não vê os benefícios que dispõe em decorrência dela: “relação negro e branco, herdeiros beneficiários ou herdeiros expropriados de um mesmo processo histórico, partícipes de um mesmo cotidiano onde os direitos de uns são violados permanentemente pelo outro” (BENTO, Cida, 2014, p. 55).

Cida Bento (2014) denomina esse acordo tácito entre brancos de pacto narcísico da branquitude, uma cumplicidade através de dois processos: narcisismo, quando o sujeito tem a si como modelo, e projeção, quando projeta no outro as características que considera

negativas e não é capaz de assumir, pois implica em profanar a si mesmo. Tais processos são comuns ao funcionamento psíquico, porém a autora aponta que no âmbito das relações raciais resulta em dominação e exploração. O pacto narcísico, por sua vez, compromete a capacidade do branco em relacionar-se com o negro, de identificar-se, de aprender, ocasionando inclusive um embotamento cognitivo.

Nesse sentido, a autora faz um chamamento a pensar e pesquisar relações raciais com todos elementos constituintes dessa relação, principalmente sobre a branquitude e seus interesses, que por muito tempo permaneceram ocultos. Assim, Cida convida a reavaliar a identidade brasileira: “Não temos um problema de perda de identidade negra, mas um problema de nacionalidade: quem quer ser brasileiro? Como o negro brasileiro se representa e é representado? Como o branco brasileiro se representa e é representado?” (ibid., p. 52).

Na esteira de avaliar como a sociedade brasileira historicamente lidou com a questão racial, retomamos Emiliano C. David e Maria Cristina G. Vicentin (2020) ao apontar que o racismo também estruturou a lógica manicomial, assim, o suposto cuidado em saúde mental é produto das relações intrínsecas entre a manicomialização, racismo científico, branqueamento e eugenia, tendo como consequência o encarceramento da população negra. Portanto:

a análise dos efeitos das discriminações raciais e do racismo assim como a assunção de condutas antirracistas pela Rede de Atenção Psicossocial (Raps) (...) seguem sendo invisibilizadas ou inexistentes, fazendo com que políticas fundamentais para o cuidado em saúde / saúde mental da população negra não sejam incorporadas no dia a dia dos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (DAVID, Emiliano C.; VICENTIN, Maria Cristina G., 2020, p. 265).

Os autores propõem, a partir de uma perspectiva decolonial, o aquilombamento da Reforma Psiquiátrica, que passa por desfazer as relações historicamente construídas entre loucura e negritude, incorporar saberes e experiências afro-ameríndios, “abrindo espaços para outros modos de saber, pensar e cuidar” (ibid., 274).

Do mesmo modo, Rachel Passos (2020) aponta como a história colonial se atualiza nas práticas de "cuidado" das políticas públicas através do conceito de cuidado colonial, que se manifesta através de estereótipos da pessoa negra, da vulnerabilidades de seus corpos em uma sociedade racista e como não humanos, tendo como referência humana a branquitude. Esse caldo cultural afeta o modo como as políticas públicas são pensadas e operadas.

Assim, se relacionam produção de subjetividades, de conhecimento e de cuidado, todas atravessadas pelo genocídio/epistemicídio, pelo pacto da branquitude e pela neurose

cultural brasileira, fabricando o apagamento e alienação de parte constituinte da subjetivação brasileira.

As referências acima expostas nos auxiliam a analisar as situações levantadas pelas escutadoras em que entendem não ter operado uma ética feminista por conterem questões de raça, principalmente. Das 11 respostas no questionário, 4 delas apontam situações de teor racial: um comentário que reforça a estética branca como sinônimo de beleza, o não estranhamento das escutadoras serem brancas frente a um grupo de mulheres negras acolhidas, a desigualdade no tempo de fala entre mulheres negras e brancas em outro grupo de escuta e uma fala sobre ‘racismo reverso’.

Há algo em comum nas falas das escutadoras ao analisar a não operação da ética feminista das três primeiras cenas: impotência, constrangimento, surpresa, dificuldade, receio, medo, incômodo. Essas são palavras ditas ao narrar a dificuldade de intervenção frente a essas situações: “já tá um pouco mais fácil da gente perceber, mas eu acho que é ainda muito difícil saber intervir” (Yeonghye, escutadora). As escutadoras relataram tais questões por reconhecerem algum incômodo naquela cena, nomeiam as estruturas raciais, nomeiam suas branquitudes, afirmam a sensação de responsabilidade de intervenção:

Isso me angustiou bastante, um tanto por não conseguir fazer o corte, não consegui, senti que não consegui! [...] isso foi bastante ruim assim, foi bastante angustiante [...] mas aquele momento assim eu senti que eu deveria ter feito alguma coisa que eu não consegui fazer. [...] eu acho que é questão de branquitude (Yeonghye, escutadora).

Parece que fica um pouco se interrogando o que poderia ter dito, o que poderia ter feito, o que poderia ter relançado. E acho que talvez tenha algo de um medo, assim, né, de que uma intervenção possa soar tipo superegóica, ou meio moralista. Eu to pensando: qual é o medo? (Tituba, escutadora).

Apesar das críticas realizadas à interseccionalidade e dos questionamentos de integrantes da CliFI relacionadas à identidade, tais situações mostram que articular as estruturas que produzem subjetividades precisam ser olhadas com atenção. Principalmente a partir das categorias de pacto narcísico da branquitude e neurose cultural brasileira, das autoras Cida Bento e Lélia Gonzalez, respectivamente.

O intuito ao apontar tais situações é colocar em análise as dificuldades coletivamente:

Eu me vejo praticando uma clínica, que eu não sei se é feminista, não sei dizer o que é, mas talvez com a ética interseccional que não deixa passar a questão da raça. Eu não deixo passar! Depois dos grupos eu e [nome de escutadora] conversamos, a gente fala de nós, ela diz coisas dela de ‘ah será que eu deixei de fazer?’ [...] é dessa fragilidade que nos interessa também falar dos nossos lugares né. [...] ‘não sei como intervir’, mas não intervir é problemático né? (Annie, escutadora).

Na prerrogativa de não deixar passar, Maju, que narra a quarta cena, afirma que interveio com sua dupla a partir da fala sobre ‘racismo reverso’, quando mulheres brancas acolhidas relataram terem sido acusadas de racismo por mulheres negras. A dupla fez o movimento de pensar a história e as condições sociais da população negra para afirmar o eixo estrutural do racismo, durante a semana compartilhou vídeos sobre o conteúdo e tentou retomar em outros encontros, porém sentem que “a temática não interessa a elas, às mulheres brancas essa questão do racismo, a gente já notou que isso não é algo que atravessa elas, não é algo que faz questão” (Maju, escutadora).

Vale ressaltar que o grupo de escuta da situação acima é composto por mulheres brancas, acolhidas e profissionais, mostrando assim, a necessidade de analisar também quais as possibilidades de atuação das escutadoras para intervir a partir de afetos e pensamentos calcados na branquitude, ainda quais os limites dessa intervenção em se tratando também de mulheres em situação de violência.

Ao pensar a dimensão da intervenção no cuidado, retomamos os caminhos desta pesquisa. Percebemos, nesse sentido, somada à discussão sobre branquitude no Brasil, uma sensibilidade analítica quando as escutadoras apontam seu mal-estar frente a determinadas situações e leem a partir de eixos interseccionais de opressão, tomando para si a responsabilidade frente às relações raciais, não sem dificuldade. Porém, é a partir da afetação do encontro clínico e de revirar suas fragilidades que temos percebido operar uma sensibilidade analítica interseccional.

No que se refere ao objetivo de percorrer as compreensões sobre a ética feminista, recorremos à noção de clínica transdisciplinar tal como proposta por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2000). Ao questionarem os limites entre sujeito, objeto e disciplinas, afirmam uma concepção de campo da clínica a partir de sua potência de criar a todo instante,

Pois não só o objeto é construído, mas o sujeito e o sistema teórico ou conceitual com o qual ele se identifica, eles também, são efeito emergente de um plano de constituição que não se pode dizer ter a unidade e homogeneidade de uma disciplina ou do campo científico, já que é composto de materiais heteróclitos, de diferentes gêneros. Há componentes teóricos e tecnológicos, mas também estéticos, éticos, econômicos, políticos e afetivos que se atravessam neste plano, impulsionando seu mecanismo de produção de realidade, seja ela objetiva ou subjetiva (PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de, 2000, p. 76).

Na CliFI percebemos que as concepções feministas vão se produzindo e refazendo a partir da experiência clínica, dos encontros com as mulheres acolhidas, dos grupos de escuta, ao se incomodar em não conseguir intervir em situações críticas, da necessidade de procurar novas tecnologias aliadas, a partir dos encontros entre as profissionais, da circulação entre os

espaços da CliFI, dos momentos de formação-covisão. Uma concepção feminista mutável e em constante movimento para seguir acompanhando os tensionamentos de uma Clínica com aposta ética feminista, porque antirracista.

6. “A potência se deu no processo”: grupalidade como ferramenta privilegiada para uma Clínica Feminista

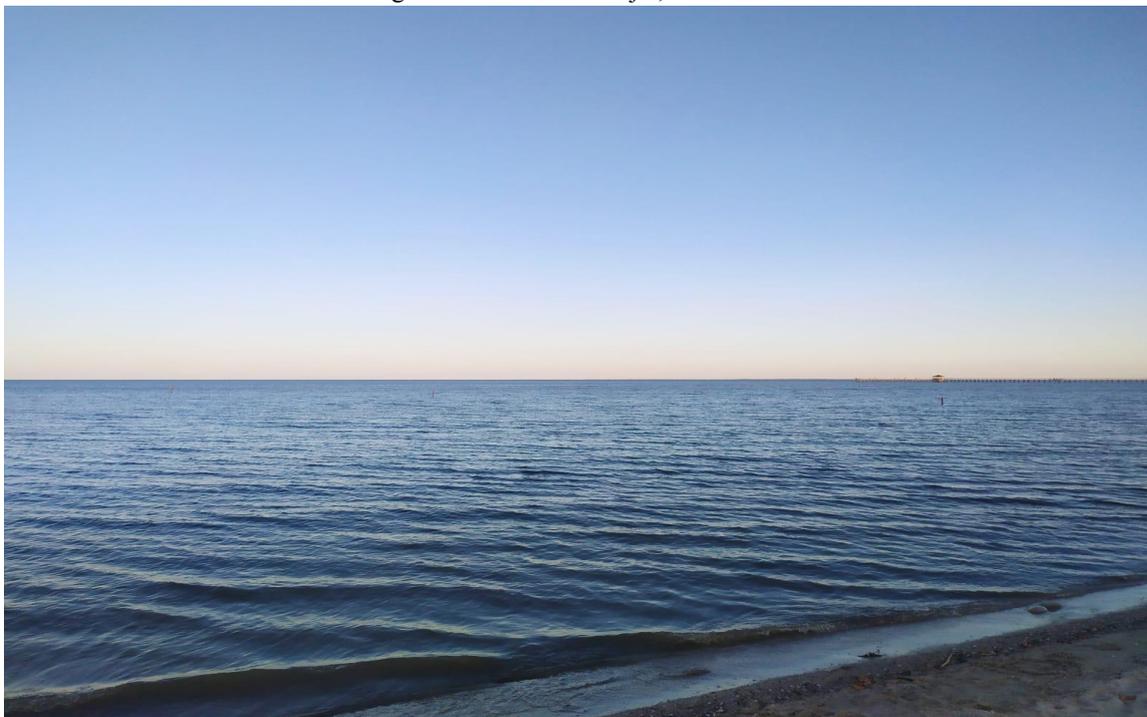
escutar e escrever e corporificar

Ela me acompanha há algum tempo. Não sei exatamente desde qual mês de 2021, mas sei que desde então temos conversado. Acho que ela tem cara de novinha, no início das nossas conversas tinha mais dificuldade em me abrir, falar das minhas coisas, dos meus problemas. Mas com o tempo, com o grupo que ela também faz parte, pude me sentir mais à vontade, compartilhar coisas que não pensei que faria. Ela e as gurias do grupo me ajudam bastante. Hoje mesmo escrevi pra ela. A chamo de minha psicóloga, apesar de achar que ela não concordaria.

Ela escreve seus diários, cadernetas, arquivos de computador. A tinta pousa no papel formando letras, palavras, frases. Depois vira arquivo destes que podem ser multiplicados. Mas do papel ao arquivo há um corpo e seu tempo, a marcas que arrepiam, que lacrimejam, que contraem, que sorriem, que guarda e aguarda.

escutar e escrever e corporificar e palavrear

Figura 2: Praia do Laranjal, Pelotas-RS



Fonte: Fotografia de autoria própria.

Ontem à noite, sentada na sala, lembrei que hoje teríamos que encontrar palavras e eu ainda não havia realizado a escrita. A tão difícil tarefa de escrever. Como compor uma clínica feminista na perspectiva da interseccionalidade me afeta? Como a escuta que se produz neste espaço feminista me afeta? Tão complicada pergunta, pensei eu. Acho que não vou conseguir dar conta de tantas linhas até amanhã. Bom, suspiro, isso é tarefa para amanhã. E amanhã é outro dia.

Pela manhã, minha colega escutadora e eu começamos a confabular possibilidades sobre o novo grupo que se reconfigura e com o qual vamos trabalhar. Nossa conversa inicia enquanto trabalhava na minha dissertação, que nasce dentro da Clifi. O que é a Clifi? O que é a dissertação? Quem sou eu?

A radicalidade da afetação de Clifi em meu corpo é questionar minha história, meus processos, meus afetos, meus desejos. Meus desejos são meus? O que de fato é meu? Há algo que é meu? O que é posse ou atributo? O que é singular?

Percebo o rumo que essa escrita toma à beira do Laranjal, doce lagoa de água doce que beira a cidade que me acolhe. Que me acolheu, onde vim ao mundo, mas onde sinto não caber mais. Há tantos lugares mais que sinto não caber. Tocada pelo livro *O Lugar de Annie Ernaux*, que narra trechos da história de uma mulher que ocupa transições, movimentos, que não pertence a lugar nenhum. Mas, diferentemente de Annie, me sinto acompanhada. A Clifi plantou e adubou a semente da dúvida, e permanece regando e acompanhando seu crescimento.

São questões produzidas por muitas mãos. São possibilidades tecidas por muitos corpos, pensamentos, sentimentos, trajetórias. Da conversa minha colega escutadora hoje pela manhã, emergiram duas palavras chaves (ou seriam palavras aberturas?).

A primeira delas: desindividualizar. Des - in - di - vi - du - a - li - zar. Que palavra é esse? Jogo no google. Spoiler do Dicionário de Oxford: fazer perder o que individualiza, particulariza; generalizar-se.

Mas olha que curioso. Ao passo que me desindividualizo, sinto tomar mais consciência de mim, sinto-me mais autônoma e interdependente. Não independente. Inter-dependente porque o processo de desindividualização tem sua potência amplificada com a coletivização. E aqui a ESCUTA mostra sua grandeza, sua generosa grandeza. Escuta da outra, das outras, escuta de si,

escuta dos processos, dos tempos, escuta dos afetos, dos desejos, dos coletivos, dos grupos de mulheres escutadas-escutadoras-escutantes, auto-co-inter-trans-escuta...

Hoje minha minha colega escutadora escreveu: sabe que esse trabalho é bonito porque vai fazendo um trabalho na gente também.

A segunda palavra do dia é interseccionar. Interseccionar a escuta e a ética. Atentar como nossa escuta se produz nos diversos contatos, com os diferentes corpos. Quais limites ela encontra? Se dispor a tensionar esses limites. Como escutamos? Escutamos nos propondo a exercitar a atenção, como uma boa cartógrafa, às inscrições de gênero, de raça, de classe, de sexualidade, de deficiência. Perseguir os rastros dessas inscrições.

E esse desafio não é simples, porque, assim como Annie, ele não tem lugar. É preciso produzi-lo, inventá-lo. Mas, diferente de Annie, temos a alegria de estarmos juntas e sustentarmos coletivamente essa aposta. Sustentar lado a lado os incômodos, os conflitos, as angústias, os embrulhos no estômago. O que faz toda diferença.

E assim, antropofagicamente, vamos nos constituindo e construindo caminhos, evocando as muitas que nos habitam, inclusive lugares, como esse que me despeço agora, à beira do Laranjal com os pés na areia e vou ao encontro de vocês. E, por isso, já me justificando, talvez atrase.

escutar e escrever e corporificar e palavrear e encontrar

Solidão. Solidão ao tentar performar o que esperam de nós. Solidão ao questionar o que esperam de nós. Solidão em não caber em certos lugares. Solidão de não ter aonde ir. Solidão em ter que inventar e encontrar caminhos. Solidão de ser mulher e querer algo que ainda não tem nome. Solidão: na multidão ou na própria companhia.

Não demonizo ou abomino a solidão. Tampouco romantizo uma vida sem ela. Mas ela é dura. Dói. Dói onde a gente acha que não pode doer mais. Mas alivia quando a gente acha alguém que dói no mesmo lugar. Aí todas as incertezas e angústias e procuras e perguntas vão embora? Não. Claro que não. Nem é isso que a gente quer. A gente quer não ter o fardo de as carregar

sozinhas. *A gente quer companhia na tortuosa trajetória de vida.*

E então você encontra. Encontra alguém que tem o mesmo sangue nos olhos. Sangue e lágrimas, assim como as que escorrem dos meus olhos agora. Encontra alguém que o sangue também ferve, que o coração dispara com as faltas de sentido do mundo. Encontra alguém que tem sede e fome de mudança, que não pode e não quer se acostumar com as misérias da vida.

E com esse alguém vai se construindo imagens, flashes, pensamentos e palavras... Inúmeras e incontáveis palavras. De toda essa matéria prima, esse barro, vai se construindo paisagens, mundos-suspenso-provisórios-possíveis-de-habitar. E a gente quer mais, cada vez mais desse mundo. Para ti, para mim, para ela, para elas, para todas. E é aí que a gente se dá conta que esse alguém é UMA alguém, mas também não é só uma, são MUITAS.

E as muitas se põem a trabalhar. Com seus corpos-afetos-mãos-olhos-ouvidos-atentas. E se põem a querer construir e expandir esse alívio-suspiro acima da água que afoga.

As muitas querem mais. E trocam e trocam e trocam e trocam. E falam e escutam e pensam e passeiam e vivem com as palavras e gestos das outras muitas. E carregam consigo e conversam com outras dentro-fora de si. Compartilham. E assim a outra mói, esmaga, corta, costura com outra coisa. Depois devolve. E tudo circula, se espalha. Atravessa. E evocam os nomes umas das outras. E confundem suas autorias. Porque já não é mais cada uma. Uma a uma. Lado a lado. Já é outra coisa, outra entidade, outro corpo a gestar o que está por vir.

Escrever sobre grupalidade e Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade é uma tarefa visceral, pois parte de uma experimentação e evoca afetos corporificados. O texto acima é produto da Oficina de Escuta e Escrita ofertada por Gislei Domingas e Carmen Grisci durante os meses de fevereiro e março de 2022, como atividade do GT Formação para as escutadoras da CliFI²⁸. A escolha de inseri-lo na dissertação é uma tentativa de demonstrar através de outra estética de escrita a intensidade do trabalho da Clínica.

A experiência de compor o coletivo da CliFI se distingue significativamente de outras vivências com equipes ou mesmo com o trabalho de grupos de no mínimo quatro anos em três serviços do SUS. Na tentativa de rastrear algumas pistas, encontro algumas particularidades

²⁸ “O percurso de tornar-se escutadora de mulheres que sofrem violência” é outro texto produzido durante a Oficina por escutadoras da CliFI e pode ser encontrado na Coletânea Com você ando melhor: Psicologia e mulheres no enfrentamento à violência do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul: https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/17945_Com_voce_ando_melhor_Web_compressed.pdf

no modo de funcionamento da Clínica que podem nos auxiliar na reflexão: abertura e estímulo para a comunicação, a constante coanálise do coletivo e suas práticas, a inserção de integrantes a partir de seus desejos, talvez pelo caráter voluntário, bem como, a busca por horizontalidade nas relações, o que não quer dizer ausência de relações de poder ou relações assimétricas, mas a intenção de encará-las.

Assim, neste capítulo propomos percorrer a grupalidade no próprio trabalho do coletivo na gestão de seus processos e como ferramenta com as mulheres acolhidas, desse modo, compartilhando aspectos relativos às grupalidades que apareceram nos encontros de discussão, como as semelhanças e diferenças entre atendimentos individuais e em grupo a partir da ética feminista, as especificidades do trabalho em grupo na CliFI considerando os desafios e as questões que mobilizam.

O grupo de escuta garante uma ética feminista?

Durante os encontros de discussão da pesquisa, surgiram dúvidas e ponderações sobre a dicotomia indivíduo-sociedade, bem como sobre as particularidades do trabalho em grupo e no que ele diferia do acompanhamento individual. Ao esboçar uma distinção entre o atendimento individual e em grupo a partir da ética feminista, Annie, escutadora, afirma que no individual também há uma escuta de multiplicidades: “quais são essas vozes que estão ali, os valores morais, contemporâneos, as instituições que falam pela nossa boca? Então, assim, tu escuta uma pessoa, mas ali reverbera a sociedade, o grupo, o coletivo [...] ouvir uma mulher, por vezes, reverbera escutar toda uma coletividade”.

Nesse sentido, algumas escutadoras em um encontro de discussão constataram, como apontamos anteriormente, que o dispositivo de escuta, seja individual ou em grupo, não garante por si só uma atuação a partir da ética feminista. Duas delas relataram também que compartilhavam até certo momento a ideia de que a ética feminista estaria mais associada ao grupo de escuta e, por isso, culpavam-se por achar que ainda não tinham ‘alcançado’ tal ética.

Ainda, foram além da discussão individual-grupal para questionar as próprias delimitações do trabalho grupal: “a ética [feminista] não tá atrelada ao dispositivo grupal e eu acho que nem o próprio dispositivo grupal atrelado ao grupo. Eu acho que nem o formato grupo, estar no mesmo espaço, em roda, não significa que tu tá também trabalhando o dispositivo grupal” (Annie, escutadora). Assim, apresentam-se dúvidas quanto à especificidade de grupos:

Claro que eu entendo que deve ter elementos do estar em grupo, das mulheres estarem compartilhando, aí é que a gente não pegou: o que que é essa coisinha que a gente não consegue dizer dessa etica feminista do estar junto? O que que se opera no

dispositivo grupal quando as mulheres estão juntas? Não captei a mensagem ainda (Annie, escutadora).

Apontando a necessidade de dar continuidade ao debate, Fernanda, escutadora, complementa que é preciso reconhecer “os nossos pontos cegos, sobre o que significa essa grupalidade, que talvez não seja nem o todo das expectativas que a gente tem em relação a esse espaço, mas nem é menos, por exemplo, quando ele se apresenta esvaziado de uma semana pra outra”. Nesse sentido, ela convida à reflexão das implicações com o trabalho grupal, bem como a repensar a associação entre faltas e silêncios no grupo de escuta e sua ineficácia.

Como exemplo de situações onde entendem não ter operado uma ética feminista, pergunta realizada pelo questionário, três escutadoras apontaram cenas em que a mulher acolhida não manteve sua participação no grupo de escuta, por oscilação de frequência ou por saída. Porém, fato curioso, essas três escutadoras, após debatermos nos encontros de discussão, acabaram por mudar de opinião e compreender que certos movimentos do grupo de escuta não implicam sua ineficiência ou ainda que deixa de ser uma prática antifeminista. Desse modo, é essencial que se possa demorar na análise de situações e concepções, possibilitando desnaturalizar concepções tidas como verdades e desarticular elementos que parecem indissociáveis.

Grupo como espaço de escuta, cuidado e coletivização

Já discutimos anteriormente que compreendemos o silenciamento como uma dinâmica que funciona para a perpetuação de diversas violências, apresentando, inclusive, falas de escutadoras pontuando a escuta que rompe com o silenciamento como um elemento da ética feminista. Nessa linha, a partir das experiências com os grupos de escuta, apresentaram-se nos encontros de discussão da pesquisa situações onde as escutadoras entenderam que operou uma ética feminista, pergunta lançada pelo questionário de incidente crítico utilizado no primeiro momento.

Tais situações indicam o grupo de mulheres como um espaço de escuta, de cuidado e de produção coletiva. Falas como “aqui eu posso”, “eu nunca tinha sido escutada dessa maneira”, “lembrei do que a fulana falou aqui outro dia” e “cada vez que eu ouvia vocês falarem era como se eu tivesse escutando a minha história saindo da boca de vocês” são exemplos de frases ditas pelas mulheres acolhidas que marcaram as escutadoras. Sobre a última frase, Machi, escutadora, relata:

Para mim essa fala representa a potência da CliFI, pois diz da importância de espaços onde haja a politização dos afetos e das experiências vividas por mulheres, e de como isso é importante para a construção de uma afinidade e de um corpo político entre nós, através das nossas diferenças e aproximações. Afinal, como diz o feminismo há muitos anos, o pessoal é político, sempre! (Machi, escutadora)

As seis cenas narradas pelas escutadoras como situações onde operou uma ética feminista apontam no grupo de mulheres a possibilidade de narrar, escutar e ser escutada, de dialogar, refletir, de confiar, em compartilhar histórias e estratégias de enfrentamento à violência, na experimentação coletiva de auto e mútuo cuidado.

Ainda, uma experiência de um grupo de escuta narrada por uma escutadora se destaca:

A experiência que destaco trata-se do momento em que o grupo de mulheres propôs-se a construir um instrumento que ilustrasse sinais de autocuidado, chamado pelo coletivo de "autocuidômetro".

A situação que vou descrever aconteceu a partir do relato da experiência de uma das mulheres, o momento em que ela depara-se com um instrumento já existente chamado de "violentômetro". Esta mulher contou o quanto esse encontro foi impactante em sua vida, explicou as demais que o instrumento trata-se de um gráfico, que é ilustrado através de uma régua, apresentando diferentes graus de violência relacionado a comportamentos abusivos e violentos presentes na relação de um casal. Falou que conhecer o violentômetro contribuiu na sua tomada de decisão em romper a relação com seu agressor. O sentimento que se produziu quando ela identificou, a partir dos indicadores expostos, que encontrava-se e em uma relação violenta a poucos passos para atingir o ápice da régua, onde estava marcado o feminicídio foi muito intenso e provocou grande reverberação entre as mulheres. O grupo refletiu sobre a dificuldade que esta mulher, e tantas outras tem, em identificar a gravidade da situação vivida e o processo que fez e faz com que as relações cheguem e até este ponto.

Entre lágrimas de identificação coletiva e troca de experiências, o relato desta mulher produziu ao grupo o desejo de construir ferramentas didáticas como esta para alertar outras mulheres ao que agora é tão claro para elas: que as situações cumulativas de violência, de forma imperceptível e processual, reduzem a capacidade de resistência das vítimas e as colocam vulneráveis a permanecerem em relações violentas. Entenderam que a violência contra a mulher não pode mais ser naturalizada e sim estranhada.

Pensando em ajudar mulheres que assim como as escutadas passaram ou estão passando por violência (e até as que não reconhecem que isto vem acontecendo), pensou-se na confecção de um instrumento, que foi batizado pelo grupo "Autocuidômetro". Esta ferramenta, assim como o violentômetro é construída com objetivo de sinalizar pequenas atitudes, através de práticas de cuidado que são abandonadas, que precedem e fragilizam as mulheres a abrirem mão de sua identidade da mesma forma as paralisam diante de situações de violência de gênero.

Entendo que este foi um momento muito potente no grupo de mulheres, pois a partir de uma experiência individual construiu-se uma estratégia coletiva de combate a violência. A potência da construção do instrumento, para além do produto final, se deu no seu processo, pois enquanto elaborava-se a ferramenta foram sendo articuladas a conexão dos exemplos individuais com os movimentos da sociedade e assim identificado o ciclo da violência doméstica e familiar e a importância do fortalecimento das mulheres através do autocuidado e da conscientização da sociedade sobre como identificar, prevenir e o romper com a violência de gênero (Amma, escutadora).

A experiência relatada pela escutadora Amma aponta uma criação autônoma e coletiva produzida pelo encontro que o grupo de escuta proporcionou, possibilita repensar práticas sociais e modos de viver, bem como construir saídas coletivas para questões que muitas vezes

são lidas como individuais. A escutadora narra que em diversas ocasiões as mulheres perguntam a localização do instrumento para que possam divulgar à outras mulheres, isto é, ele segue reverberando e multiplicando. Abaixo as figuras do Violentômetro e Autocuidadômetro:

Figura 3: Violentômetro



Fonte: Correio Braziliense²⁹

Figura 4: Autocuidadômetro



Fonte: Acervo da CliFI³⁰

Nesse sentido, outra escutadora, Yeonghye, complementa afirmando o grupo de escuta como um espaço de construção de autorização conjunta:

me parece um pouco desse exercício ético feminista é essa troca de experiência que vai dando essas autorizações pras mulheres também fazerem diferente [...]. Me lembrei do último grupo agora dessa semana, [...] do quanto a gente falava das obrigações e conseguir deixar de lado um pouco essas obrigações femininas, muito entre aspas, mas cuidar da casa, fazer, tem que fazer, deixar pronto, tem que isso, tem que aquilo, ter que ter, ter que ter que, e também acho que é uma autorização de ir fazendo diferente assim. E passa por tudo aquilo que a gente falou antes né, de conhecer outras possibilidades também, pra depois fazer o exercício de se autorizar a viver diferente.

²⁹ “Violentômetro conscientiza sobre a violência contra a mulher”. <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/11/5054589-violentometro-conscientiza-sobre-a-violencia-contr-a-mulher.html>

³⁰ O Autocuidadômetro foi um instrumento produzido em um grupo de escuta da CliFI. Sua inserção nesse trabalho foi autorizada pelas criadoras.

Outro ponto levantado durante as discussões, que diz respeito ao que é produzido no espaço grupal, é a formação de escutadoras. Que a CliFI trabalha com a ideia de que no grupo escuta de mulheres todas precisam escutar e serem escutadas já mencionamos anteriormente, mas o que tem surgido nos relatos das reuniões e também aparece nessa pesquisa é que essa aposta na horizontalidade tem proporcionado que as mulheres acolhidas atuem, elas mesmas, cada vez mais como escutadoras e façam intervenções.

Tem coisas que vão abrindo passagem, já tá acontecendo [...] gente, ela [mulher acolhida no grupo] já tá, ela já tá assim, ela faz a escuta, ela faz a escuta das outras, porque ela vai falando. Às vezes a gente fica até assim né, sem falar nada. Dá pra ver que elas ocupam também esse lugar de quem tá escutando (Annie, escutadora).

A gente vai vendo assim, isso, à medida que elas vão se potencializando mais, se apropriando de um saber, próprio delas, ficando mais independentes da gente como escutadoras, né. Entre elas assim, elas tão lidando com o conhecimento das companheiras né, não só nosso (Maju, escutadora).

Hoje assim dá pra sentir, depois de mais tempo de grupo, que elas muito se dirigem umas às outras e falam coisas que a gente fica assim: que bom que ela falou! Sabe, a gente não precisa intervir tanto, elas já se conversam um pouco mais né, há uma transferência entre elas assim que é bem interessante de acompanhar. Acho que isso deixa o grupo muito interessante (Yeonghye, escutadora).

Esse deslocamento de papéis fixos, reforçados socialmente da relação de saber-poder entre profissional e pessoa acolhida, tem mobilizado discussões na CliFI e possibilitado pensar quais outros modos de cuidado poderão surgir. Nessa perspectiva, dialogamos com Michel Foucault (2010), quando propõe uma arqueologia das formações discursivas ao investigar como as dinâmicas de poder produzem saberes científicos, quando um discurso adquire o status de ciência. É nesse sentido que o filósofo coloca as seguintes questões:

Quais tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser este saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: ‘eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista’? Qual a vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber? (FOUCAULT, 2010, p. 11)

Dessa forma, o filósofo propõe que há uma hierarquia entre as formações discursivas, na qual o discurso científico se sobreporia aos saberes sujeitados. E, por saberes sujeitados, o autor entende aqueles desqualificados por serem não-conceituais, insuficientemente elaborados, saberes ingênuos, abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. Podemos aqui associar a discussão de Michel Foucault com a de Ramón Grosfoguel, apresentada anteriormente, a respeito dos quatro grandes genocídios/epistemicídios que possibilitaram a universalização do conhecimento e a hegemonia nas universidades.

Acerca disso, nos interessa ressaltar a possibilidade de desnaturalizar a posição do profissional como aquele dotado de respostas e verdades sobre o sujeito, o que, por vezes, percebemos no discurso de mulheres acolhidas em virtude do processo de subjetivação ser atravessado por relações de saber-poder. Assim, subvertendo a relação de poder hierárquica, é possível atuar no sentido da produção de autonomia.

Outro efeito percebido nessa aposta de operar pela horizontalidade é o que Fernanda, escutadora, denomina de circularidade do cuidado, entendendo que se opera uma ética feminista:

Quando, na liberdade de ocupar um espaço, as mulheres que escutam nos direcionam afeto e a circularidade do cuidado opera. Quando observo que o cuidado ocupou o lugar central dessas relações como uma via de mão dupla, vejo que a clínica feminista se concretizou, pois deslocou o cuidado de um lugar compulsório ou sob a lógica da caridade para um ethos feminista de fato.

Não foram raras as vezes que as mulheres acolhidas, que acompanhamos há aproximadamente dois anos em grupo de escuta, nos chamam pelo nome e perguntam: e vocês, gurias, como estão? Ser olhada de volta por quem buscamos acolher pode causar certo estranhamento. Deslocamento dos lugares instituídos para as profissionais no ofício do cuidado. Como eu respondo? Posso responder com sinceridade? Posso dizer que por aqui anda tudo muito confuso, que nos últimos dias tenho chorado? Que ando com medo do futuro. Que não tenho mais visto as notícias porque é sempre muito sofrido. Que as contas no final do mês não estão fechando...?!

Como nos reorganizamos para ocupar um lugar nas relações com horizontalidade? O que sobra quando deslocamos do lugar de suposto saber e nos reconhecemos vulneráveis, necessitando de cuidado? Tem espaço para isso num contexto de trabalho como a CliFI? Na grupalidade? Ou cada uma deve buscar suas redes de apoio pessoais? Estar com a ‘terapia em dia’ é o suficiente?

Não tenho respostas para as perguntas que levanto. Também nunca respondi diretamente as perguntas a mim dirigidas com a sinceridade que gritava em meus pensamentos. Mas tenho marcado em minha memória o dia em que o grupo de escuta que acompanho junto a uma colega escutadora com as mulheres acolhidas se encontrou presencialmente pela primeira vez. Era setembro de 2022 e estava acontecendo a 13ª Bienal do Mercosul em Porto Alegre. Peguei minha mochila, coloquei uns docinhos de Pelotas e fui encontrar as gurias na capital. Apesar de ter ido com certa frequência, minha trilha era quase sempre rodoviária - Instituto de Psicologia. Logo, chegando no ponto de encontro me perdi. Liguei pra elas: “Gurias, onde vocês tão? Não vejo ninguém! Será que errei o endereço?”.

Depois de muitas coordenadas avistei as três me aguardando. Corpos em todas as suas dimensões, alturas - meu deus, como são altas!, pensei. Não mais aquela tela de celular dividida em 4, 5 ou 6 quadradinhos. O andar decidido, firme de uma delas também me chamou atenção.

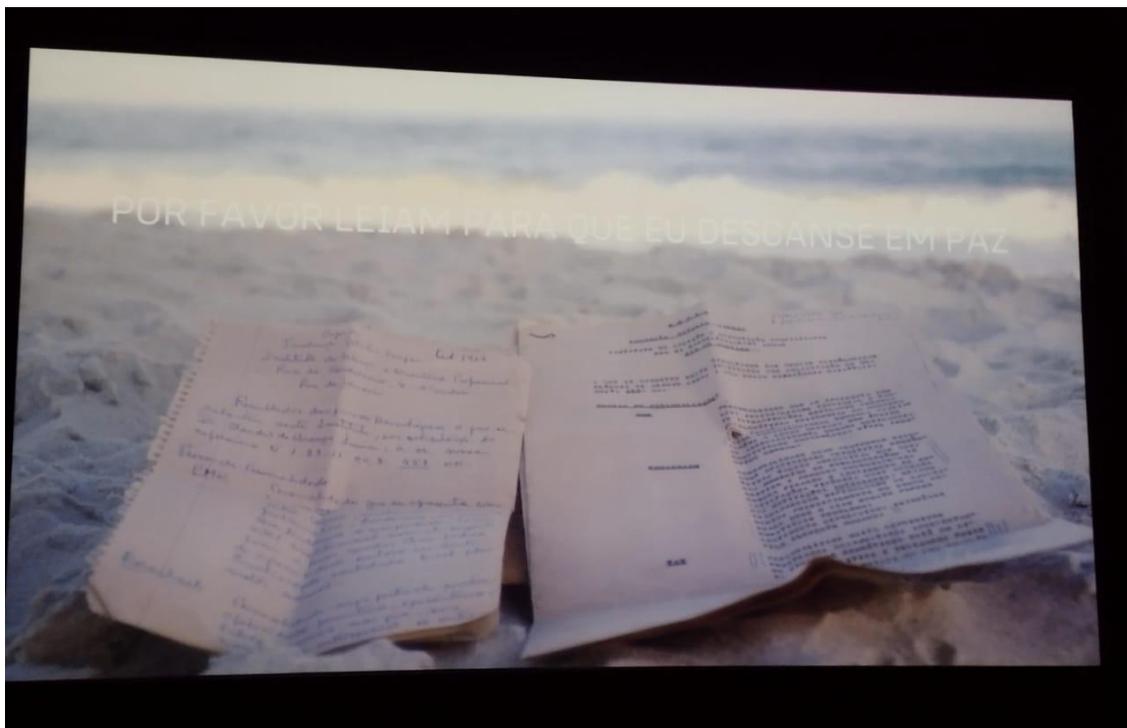
Eram mais de 14 horas. Minha dupla escutadeira tinha trabalhado a manhã toda e disse: “Gurias, eu não almocei ainda”. Prontamente umas das mulheres falou: “Ah, tem uma lancheria bem boa aqui pertinho! Vamos lá!”. Assim fomos. Lanchamos, conversamos sobre o efeito que era se ver presencialmente, sobre o que mais chamou a atenção umas nas outras. A mim, disseram que meu cabelo era um castanho mais claro do que parecia pelo celular.

Depois do lanche rápido, sim porque tínhamos uma programação da Bienal para ver, seguimos para o Farol Santander. O tema da Bienal era *Trauma, Sonho e Fuga*. Um sonho é o que parecia a obra *Pulse Topology*³¹ do artista mexicano Rafael Lozano-Hemmer. Um céu de ondas luminosas que pulsava conforme a batida do coração daquele que interagia com a instalação. Tomamos banho de cachoeira digital com a obra do artista libanês Walid Raad. Entre passeios e devaneios que toda instalação provocava.

Por último, fomos caminhando rapidamente, pois nosso horário estava chegando ao fim, para a Casa de Cultura Mário Quintana assistir especialmente a videoinstalação *Por favor leiam para que eu descanse em paz*, dirigida por Anna Costa e Silva e Nanda Félix. Quando chegamos o vídeo estava em andamento e não foguei a atenção de todas. Uma olhadinha rápida no celular aqui. Outra conversadinha lá. De repente o vídeo recomeça e a história de mulheres que são chamadas de loucas, são internadas e medicadas por conta de uma vida de violências ganha o telão. Olhos vidrados. “Eu quero descansar em vida” é a reivindicação que martela em minha cabeça. Na despedida, em meio aos agradecimentos e constatações de como tinha sido bom nosso grupo de escuta presencial imerso em arte, uma das mulheres diz: “Quem diria né, que eu iria lancha e passear na Bienal com as psicólogas!”.

³¹ Bienal 13 | Obra “Pulse Topology”, de Rafael Lozano-Hemmer, no Farol Santander: <https://www.youtube.com/watch?v=xLLJFcTOMBI>

Figura 4: Foto da videoinstalação Por favor leiam para que eu descanse em paz.



Fonte: Registro realizado por uma das escutoras do grupo de escuta. Acervo da CliFI.

Não sairemos ilesas: a equipe CliFI como grupo.

Enquanto um coletivo feminista, como temos exercido o cuidado entre nós? Durante a realização de um dos pequenos grupos de discussão da pesquisa, essa pergunta veio à tona. Não é por outro motivo que foi esse o grupo que optou por realizar um encontro, ao invés de dois, conforme proposto pela pesquisa. Tudo começou quando uma das escutoras relata seu constrangimento ao entender que sua resposta ao questionário destoa das demais:

Tô meio assim porque divergi muito de todo mundo. confesso que tô um pouco constrangida, [...] quando eu li a pergunta: não operando uma clínica feminista, uma ética feminista [...] eu achei bem, bem forte assim, fiquei pensando que eu não acho que.. eu acho que a gente opera numa direção de uma clínica feminista na maior parte das intervenções. Então pra mim fica isso. Mas aí eu pensei: [...] é na questão do próprio grupo, coletivo, nós em relação a uma certa dificuldade da gente encontrar espaços de cuidado umas com as outras e de ter um certo, uma fala constante de que estamos cansadas, [...] de uma certa sobrecarga. E o quanto às vezes me parece que a questão de ser uma clínica feminista, isso pra mim é um grande nó assim, que é uma própria questão do próprio patriarcado, como se por sermos mulheres a gente tem essa disposição pro cuidado e a gente precisa dar tudo de nós pra esse cuidado acontecer né. E às vezes eu fico me perguntando, assim, o quanto isso não pode cair num outro pólo né. Tem algumas falas as vezes que eu fico assim: mas isso é bom? Estarmos tão sobrecarregadas, estarmos tão cheias de coisas e esse lugar de cuidadora, assim, aí talvez tenha aí uma questão também que a gente pode pensar da branquitude [...] Acho que também temos dificuldades de encontrar momentos de pausa e estudo mais continuado. Vejo tudo isso como um sintoma do próprio patriarcado, que nos ensina desde muito cedo que é preciso exaurir nossos corpos no cuidado com o próximo. Também penso que é um sintoma do

neoliberalismo, que nos faz pensar que devemos operar como máquinas, o tempo todo. Mas será mesmo que precisa ser desse modo? Seria possível produzir cuidado sem tanta sobrecarga? São questões que realmente eu não sei responder, mas que seguem como importantes interrogações para mim. [...] Essa própria questão do grupo como um coletivo feminista né, como é que a gente vai operando (Machi, escutadora).

Machi aponta a presença do patriarcado, da branquitude e do neoliberalismo na composição do trabalho da CliFI. Não que já não tivéssemos analisado, pactuado alguns limites de trabalho, solicitado apoio de outros coletivos parceiros, mas algo ali reverberou de outro modo comparado às outras vezes. A partir dessa fala, o pequeno grupo foi abrindo situações em que cada uma sentia efeitos semelhantes:

Tituba: Obrigada por trazer essa divergência [...] é algo que já há um tempo assim incomoda. Ai, essa vibe sacrificial [...] Já me passou até pela cabeça, assim, será que é um projeto que eu posso seguir? [...] Porque eu não me vejo nesse lugar de sacrifício [...] Será que eu sou muito egoísta de preservar em... sabe, meus momentos de, que eu considero que eu tenho de autocuidado, de estar com a minha família, de assistir um filme?

Adah: Eu acho que é um pouco nos colocar nesse lugar de doação ilimitada. E eu acho que não preci.. acho não, tenho convicção de que não precisa disso [...] Mas a gente muitas vezes acaba se colocando nesse lugar né, muito mais do que as mulheres escutadas nos colocarem, acho que a gente se coloca. E não se dá conta, ou se dá conta e muitas vezes não faz nada com isso assim. De tá reforçando um funcionamento que é exatamente o que a gente questiona! É exatamente o lugar que a gente não quer ocupar! A gente não quer o lugar da sobrecarga, a gente não quer o lugar de dar conta de tudo, a gente não quer esse lugar que nos colocaram a vida toda de que, bom, são super heroínas, são fortes, dão conta, que no coração de mãe sempre cabe mais um e por aí vai né.

Assim, o grupo autonomamente escolheu uma cena para analisar, mas não uma cena do grupo com as mulheres acolhidas, e sim uma cena do grupo com as mulheres profissionais da CliFI. Entendermo-nos, também enquanto grupo, e constantemente avaliarmos o funcionamento da CliFI, assim como procuramos fazer com os demais grupos de escuta é essencial, conforme afirma June, escutadora: “essa ética ela tá em relação ao outro e em relação a si mesmo, né?!”. Nos percebermos também subjetivadas pelos dispositivos amoroso e materno, operando uma descolonização dos afetos (ZANELLO, Valeska), refazendo as concepções de amor, como nos convida bell hooks (2020), para nos afastarmos daquelas que as vinculam à violência e falta de cuidado de si. Machi alerta: “a gente precisa tá sempre muito vigilante pra não cair nessa”.

Machi, escutadora, também relata que em determinado momento, quando passava por questões difíceis na vida pessoal, precisou se afastar da CliFI pela culpa associada ao sentimento de estar em dívida: “eu me perguntei o por quê, né?! Por que eu precisei me afastar de um grupo, que é uma clínica feminista, pra poder dar conta das minhas coisas? Por que tá tão pesado? E aí aquela coisa de me sentir uma má feminista” (Machi, escutadora).

Outra escutadora, tomada pela ilustração de uma boa ou má feminista, narra seu incômodo durante uma situação em que a equipe combinava uma atividade no sábado:

Naquela hora assim parecia tudo tão natural [...] eu não me senti assim podendo questionar. Acho que eu pareceria uma má feminista [...] Essas questões ficam ali meio, meio não ditas [...] Acho que esse limiar do trabalho e da militância ele é muito tênue [...] é uma coisa confusa pra mim muitas vezes. Tipo, posso amar o que eu faço, mas ainda é um trabalho (Tituba, escutadora).

E o que fazer com esses incômodos agora que foram nomeados e compartilhados? Tituba aponta um caminho: “Eu acho que a gente pode avançar assim, né?! Eu tenho avançado no sentido dos meus limites pessoais, mas eu acho que não é só uma questão pessoal, individual”.

Me preocupo com o coletivo porque eu vejo que como coletivo a gente não avança, e me preocupo com nossos adoecimentos [...] eu senti como uma libertação trazer esse assunto aqui. Porque assim, é isso, eu posso seguir construindo saídas mais pessoais, mas eu acho que a nossa aposta de um trabalho coletivo e desde a perspectiva, não é só nessa via de cada uma se tratar e conseguir o seu jeito de lidar. Claro que é um caminho né, mas a gente pode também pensar em colocar essas questões em análise e avançar né (Tituba, escutadora).

Nesse sentido, sustentar uma grupalidade já é um desafio. O tempo de uma integrante não é o mesmo tempo do grupo. E sustentar uma grupalidade de cuidados entre mulheres coloca, ainda, mais desafios. Permanecer em um coletivo até que questões se potencializem ao ponto de tomá-las como analisadoras, pode ser sofrido. Inclusive, pode não ocorrer. Assim, as escutadoras apontam a necessidade de olhar coletivamente para os afetos que vêm experimentando, principalmente aqueles relacionados à culpa, insuficiência e dívida.

Também é o caso daqueles sentimentos despertados pelas situações em que entendem não ter operado uma ética feminista, para que não se responsabilizem individualmente. Os três pequenos grupos compostos para realização desta pesquisa sinalizaram a relação entre a dificuldade de operar uma ética feminista interseccional e a de trabalhar tais questões coletivamente na equipe. Porém, o grupo que analisa a cena do coletivo CliFI, intensifica a investigação e formula uma hipótese:

Eu acho que tá surgindo uma hipótese interessante, que eu não tinha pensado antes [...] se eu to bem entendendo que é: isso que a gente não consegue coletivizar, que a gente não consegue colocar em análise no nosso coletivo, não é sem relação com o que a gente acaba não conseguindo também apontar efetivamente nos grupos [...] E que acho também, assim, ok é isso: todo coletivo vai ter os seus não ditos, suas coisas que não escutam. Mas bom, a gente tá se dando conta de um deles, então é importante né fazer algo com isso. Enfim, não vai existir nenhuma instituição perfeita, nem nada disso, mas bom agora advertidas de algo que está ali, um pouco pedindo passagem, acho que a gente precisa dar passagem pra que isso não siga ou minimize as chances disso, enfim, repercutir negativamente na nossa condição de escuta (Tituba, escutadora).

Isto é, as dificuldades apresentadas pelas escutadoras ao intervirem em situações críticas nos grupos de escuta estão relacionadas às dificuldades de analisar tais questões no coletivo CliFI. Inclusive aquelas que a interseccionalidade ajuda a identificar, como a branquitude, a diferença de vínculo com a CliFI (servidoras da UFRGS, voluntárias, etc). Assim, aparece uma dimensão importante: a experimentação. Demonstrando como a experiência é produtora de conhecimento e de repertório de intervenção. Como estratégias para caminhar nesse sentido, uma escutadora sugere: “poder construir espaços de mais intimidade, de mais coletivização, que a gente possa falar mais do trabalho, falar de questões que são difíceis, estudar juntas, enfim, de falar dos limites né [...] partilhando essas cenas que nem a gente tá fazendo aqui”.

Não é coincidência que o pequeno grupo organizado para a pesquisa, que embasa a discussão desse subtítulo, optou por não realizar dois encontros conforme a proposta, mas somente um. No decorrer deste único encontro de pesquisa no subgrupo, conforme questões sobre sobrecarga e sentimento de dívida foram surgindo, tensionamentos sobre sustentar uma ética feminista e do cuidado entre a equipe, dificuldades de propor saídas coletivas e não individuais foram aparecendo. As escutadoras validaram juntas a decisão de encerrar com um encontro a participação na pesquisa. Reconheceram o propósito e identificaram benefícios com os espaços da pesquisa, porém apontaram seu limite frente à agenda lotada de compromissos, como uma aposta para o cuidado de si também.

Dessa perspectiva, como na experiência relatada por Luciana Fioroni et al (2021), compreendemos que fazer da própria equipe um coletivo de análise grupal é condição e potência para efetuar um trabalho em grupo consistente. “Foi no estar em grupo e trabalhar em grupo que o saber-fazer da intervenção grupal se concretizou” (ibid., p. 180). É nessa experimentação que também nos constituímos e aperfeiçoamos a prática.

7. “Não caberão nossas ingenuidades”: considerações provisórias.

Françoise Vergès no início de seu livro diz:

Escrever é estar em dívida, em dívida com todas as autoras e todos os autores de obras, poemas, romances, filmes e instalações artísticas; com os/as militantes que investigaram, analisaram e teorizaram as opressões de classe, raça, gênero e sexualidade, as opressões coloniais, imperialistas, capitalistas, de gênero e sexuais. Reconheço aqui minha dívida: ela é imensa (VERGÈS, Françoise, 2021, p. 8).

Esse sentimento de dívida também me é familiar. Não só pelo exposto por Vergès, como também pela imersão no coletivo da Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade. A sensação de que algo escapa frente à riqueza e complexidade do trabalho realizado pela equipe. Também frente à qualidade da discussão produzida durante essa pesquisa. Assim, para lidar com esse sentimento e barrar a vontade de inserir a transcrição de cada fala, recito como um mantra a orientação cartográfica de que não se apreende em totalidade uma realidade, de que a pesquisa é um recorte fabricado, é uma fotografia do movimento constante do coletivo.

Porém, esse embaraço parece afetar não só a mim: “é muito engraçado esse trabalho da Raysha, quando ela começou a apresentar o frio na barriga veio aqui. Então é diferente de uma sensação de um trabalho quando é teu né, tu fez, tu pesquisou ali sozinha, mas dá pra sentir que eu tô nesse trabalho. Esse trabalho que a gente vem fazendo”. Esse foi o relato de Annie durante o grupo de restituição.

Talvez o que nomeio de embaraço seja a necessidade de desconstruir constantemente uma visão cartesiana da ciência que se encontra acoplada nas entranhas. A confusão em ocupar um lugar junto à equipe, trabalhando cotidianamente, escutando as mulheres acolhidas, escutando as colegas de equipe, escutando a si, ao mesmo tempo que escuta o desenvolver de uma pesquisa e os processos de uma Clínica é um desafio e tanto, no qual mergulhei nesse período pandêmico e de mestrado. Não sem dificuldades, pois apesar de não ter respondido o questionário ou analisado nos espaços da pesquisa situações que presenciei nos grupos de escuta, me percebi a todo momento constituinte do trabalho da CliFI e pude revisitar e avaliar minha atuação a partir da ética feminista e interseccional.

Do lugar onde surgem dificuldades, também surgem potencialidades, conforme narra uma escutadora:

se não fosse tu né, uma pessoa que compôs aqui a clínica e pegou junto e pega junto né, e traz e discute [...] eu não toparia. Assim, expresso já a minha recusa em fazer

parte do aquário montado que muitos pesquisadores ainda fazem. Eu acho essa dimensão violenta da pesquisa, que eu acho que é sim fazer, [...] tá junto, de colocar o corpo, de vivenciar e depois poder construir esse outro momento, de se distanciar olhar e falar: que que foi isso que a gente viveu juntas? É uma coisa, é completamente diferente de você se vê num aquário (Fernanda, escutadora).

Nesse sentido, o trabalho construído coletivamente, e o vínculo desenvolvido a partir dele, possibilitam outros modos de produzir ciência que não a partir da lógica extrativista, como afirma a escutadora Fernanda. Durante o trabalho do mestrado que aqui se conclui, revivi as dificuldades experimentadas em pesquisas anteriores para dissociar sujeitos/objetos de pesquisa, mente/corpo da pesquisadora, pois, tanto na graduação quanto na residência, minhas questões partiram de encontros com o território, com os sujeitos, de incômodos sentidos no corpo, afetações, experimentação e a possibilidade de construir conhecimento coletivamente. O convite que nos faz Ramón Grosfoguel (2016) é apostar na concepção de conhecimento geopolítico, localizado espacial e temporalmente, e que afirme uma pluri-versidade e não uni-versidade.

Assim, legitimar o que é produzido por e para mulheres coletivamente é tarefa também de uma Clínica Feminista. Validar nossas produções de cuidado e de ciência, ir na contramão de uma concepção de conhecimento que aposta na verdade única e na universalidade, encarar as inseguranças e efeitos nocivos dos poderes interseccionais que produzem sujeitos subalternos é o horizonte ético no qual vimos sustentando nossas práticas e problematizações. Se a maquinaria de produção subjetiva é também generificada e racializada, não escapamos dela, tornando necessário reconhecê-la em nós.

A hesitação em afirmar que somos produtoras de conhecimento, pesquisadoras, escritoras é efeito dessa maquinaria. Não é coincidência também que a CliFI tem apostado em espaços de escrita, tanto com a equipe, quanto com as mulheres acolhidas. Assim, de acordo com a proposta ética da CliFI e com os resultados dessa pesquisa, a grupalidade pode se configurar como um espaço de construção e fortalecimento. Comigo não seria diferente: o encontro com o coletivo da Clínica em toda sua potência foi condição de possibilidade para a afirmação de uma pesquisadora-escutadora-escritora.

Na esteira também de testemunhar o trabalho realizado pela CliFI e colocá-lo em análise, é que essa dissertação se encaminha para um encerramento provisório, haja vista que o tempo de escrita de algumas páginas já é suficiente para o coletivo percorrer outros caminhos para além dos apontados aqui. Nossa intenção foi explicitar como as escutadoras percebem a operação da ética feminista e da perspectiva interseccional na prática clínica que a CliFI tem desenhado, tomando o contexto grupal como campo privilegiado de análises.

Observamos que as escutadoras percebem operar uma ética feminista quando ocorre uma escuta atenta às formações culturais e às produções subjetivas a elas associadas, proporcionando um campo de experimentação para outros modos de subjetivação que resistam à naturalização das violências e do silenciamento. Ainda, que uma escuta feminista, a partir da experiência da CliFI, subentende uma sensibilidade analítica interseccional para as matrizes de opressão que incluem, mas vão além do patriarcado, como é o caso do racismo. Constatamos também que a possibilidade de operar a ética feminista na perspectiva da interseccionalidade se potencializa na grupalidade, entre as mulheres acolhidas e entre a equipe. Por outro lado, seus desafios também aí residem, como quando as escutadoras levantam a hipótese de que as dificuldades ao intervir em certas situações decorrem do hiato em trabalhar tais situações entre a equipe. Principalmente, no que se refere a investigação da classe na produção de subjetividades, de violências e de estratégias de enfrentamento, haja vista que esta pesquisa privilegiou a análise de gênero e raça, também em virtude de ser o conteúdo com maior prevalência nas discussões entre as escutadoras.

Portanto, a interseccionalidade como um operador clínico seguirá em análise para a equipe da CliFI. Ademais, percebemos, a partir dos relatos, que a ética feminista opera, também, uma clínica transdisciplinar, ao desinstitucionalizar hierarquias de saber-poder, especialismos, entre outras instituições que a permeiam.

Ademais, apesar de precisarmos finalizar o percurso de pesquisa que esta dissertação encerra, os caminhos investigativos que o encontro com a CliFI possibilitou, não se encerram por aqui. Pelo contrário, instigaram e abriram outros caminhos. Nesse sentido, trilhas para seguir pesquisando no curso de doutorado se apresentam e o interesse em segui-las é narrado por uma escutadora:

se tem uma coisa que eu acho que não cabe no feminismo e a vida tá o tempo todo dizendo isso pra gente é que não caberão as nossas ingenuidades nesse processo. Assim, cedo ou tarde, elas serão retiradas, desnudadas, solapadas de distintas maneiras. Essas nossas ingenuidades voltarão pra nós: opa pera lá, isso aqui não é exatamente como tu pensava que era (Fernanda, escutadora).

Não caberão nossas ingenuidades, sede de certezas e verdades, concepções de homogeneidades e reducionismos, para que sigamos trilhando, *desatinando, desatando nós*. Neste incessante *traçar de novo a estrada* seguimos cavando caminhos possíveis, em busca de alianças por afinidades ético-políticas, ao *ver cores nas cinzas e a vida reinventar*.

REFERÊNCIAS

- ABRAÃO, Paulo. Prefácio. In: **Clínicas do Testemunho: Reparação Psíquica e Construção de Memórias** (1ª ed.). Sigmund Freud Associação Psicanalítica (org.) Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 15-21.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BARROS, Letícia M. R.; BARROS, Maria Elizabeth B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p.175-202.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 25-57. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clínica ampliada e compartilhada**. Brasília : Ministério da Saúde, 2009.
- BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. 1ª ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas [online]**. 2002, v. 10, n. 1 [Acessado 30 Abril 2021] , pp. 171-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>.
- CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf>
- DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Saúde em debate**, v. 44, n. esp. 3 - Retratos da reforma psiquiátrica brasileira. Disponível em: <<http://cebes.org.br/publicacao/saude-em-debate-v-44-n-especial-3-retratos-da-reforma-psiquiatica-brasileira/>> Acesso em: 15 mai. 2021.
- DAVIES, Anna. Jovens fazem cirurgias plásticas para ficar parecidos com suas selfies com filtro. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43910129>
- ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Sílvia. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Org). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-108.
- FIORONI, Luciana Nogueira; SOUSA, Raiane Silva; PEDRINI, Carolina; RIENZO, Israel Roberto de; CASAROTTO, Mariana; CHAGURI, Maria Gabriela Tasca; RODRIGUES, Sarah Masetto. Aprendendo a cuidar na pandemia por COVID-19: experiência com grupo on-line em saúde mental. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 31, 20 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1537>> Acesso em 09 mai. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. 269 p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>
- GONDAR, Jô. A Clínica como Prática Política. **Lugar Comum**, n.19, 2009, p.125-134.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. p. 341-352. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. p. 39-51. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Anais IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf)

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, 31, p. 25-49, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue** - Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

HIPÓLITO, Thaís; WERNER, Lara. A ponta do iceberg. Coluna Diálogos Feministas - **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/07/a-ponta-do-iceberg>>. Acesso em: 10 ago. 22.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

INDURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine. Grupos do testemunho: função e ética do processo testemunhal IN **Clínicas do Testemunho**: Reparação Psíquica e Construção de Memórias (1ª ed.). Sigmund Freud Associação Psicanalítica (org.) Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 49-66.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

L'ABBATE, Solange. Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. **Mnemosine** Vol.8, nº1, p. 194-219, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41580>> Acesso em: 09 set. 2020.

LANGER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda. O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas *online*. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 3., 2015, Santa Maria. **Anais eletrônicos**. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. **Mnemosine**, Vol 3, n.2 Especial: René Lourau e Análise Institucional, p. 7-117, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/issue/view/2069>>. Acesso em: 09 set. 2020.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 56, e195612, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200502&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica In: **Revista do PPGAV. EBA/UFRJ**, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em: 16 ago. 2021.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, abr. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. **Psico**, v. 38, n. 3, 3 abr. 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2882/2177>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

NERI, Regina. A Clínica como política de resistência da vida. **Lugar Comum**, n. 21-22, 2010 p. 91-108.

NEVES, Cláudia Abbês Baêta; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Micropolítica do processo de acolhimento em saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ANO 10, N.1, p. 151-168, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a11.pdf>>

OLIVEIRA, Maria de Fátima Cabral Barroso de. Vitimização: A Mídia e a Violência Doméstica. In: Sa, A. A. de, & Shecaira, S. S. (2008). **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Atlas. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305701035_Vitimizacao_a_midia_e_a_violencia_domestica>

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. Psic.: Teor. e Pesq., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7rpp3DHD4n8xsRdLVQkjTF/abstract/?lang=pt#>

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**, n. 45, v. 18, p. 116 - 129, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.12957/rep.2020.47219>

PAULON, Simone Mainieri; JACOBY, Marília. Pandemia impacta mais a vida das mulheres. [Entrevista concedida a] Eliane Comoli e Karen Canto. **ComCiência** Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2020. Recuperado em 24 de setembro de 2020 de <https://www.comciencia.br/pandemia-impacta-mais-a-vida-das-mulheres/>

PAULON, Simone Mainieri; CUNDA, Marília Spinelli Jacoby; BARBOSA, Maíra Freitas; OLIVEIRA, Itauane de; NOGUEZ, Camila Maggi Rech; OLIVEIRA, Thais Gomes de. Experimentações de uma Clínica Feminista na perspectiva Interseccional: efeitos de uma nomeação. Experimentações de uma clínica feminista na perspectiva interseccional: efeitos de uma nomeação. **Feminismos**, vol 11, n 1, 2023, no prelo.

PAULON, Simone M.; GAGEIRO, Ana M.; COSTA, Diogo F. C.; LONDERO, Mário F. P.; PEREIRA, Renata G.; MELLO, Vânia R. C.; ROSA, Raquel H. Práticas clínicas dos profissionais 'psi' dos Centros de Atenção Psicossocial do Vale do Rio dos Sinos. **Psicologia & Sociedade**, 23, 109-119, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/s8wMmRDsMvPSPqW3hHwFhkS/?lang=pt> Acesso em: 30/11/2021.

PEZZATO, Luciane Maria; L'ABBATE, Solange. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Phisis Rev Saúde Colet**. Rio de Janeiro, v. 21, n.4: 2011:1297-1314.

RIBEIRO, Luana Cássia Miranda et al. Técnica de incidente crítico e seu uso na Enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**. 2012, v. 65, n. 1, pp. 162-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000100024>>. Acesso em: 30/11/2021.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 14ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Bioética**, v. 20, n. 2, p. 267-79, 2012. Disponível em:
<https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745/776>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE A – Questionário (Google Forms)

Questionário disponível no link: <https://forms.gle/oscfxLqwtcAWs5sb6>

Como operamos uma clínica feminista?

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa *"Ela desatinou, desatou nós: experimentações clínico-políticas a partir do dispositivo grupal no cuidado a mulheres em situação de violência"*, desenvolvida pela mestranda Raysha Thereza Nery e orientadora Prof^a Dr^a Simone Mainieri Paulon, vinculadas ao PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS, que pretende compreender como se opera uma clínica feminista, analisando seus referenciais e ferramentas. Este convite está sendo feito porque você participa ou participou da escuta de mulheres na modalidade grupal no Programa de Extensão Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (UFRGS).

Este questionário contém dois blocos de perguntas, o primeiro sobre dados pessoais de cada participante e o segundo com duas questões sobre sua percepção acerca do trabalho desenvolvido através do resgate de situações marcantes que tenha vivenciado no grupo com mulheres acolhidas. Após o preenchimento do questionário, entrarei em contato para agendar um grupo de discussão com as participantes para trocarmos sobre os resultados encontrados, avaliando-os coletivamente. Ainda, como última etapa da pesquisa, iremos devolver para toda equipe da CLIFI o processo e seus frutos.

Antes de participar da pesquisa é necessário ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, encontrado no link:

<https://cutt.ly/TCLEclifi>

Ressaltamos a importância que você faça download e salve o arquivo do TCLE em seus documentos. Ainda reiteramos que as informações prestadas serão mantidas em sigilo e caso utilizadas para divulgação científica serão publicadas anonimamente, de modo a não identificar as participantes.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa ou dificuldade no preenchimento deste questionário pode me contatar através do e-mail raysha_nery@hotmail.com ou celular/whatsapp (53)98427-0293.

A qualquer momento você poderá retirar seu consentimento para utilização de seus dados produzidos pela pesquisa me contatando através dos canais acima.

Agradeço a atenção e disponibilidade para o fortalecimento da ciência brasileira e da ética feminista.

***Obrigatório**

1. Você aceita participar desta pesquisa? *

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no link acima, escolha se deseja participar ou não desta pesquisa. Ao aceitar, você concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa aba do seu computador.

Marcar apenas uma oval.

Sim, aceito e estou de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. [Pular para a pergunta 2](#)

Dados
Pessoais

Essa sessão busca conhecer as participantes da pesquisa enquanto sujeitas localizadas socialmente, com distintas inserções quanto aos marcadores sociais. Reiteramos que as informações prestadas serão mantidas em sigilo e caso utilizadas para divulgação científica serão publicadas anonimamente, de modo a não identificar as participantes.

2. Qual o seu nome completo? *

3. Qual o seu e-mail? *

4. Qual a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- Menor de 18 anos
- Entre 18 e 29 anos
- Entre 30 e 39 anos
- Entre 40 e 49 anos
- Entre 50 e 59 anos
- Maior de 60 anos
- Prefiro não responder

5. Como você se identifica quanto a sua raça/cor? *

Segundo as categorias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Marcar apenas uma oval.

- Indígena
- Preta
- Parda
- Amarela
- Branca
- Prefiro não responder

6. Qual a sua identidade de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Mulher cis (nasceu com o sexo feminino, e se identifica dessa maneira)
- Mulher trans/travesti
- Homem trans/transmasculino
- Não binário/gênero fluido
- Agênero
- Prefiro não responder
- Outro: _____

7. Qual a sua orientação sexual? *

Marcar apenas uma oval.

- Assexual
- Pansexual
- Bissexual
- Homossexual
- Heterossexual
- Prefiro não responder
- Outro: _____

8. Qual a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Superior em andamento
- Ensino Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós Doutorado
- Prefiro não responder

9. Qual a sua área de graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Serviço Social
- Psicologia
- Direito
- Jornalismo
- Fisioterapia
- Saúde Coletiva
- Letras
- Enfermagem
- Prefiro não responder
- Outro: _____

10. Qual é a sua atual situação de trabalho? *

Marque todas que se aplicam.

- Desempregada
- Cuidado da casa e/ou dos filhos (não remunerado)
- Emprego com carteira assinada
- Trabalho autônomo informal
- Trabalho autônomo formal (por exemplo, como Microempreendedor Individual - MEI)
- Estudante
- Aposentada
- Funcionária pública
- Prefiro não responder
- Outro: _____

11. Qual a renda PER CAPITA do seu núcleo familiar? *

Para calcular a renda per capita familiar, devem ser somados todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família (renda bruta familiar) e dividido pelo número dos integrantes da família. Como família deve ser considerado o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto. O salário mínimo em 2022 é R\$ 1.212.

Marcar apenas uma oval.

- Até meio salário mínimo (R\$ 606)
- De meio até um salário mínimo (R\$ 1.212)
- De um até um e meio salário mínimo (R\$ 1.818)
- De um e meio até dois e meio salários mínimos (R\$ 3.030)
- De dois e meio até três salários mínimos (R\$ 3.636)
- Mais que três salários mínimos (mais de R\$ 3.636)
- Prefiro não responder

Questionário
sobre
situações
críticas

A proposta desse questionário é relembra situações críticas que te marcaram na atuação na Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade com os GRUPOS de mulheres. Procure lembrar de situações realmente vividas por você que expressem suas principais experiências ao operar uma clínica com mulheres. É importante descrever todos os detalhes da cena que você puder lembrar, onde ocorreu, quem apareceu, qual sua situação no momento, quais palavras usadas, sentimentos gerados, comentários feitos no momento, reflexões na hora e depois, entre outras memórias. Tudo aqui é válido, desde que tenha sido experimentado por você mesma, não vale escrever uma situação vivida por outra pessoa. Reforçando que as situações recordadas e descritas devem ter ocorrido nos contextos dos grupos de escuta com mulheres acolhidas pela CLIFI.

12. Escolha uma dessas experiências e descreva aqui a situação vivenciada na CLIFI em que você sentiu que MENOS conseguiu operar uma clínica feminista, quando NÃO foi cumprido ou atendido o que se propõe uma clínica feminista.

13. Escolha uma dessas experiências e descreva aqui a situação vivenciada na CLIFI em que você sentiu que MAIS conseguiu operar uma clínica feminista, quando foi cumprido ou atendido o que se propõe uma clínica feminista.

14. Gostaria de acrescentar alguma sugestão, dúvida ou contribuição que o preenchimento do questionário suscitou?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa “*Ela desatinou, desatou nós: experimentações clínico-políticas a partir do dispositivo grupal no cuidado a mulheres em situação de violência*”, desenvolvida pela mestrandia Raysha Thereza Nery e orientadora Prof^a Dr^a Simone Mainieri Paulon, vinculadas ao PPG Psicologia Social e Institucional da UFRGS, que pretende compreender como se opera uma clínica feminista, analisando seus referenciais e ferramentas. Este convite está sendo feito porque você participa do Programa de Extensão Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI). A pesquisa pretende contribuir para a produção de conhecimento acerca do cuidado em saúde com mulheres em situação de violência a partir do processo de trabalho da CliFI, podendo subsidiar propostas de enfrentamento às desigualdades de gênero e violências institucionais.

A pesquisa é composta por três etapas. A primeira consiste no preenchimento de um questionário virtual (Google Forms), com duração de uma hora no máximo, contendo duas perguntas sobre sua percepção acerca do trabalho desenvolvido através do resgate de situações marcantes que tenha vivenciado na CliFI. Após o preenchimento do questionário, na segunda etapa entraremos em contato para agendar um grupo de discussão com as participantes para trocarmos sobre os resultados encontrados, avaliando-os coletivamente. Por fim, na terceira etapa da pesquisa iremos devolver para toda equipe da CliFI o processo e seus frutos para ampla análise. Os encontros terão duração máxima de 2 horas. Você poderá ser convidada a participar de todas as etapas, caso tenha experiência como escutadora de grupo, ou somente da terceira etapa, no momento em que reuniremos todas as integrantes da CliFI.

Os encontros relativos à segunda e terceira etapa serão gravados em áudio e depois transcritos para um texto que você poderá acessar se assim desejar. Para fins de divulgação dos resultados da pesquisa, os seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e em posse das pesquisadoras.

Durante a realização do preenchimento do questionário e participação dos encontros, há risco de que você sinta desconforto com as temáticas abordadas no sentido de relembrar situações vividas no cuidado à mulheres em situação de violência. Para minimizar esse risco, sua participação poderá ser interrompida temporária ou definitivamente, sempre que você quiser, podendo desistir do estudo em qualquer momento sem prejuízo, bem como, será disponibilizado, durante os encontros e ao longo da pesquisa, espaço para compartilhamento e elaboração dos sentimentos aflorados com a participação. Se ocorrer dano posterior em virtude da participação da pesquisa, você poderá contatar as pesquisadoras que tomaremos as providências necessárias. Ainda, se tratando de uma pesquisa realizada em ambiente virtual, majoritariamente, ressaltamos que há risco de ocorrer vazamento de dados pela natureza das Tecnologias da Informação e Comunicação, porém todo dado produzido será excluído da internet após download e armazenado em HD externo, afim de diminuir tais riscos, mantendo os arquivos fora de plataformas virtuais ou computadores conectados em rede.

Excepcionalmente, se todas as participantes aceitarem realizar a segunda e terceira etapas presencialmente, em função da Pandemia COVID-19, há um risco aumentado de

danos à saúde decorrentes de qualquer contato humano. Para minimizar este risco, caso ocorram, os encontros presenciais serão realizados de acordo com o regramento estabelecido no Sistema 3As de Monitoramento pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para enfrentamento da pandemia de COVID-19 (<https://sistema3as.rs.gov.br/inicial>), seguindo os protocolos de saúde: ambiente arejado, uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento físico.

Não haverá nenhum benefício ou prejuízo econômico decorrente da participação ou da não participação nesta pesquisa. Ainda, sua participação não retira a possibilidade de solicitar indenização, caso julgue que foi prejudicada, pois o consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012). Por fim, seguimos as Resoluções 466/2012 e 510/2016 que versa sobre as diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, bem como, nos orientamos a partir da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709/2018, para tratamento de dados pessoais obtidos por meio da pesquisa.

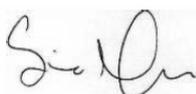
Os dados obtidos nesta pesquisa serão armazenados em HD externo por no mínimo 5 (cinco) anos sob minha responsabilidade e você pode me contatar sempre que quiser ter acesso aos dados da sua participação, ou caso queira retirar seu consentimento dos dados produzidos no endereço Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre, telefone (53) 984270293 e email raysha_nery@hotmail.com. Você também poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da UFRGS sempre que achar necessário na Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 116; e no telefone e no email: (51) 3308-5698, cep-psico@ufrgs.br.

Ressaltamos a importância que você faça download e salve uma via do arquivo TCLE em seus documentos, para recorrer a ele em caso de dúvidas ou necessidade.

Diante do que foi exposto acima, eu _____,
de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Porto Alegre, 2022.

Assinatura da participante



Drª Simone Mainieri Paulon (Pesquisadora)



Raysha Thereza Nery (Pesquisadora)

Arquivo disponível no link: <https://cutt.ly/TCLEpesquisa>